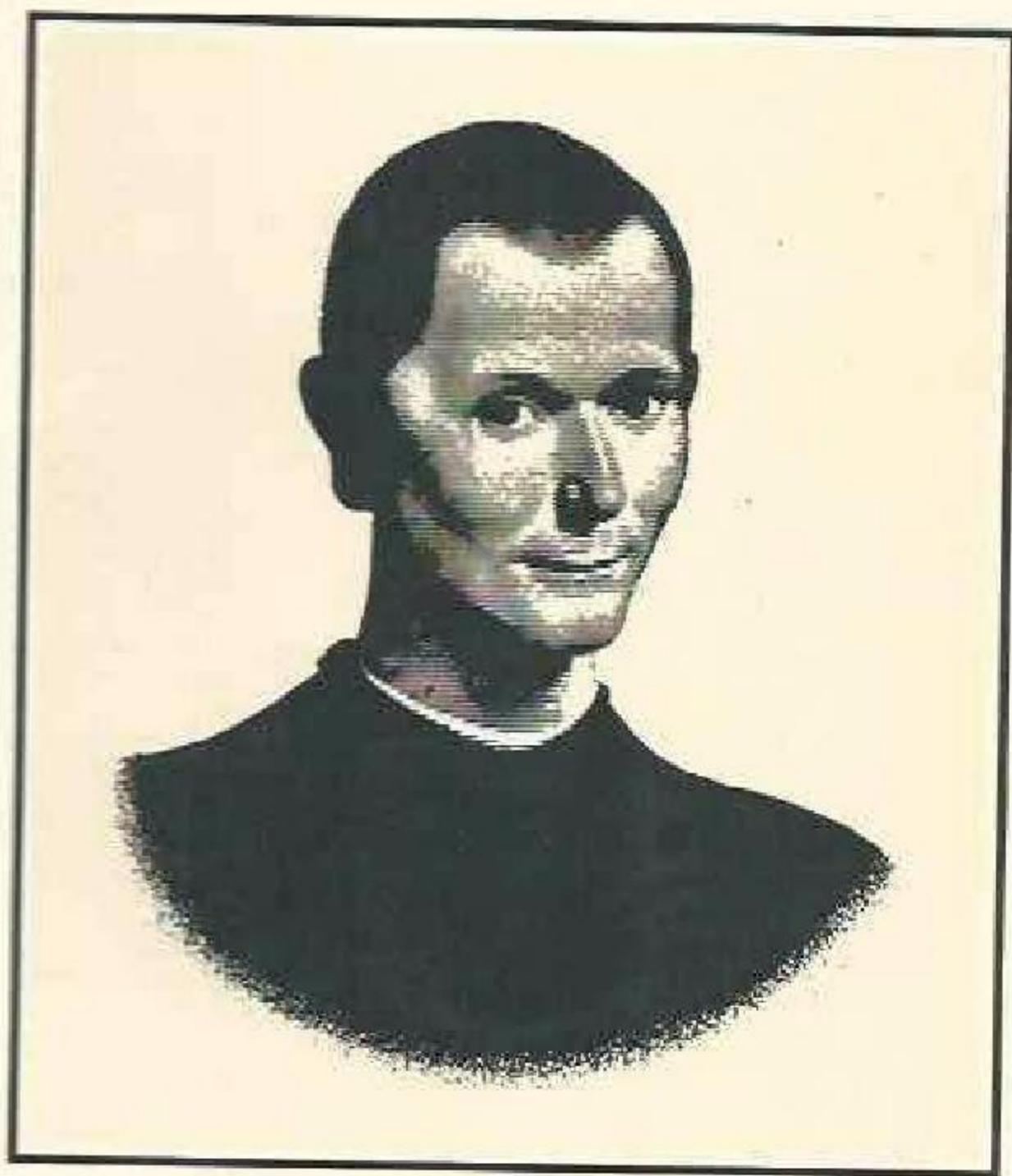


Maquiavel



Os Pensadores

Os Pensadores

Maquiavel

"Aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho têm para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente. Não têm nenhuma dificuldade em alcançar o posto, porque para aí voam; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. É o que acontece quando o Estado foi concedido ao príncipe, ou por dinheiro, ou por graça de quem o concede."

"Quem se torna senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói será destruído por ela. Tais cidades têm sempre por bandeira, nas rebeliões, a liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o correr do tempo, nem por influência dos benefícios recebidos."

"É mais prudente ter fama de miserável, o que acarreta má fama sem ódio, do que, para conseguir a fama de liberal, ser obrigado a incorrer também na de rapace, o que constitui uma infâmia odiosa."

"Deve o príncipe fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evita o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado."

"A um príncipe pouco devem importar as conspirações se é amado pelo povo, mas quando este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e a todos."

MAQUIAVEL: *O Príncipe*

Os Pensadores

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

M136p
3.ed.
Machiavelli, Nicolô, 1469-1527.
O Príncipe ; Escritos políticos / Nicolau Maquiavel ; traduções
de Lívio Xavier. — 3. ed. — São Paulo : Abril Cultural, 1983.
(Os pensadores)

Inclui vida e obra de Maquiavel.

Bibliografia.

I. Política I. Xavier, Lívio, 1900- II. Título: O Príncipe. III. Ti-
tulo: Escritos políticos. IV. Série.

83-0393

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320
2. Política 320

NICOLAU MAQUIAVEL

O PRÍNCIPE
ESCRITOS POLÍTICOS

Traduções de Lívio Xavier



1983

EDITOR: VICTOR CIVITA

Titulos originaes:

Il Principe

*Del Modo di Trattare I Popoli della Valdichiana Ribellati
Dalla Legazione al Duca Valentino*

*Descrizione del Modo Tenuto Dal Duca Valentino nello Annazzare Vitellozzo
Vitelli, Oliverotto da Fermo, il Signor Pagolo e il Duca di Gravina Orsini.*

Discorso sopra le Cose di Alemagna e Sopra l'Imperatore

Rapporto di Cose della Magna

Ritrato delle Cose dell'Alemagna

Della Natura del Francesi

Ritrato delle Cose di Francia

Discorso Fatto al Magistrato dei Dieci Sopra le Cose di Pisa

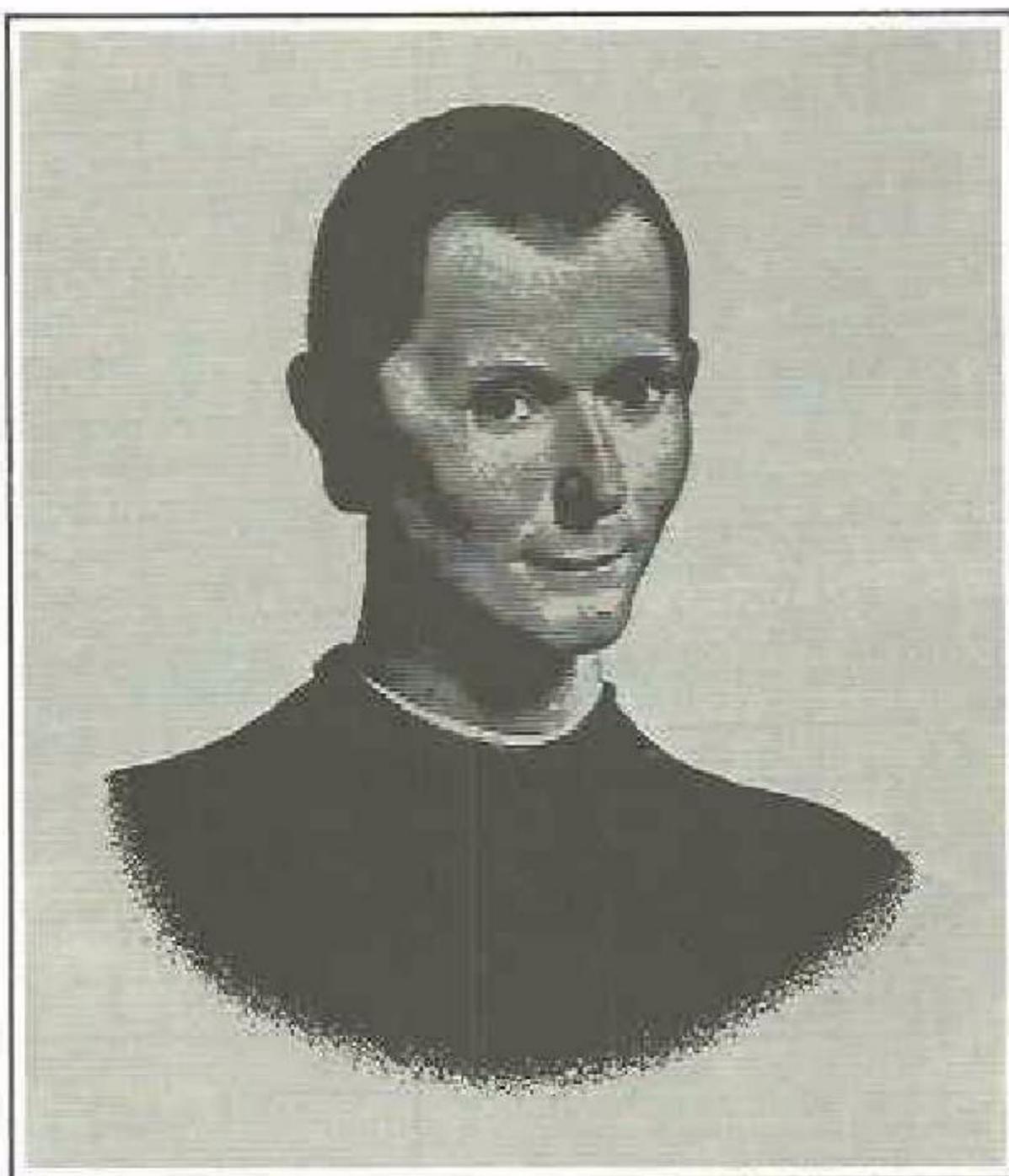
Discorso Sulla Provisione del Danajo

Sommario Delle Cose della Città di Lucca

© Copyright desta edição, Abril S. A. Cultural,
São Paulo, 1973 — 2.ª edição 1980 — 3.ª edição 1983.

Traduções publicadas sob licença de
D. Giosa Industrias Gráficas S.A., São Paulo.

Direitos exclusivos sobre "MAQUIAVEL — Vida e Obra",
Abril S.A. Cultural, São Paulo.



MAQUIAVEL

VIDA E OBRA

Consultoria: Carlos Estevam Martins

No ano de 1513, na cidade italiana de San Casciano, um exilado político ocupa-se todas as manhãs com a administração de pequena propriedade onde está confinado. À tarde, joga cartas numa hospedaria com pessoas simples do povoado. À noite, veste trajes de cerimônia e passa a conviver, através da leitura, com homens ilustres do passado.

Chama-se Maquiavel, é de estatura média, magro, fronte larga, olhos penetrantes e lábios finos. Ao meditar sobre assuntos políticos, alia o fecundo diálogo com autores antigos à longa experiência do mundo moderno, adquirida numa vida inteira dedicada aos negócios públicos florentinos. Um dos resultados dessa meditação é um pequeno livro, *O Príncipe*, que contém ensinamentos de como conquistar Estados e conservá-los sob domínio; em síntese, um manual para governantes.

O autor dedicou-o a Lourenço II (1492-1519), potentado da família dos Médicis e duque de Urbino, mas o soberano acolheu friamente a dádiva e não teve tempo para aprender-lhe as lições, pois faleceu logo depois. Outros, no entanto, parece que souberam aproveitá-las muito bem. Foi o que demonstrou, por exemplo, o monarca inglês Henrique VIII (1491-1547), ao forjar o célebre caso da anulação do matrimônio com Catarina de Aragão (1485-1536); esse artil foi que lhe permitiu separar a Igreja britânica da Santa Sé, espoliar sistematicamente os mosteiros e consolidar seu poder absoluto.

Diz-se que também Catarina de Médicis (1519-1589), rainha-mãe da França, teria seguido os ensinamentos de Maquiavel ao jogar católicos contra protestantes e ordenar o famoso massacre de 1572. Com isso manteve a soberania para os filhos, indolentes e incapazes de agir *maquiavelicamente* como a mãe. Ela era filha de Lourenço, ao qual tinha sido dedicada a obra que, adolescente ainda, certamente leu interessada.

Essa e outras histórias de ardis, assassinatos e espoliações de governantes têm sido atribuídas à inspiração de *O Príncipe*, e chegam a ter algum valor para compreender-lhe o significado. Mas, frequentemente, servem apenas para deformar-lhe o conteúdo mais profundo e a relevância dentro da história das idéias. Conteúdo e relevância que só podem ser apreendidos quando se conhecem as circunstâncias em que a obra veio à luz, dentro do quadro da vida pessoal do autor e

das coordenadas econômicas, sociais e políticas da Europa dos séculos XV e XVI. A essas condições vincula-se a situação especial da Itália, pátria de Maquiavel.

O panorama político da Renascença italiana

Na Itália do Renascimento reina grande confusão. A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe. Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado, deste para aquele senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vácuo, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar.

Os *condottieri* são hábeis nisso. Especialistas na técnica militar, aventureiros e filhos da *fortuna*, vendem serviços de segurança e conquista ao príncipe que melhor pague. Os pequenos Estados não têm recursos para financiar tropas regulares e não é politicamente possível a criação de exército, o que implica a entrega de armas ao povo, fato perigoso para governantes de populações descontentes. Os *condottieri* adquirem importância crescente e alguns conquistam principados para si e estabelecem alianças com reis, cardeais e papas.

Esse panorama fluido e mutável, de um país dividido em múltiplos Estados, contrasta com a situação da maior parte da Europa ocidental, em que alguns governos enfeixam todo o poder, e sofre as conseqüências de um permanente intervencionismo. Os principados italianos apelam freqüentemente para as monarquias absolutas européias, a fim de solucionar as disputas internas; com isso a Itália torna-se vítima impotente. Alguns pequenos Estados sofrem a soberania do Império Germânico, e França e Espanha disputam a posse de vários de seus territórios.

É estranho que tudo isso acontecesse num país cuja economia tinha conhecido muito antes as formas responsáveis pelo poderio espanhol, francês e inglês. Na verdade, o capitalismo comercial já tinha quase dois séculos na Itália quando surgiu nos demais países e fundamentou as monarquias absolutistas. Mas seu desenvolvimento na península foi diferente e a congelação do capitalismo italiano parece ter resultado do próprio êxito econômico, expressado sob a forma de uma expansão bem sucedida do capital mercantil e financeiro. A nascente economia comercial italiana, a partir do século XI, articulava-se com o mundo feudal circulante, estreitando vínculos de dependência recíproca. A clientela era constituída pela Igreja, Estados feudais, grandes senhores de terras, cortes aristocráticas e camadas superiores

da burguesia, assim como pelas coroas representativas dos interesses dos novos Estados nacionais europeus. As necessidades de consumo desses setores especializaram a economia na produção de tecidos caros, no comércio de especiarias do Oriente e nos negócios bancários com os potentados dos demais países. Essa solidariedade entre a economia italiana e as condições e contradições características da Europa medieval acarretará sua ruína, quando ocorrer a decadência da ordem feudal. Por outro lado, a relativa facilidade com que os senhores feudais são afastados do poder nos núcleos burgueses mais fortes elimina a necessidade de unificação nacional como tarefa socialmente necessária. A burguesia dispensa o monarca como peça essencial para submeter os senhores feudais, como ocorreu no caso clássico da França. Ela mesma se concebe como aristocracia reinante, mas a organização estatal resultante sofre de uma debilidade insanável, mostrando-se totalmente incapaz de fazer frente aos gigantescos aparelhos de Estado, em vias de aparecimento.

A produção manufatureira, instalada nos territórios dos antigos clientes italianos, procura ampliar mercados, abaixando os preços dos produtos e estabelecendo medidas de rígida política protecionista. Apesar disso, a decadência acentua-se, especialmente depois da queda de Constantinopla para os turcos, em 1453, e da descoberta do caminho marítimo para as Índias, em 1494, acontecimento que deu primazia aos portugueses e espanhóis no comércio com o Oriente.

A fraqueza militar e política da península, já no começo do século XIV, representa forte impedimento para expansão e acumulação de capital. Periodicamente, organizam-se *progroms* antilombardos e as cidades italianas não têm como se garantir das declarações de falência dos reis europeus. A Itália é, assim, desarmada política, militar e institucionalmente pelo anacronismo da organização das cidades-Estado e pela ausência de liderança central incontestável. A essas razões acrescenta-se a política temporal do papado que, não sendo suficientemente forte para reduzir todos os Estados ao seu domínio, não é também tão fraca a ponto de impedir a uniificação, através da figura de um príncipe secular.

No século XV são evidentes os sintomas da decadência. Florença envia seu último navio para a Inglaterra em 1480. Lourenço, o Magnífico (1449-1492), e Júlio de Médicis (1453-1478) instalam manufaturas de lanifício no arquipélago britânico e 33 bancos florentinos transferem suas sedes para Lyon, na França.

Um jovem entra na história

É nesse panorama de crise econômica e política que Nicolau Maquiavel vem à luz, em Florença, no dia 3 de maio de 1469, filho de Bernardo, advogado pertencente aos ramos mais pobres da nobreza toscana. Pouco se sabe dos primeiros anos de vida de Nicolau e de sua educação, não indo as informações além de que leu muito os clássicos latinos e italianos, mas não dominou o grego.

Do fim da adolescência em diante sua biografia confunde-se

com a história de Florença e da Itália, da qual não pode ser desligada sob pena de não ser possível compreender-lhe o significado.

Em 1494, quando os Médicis são expulsos de Florença e instala-se o severo regime republicano do monge Savonarola (1452-1498), Maquiavel inicia-se na vida pública, trabalhando na chancelaria em cargos de pouca importância. Quatro anos depois, a oposição interna, sustentada pelo papa Alexandre VI (1431-1503), depõe, enforca e queima Savonarola, e Maquiavel é indicado para o posto de Segundo Chanceler da República.

Como funcionário permanente, é mero executor das decisões dos *ottimati*, em nome dos quais administra os negócios e relações externas da república. É comissionado no Conselho dos Dez da Guerra e enfrenta os problemas decorrentes da decadência do imperialismo florentino em relação às cidades vizinhas, apoiadas por potências estrangeiras. Especialmente importante é a longa guerra contra Pisa, bastião comercial e principal escoadouro dos produtos de Florença. O episódio mais marcante do conflito é o da participação do *condottiere* Paolo Vitelli, comandante das tropas florentinas. Depois de algumas vitórias significativas, Vitelli detém-se às portas da cidade inimiga, não desfecha o ataque final e é acusado de fazer jogo duplo. Alega razões de conveniência militar e nega todas as acusações de ter-se vendido aos pisanos, mas, apesar dos protestos de inocência, é executado.

A "questão Vitelli" suscita pela primeira vez um dos temas permanentes da obra de Maquiavel: a necessidade de organização de uma milícia nacional, formada por soldados locais disciplinados. A soberania política — pensa ele — depende de exército próprio, constituído por soldados leais e convictos de que lutam pela causa da pátria.

Em setembro do mesmo ano do ataque frustrado a Pisa celebra-se finalmente a paz entre Florença e França, que até então apoiava Pisa, mas agora necessitava de mãos livres para dominar o reino de Nápoles. Ao mesmo tempo, a intrincada política italiana da Renascença faz com que os franceses se aliem também ao papado, pondo em xeque os interesses florentinos em Rimini, Pesaro, Urbino, Faenza e Imola. Apesar disso, em 1499, as tropas franco-florentinas atacam e sitiavam Pisa, mas não conseguem a vitória. O soberano francês, Luís XIII (1462-1515), atribui o fracasso à estreiteza da burguesia de Florença, incapaz de cuidar devidamente do aprovisionamento das forças, e Maquiavel é enviado à corte do monarca, como assessor de Francesco della Casa.

Com os franceses aprende como era insignificante o peso de um pequeno Estado como Florença nas relações internacionais e, principalmente, que se deve confiar pouco em aliados demasiadamente poderosos.

Outras embaixadas seriam feitas pelo secretário florentino, junto a César Bórgia (1475-1507) e ao papa Júlio II (1445-1513), e com ambos aprenderia também lições fundamentais sobre a ciência e a técnica da política.

César Bórgia, filho do papa Alexandre VI e poderoso *condottiere*

re, invade Faenza em 1501 e avança sobre Florença, exigindo o retorno dos Médicis e um contrato como defensor da cidade. O território florentino do Val de Chiana se subleva e facilita a entrada do invasor. Enquanto isso, os aliados franceses hesitam em socorrer Florença e a república ameaçada envia Maquiavel, juntamente com Francesco Soderini, bispo de Volterra, para parlamentar e ganhar tempo do invasor. Finalmente as tropas francesas decidem intervir e as forças do *condottiere* abandonam os territórios ocupados.

O episódio tem grande importância para Maquiavel, porque foi o primeiro encontro com aquele que viria a ser o modelo de *O Príncipe* e por fazer germinar uma parte de sua produção teórica posterior. Encarregado de fazer um relatório sobre como tratar os revoltados do Val da Chiana, Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos humanos, especialmente dos governantes, e que o mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões, sempre existindo governantes e governados, bons e maus súditos. Aqueles que se rebelam devem, portanto, ser punidos. Aprova a tolerância para com os habitantes do Val, mas discorda do tratamento aplicado em relação a Arezzo. As tropas de César Bórgia ainda estavam por perto e era perigoso permitir um foco de rebelião nos limites da cidade. Maquiavel acha que Arezzo deveria sofrer punição exemplar, tal como fizeram os romanos com Cartago.

Nas novas condições de guerra e da política interna florentina, fortalece-se o poder executivo e Maquiavel transforma-se na eminência parda do regime, com a designação de Piero Soderini para o cargo de gonfaloneiro vitalício. Em 1503 é designado para nova missão junto a César Bórgia e com ele passa uma temporada de três meses. O filho do papa Alexandre VI representa para Maquiavel o homem providencial, capaz de unir a Itália, opondo barreiras às intervenções estrangeiras. A reflexão sobre o destino de César Bórgia estará assim sempre presente a seu espírito quando elaborar sob forma teórica a prática política vivida. O tema da distinção entre meios e fins políticos, do ponto de vista ético, a arte do governo e o projeto de unificação italiana inspirar-se-ão na vida e nos atos do *condottiere*.

Uma nova fase da guerra contra Pisa encontra Maquiavel transformado em propugnador das milícias locais, formadas por elementos não mercenários. Depois de vencer a resistência dos cidadãos à idéia, consegue vê-la transformada em realidade com a criação dos Nove das Milícias, organismo do qual será chanceler. Em 1506 escreve um *Discurso Sobre a Preparação Militar Florentina*, onde afirma que os Estados e governantes dependem de dois fatores principais: justiça e armas. Por justiça entende um conjunto de boas instituições, mantenedoras da ordem e da estabilidade sociais, bases sobre as quais possam ser construídas as virtudes cívicas. Florença não tem nem armas nem justiça, mas poderia possuir ambas com a criação da Milícia Nacional, capaz de originar a transformação moral dos florentinos. Outro tema típico de Maquiavel, aflorado no *Discurso*, é o da religião como ideologia. O autor dá ênfase à necessidade de os soldados receberem cuidadosa preparação religiosa, a fim de se tornarem mais obedientes.

Da prática política nasce o pensador

A despeito da criação das milícias e de todo o empenho de seu chanceler, a carreira política de Maquiavel estava para sofrer sério abalo. Enquanto Florença alia-se aos franceses, o papado inclina-se pela Espanha e a oposição de interesses tem como resultado a derrocada dos governantes da cidade. Um pequeno exército cerca Florença e, ao mesmo tempo, eclode um levante interno pelo retorno dos Médicis. O gonfaloneiro Piero Soderini é destituído do poder e Maquiavel não tem mais lugar na nova ordem de coisas. É preso, torturado, acusado de sedição e confinado em sua propriedade particular de San Casciano.

Em San Casciano, Maquiavel procura reconquistar os favores da família que reassumira o poder; escreve *O Príncipe* e o dedica a Lourenço de Médicis. Não atinge o intento na extensão desejada, mas de qualquer forma consegue voltar para Florença. Desse período de exílio, e dos anos seguintes, são os *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, talvez a mais importante de suas obras, do ponto de vista estritamente científico. Escreve também um poema chamado *O Asno*, um agradável conto, *O Demônio que se Casou*, também conhecido como *Bellagor*, e a comédia teatral *A Mandrágora*, obra-prima do teatro italiano.

Em 1520 redige o diálogo *A Arte da Guerra* e, logo depois, a *Vida de Castruccio Castracani*, uma espécie de biografia romanceada do *condottiere* Lucano, no qual vê a figura ideal — como já tinha visto em César Bórgia — do novo príncipe, necessário para a unificação da Itália.

No mesmo ano torna-se historiador oficial da república, função para a qual é indicado pelo *Studio*, Universidade de Florença. Escreve um *Discurso* endereçado ao papa Leão X (1475-1521), da família dos Médicis, no qual aconselha o pontífice a restaurar as antigas liberdades da república florentina. No novo cargo oficial põe-se a escrever as *Histórias Florentinas*, obra de grande extensão, da qual oferece oito volumes, em 1525, ao novo papa, Clemente VII (1478-1534), também da família dos Médicis. Compõe uma comédia, *Clizia*, imitação livre da *Cosina* de Plauto, satirizando o seu próprio caso amoroso com uma cantora chamada Bárbara. Maquiavel estava casado desde 1501 com Marietta Orsini, que lhe deu cinco filhos, mas não foi um marido inteiramente fiel.

A vida amorosa, no entanto, não era o mais importante. Ele amava sobretudo a cidade que o viu nascer e os assuntos de Estado. Por isso, continua fazendo o possível para voltar à vida pública, da qual tinha sido excluído em 1513. A oportunidade chega em 1526, quando é nomeado secretário dos Cinco Provedores das Muralhas, cargo no qual deveria cuidar das fortificações da cidade e tratar da defesa em geral.

Em 1527, o saque de Roma pela forças do imperador Carlos V (1500-1558), do Sacro Império Romano-Germânico, liberta Florença do jugo dos Médicis. O acontecimento é saudado por Maquiavel, que via nele a possibilidade de voltar ao comando da chancelaria. Mas os novos poderosos da república esqueceram-se do amor que ele

sempre teve pela cidade e por sua liberdade. Foi o último de seus desapontamentos e o mais profundo. Não resistindo, torna-se presa fácil da doença e falece no dia 21 de junho de 1527, com 58 anos de idade.

A nova ciência política

Maquiavel faleceu sem ter visto realizados os ideais pelos quais se bateu durante toda a vida. A carreira pessoal nos negócios públicos tinha sido cortada pelo meio com o retorno dos Médicis e, quando estes foram destituídos do poder, os concidadãos esqueceram-se dele, um homem que a *fortuna* tinha feito capaz de discorrer apenas sobre assuntos de Estado. Também não foi concretizado, enquanto viveu, o ideal de uma Itália poderosa e unificada.

Deixou porém um valioso legado: o conjunto de idéias elaborado em cinco ou seis anos de meditação forçada pelo exílio. Talvez nem ele mesmo soubesse avaliar a importância desses pensamentos dentro do panorama mais amplo da história, pois especulou sempre sobre os problemas mais imediatos que se apresentavam. Apesar disso, revolucionou a história das teorias políticas, constituindo um marco que a dividiu em duas fases distintas.

Até então, a teoria do Estado e da sociedade não ultrapassava os limites da especulação filosófica. Em Platão (428-348 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Tomás de Aquino (1225-1274) ou Dante (1265-1321), o estudo desses assuntos vinculava-se à moral e constituía-se como teoria de ideais de organização política e social. À mesma regra não fogem seus contemporâneos, como Erasmo de Rotterdã (1465-1536) no *Manual do Príncipe Cristão*, ou Thomas More (1478-1535) na *Utopia*, que, na base de um humanismo abstrato e descarnado de matéria concreta, constroem modelos ideais do bom governante de uma sociedade justa.

O universo mental de Maquiavel é completamente diverso. Em San Casciano, tem plena consciência de sua originalidade e trilha um novo caminho. Deliberadamente distancia-se dos tratados sistemáticos da escolástica medieval e, à semelhança dos renascentistas preocupados com fundar uma nova ciência física, rompe com o pensamento anterior, através da defesa do método de investigação empírica. Assim como Leonardo da Vinci (1452-1519) observa que a experiência jamais engana e o erro é produto do pensamento especulativo, quando dele se quer tirar conseqüências físicas, assim também Maquiavel propõe estudar a sociedade pela análise da verdade efetiva dos fatos humanos, sem perder-se em vãs especulações. O objeto de suas reflexões é a realidade política, pensada em termos de prática humana concreta, e o centro maior de seu interesse é o fenômeno do poder formalizado na instituição do Estado. Não se trata de estudar o tipo ideal de Estado, mas compreender como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem.

Esse exame que se pretende puramente empírico depende, contudo, de duas coordenadas teóricas básicas: uma filosofia da história e uma explicação da psicologia humana. A primeira concebe o fenôme-

no histórico não como a idéia cristã, segundo a qual o desenrolar dos fatos humanos no tempo cumpre desígnios divinos, dirigindo-se linearmente para o juízo final, mas como constituído por ciclos, que se renovam em movimentos de revolução em torno de si mesmos. Os fatos históricos repetem-se nas linhas mestras; conhecê-los é apossar-se de um material de recorrência, essencial para o estudo do presente.

Tal concepção do acontecer histórico complementa-se com uma compreensão da psicologia humana. Maquiavel conclui, através do estudo dos antigos e da intimidade com os potentados da época, que os homens são todos egoístas e ambiciosos, só recuando da prática do mal quando coagidos pela força da lei. Os desejos e as paixões seriam os mesmos em todas as cidades e em todos os povos.

A história e a psicologia, assim entendidas, não são apenas instrumentos teóricos mas também guias para a ação, possibilitando a elaboração de um conjunto de técnicas e procedimentos que estatuem os cânones de uma arte de governo. Segundo Maquiavel, quem observa com diligência os fatos do passado pode prever o futuro em qualquer república e usar os remédios aplicados desde a Antiguidade ou, na ausência deles, imaginar novos, de acordo com a semelhança de circunstâncias entre o passado e o presente.

Para Maquiavel, a psicologia desenvolvida em torno do poder fundamenta o conhecimento secular e autônomo do político e o separa radicalmente da ética e do direito. Determinadas as causas da prosperidade e da decadência dos Estados antigos, pode-se assim compor um modelo analítico para o estudo das sociedades contemporâneas, já que às mesmas causas correspondem os mesmos efeitos. Isso não significa, porém, que o método empírico-comparativo fornece uma tipologia de situações-chaves, no estilo de um manual dogmático. A teoria científica, estruturada na repetibilidade da história e na invariação do comportamento humano, deve ser completada pela investigação das peculiaridades da circunstância sobre a qual se pretende agir.

Liberdade e determinismo

Isolada a situação particular em suas múltiplas determinações e feitas as previsões dos desdobramentos prováveis, a ciência do fenômeno político cede lugar à arte de bem governar. Assim, o saber político triunfaria sobre a teoria da história e a ação humana não estaria condenada a seguir um curso determinado pelo destino, como nas tragédias gregas. Embora a realidade determine os limites da ação, as personalidades decididas e empreendedoras interfeririam na história. A ciência política, enquanto prática, supera então a concepção de um universo fechado e a de uma história construída por periódicos e inexoráveis retornos.

O desdobramento cíclico permanece, para Maquiavel, o quadro teórico básico de interpretação da história enquanto ciência. Ao desdobramento cíclico junta-se um outro nível de determinações mais próximas e concretas, sobre as quais Maquiavel não fornece indicações rigorosas; compreende-as sob a denominação geral e clássica de *fortuna*.

A *fortuna* proporciona chaves para o êxito da ação política e constitui a metade da vida que não pode ser governada pelo indivíduo. Ela proporciona a *occasione* aproveitada pela *virtù* do governante. Em outros termos, o homem de *virtù* é aquele que sabe o momento exato criado pela *fortuna*, no qual a ação poderá funcionar com êxito. O estadista sábio e prudente busca na história uma situação semelhante e exemplar, da qual saberia extrair o conhecimento dos meios para a ação e a previsão dos efeitos. Para ser eficaz, a iniciativa política deve ajustar-se às circunstâncias. Na contabilidade de Maquiavel, os 50% reservados ao arbítrio e à vontade humana teriam seu círculo de operações possíveis no espaço concreto de uma situação determinada. A ação destinada ao êxito seria então aquela que se exerce em compatibilidade com *le qualità de'tempi*, e os homens seriam felizes na medida em que soubessem combinar seu modo de agir com as particularidades do momento. O necessário é manter-se à frente dos acontecimentos, procurando imprimí-los rumo e alternativas, dado que a *fortuna* é um rio impetuoso e os homens devem prevenir-se com a edificação de diques e barragens. A vontade criadora não passa, assim, de um método para a ação, pois o agir humano está condicionado pela necessidade.

O carisma da *virtù* é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, apreende-lhe o sentido e se capacita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias. No uso do instrumental dos mecanismos de poder, a neutralidade moral decorreria da adequação do agir à realidade. O homem político deve estar sempre atento aos sinais da *fortuna*, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu comportamento.

Segundo Maquiavel, a história mostra como o talento de alguns heróis foi capaz de extrair das circunstâncias, isto é, dos momentos propícios fornecidos pela *fortuna*, uma orientação para a iniciativa, perseguindo-a implacavelmente. Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu — personagens maquiavélicas — criaram grandes e duradouras instituições porque, acolhidos pela *fortuna*, tiveram tirocínio para antecipar-se ao tempo e firmeza para realizar novas obras na oportunidade exata. A César Bórgia não faltou valor para lançar-se à missão com que a *fortuna* lhe sorria, nem presteza de visão para reconhecer circunstâncias favoráveis. No entanto, foi abandonado pela *fortuna*, quando esteve próximo de lograr seus objetivos, ao adoecer gravemente após a morte do pai, protetor e inspirador de suas ações. Mas o irracional participa igualmente da história, como na doença de Bórgia, e o que é previsível nem sempre se consoma. Uma atitude que desafia a *fortuna* pode, portanto, freqüentemente premiar seu autor com o êxito.

O homem de *virtù* é, assim, o inventor do possível numa situação concreta dada; e Maquiavel, no último capítulo de *O Príncipe*, exorta a casa reinante dos Médicis a constituir, dentre seus membros, o príncipe virtuoso da Itália, que dela fizesse uma nação unificada.

Principados e repúblicas

Para Maquiavel, o essencial numa nação é que os conflitos origi-

nados em seu interior sejam controlados e regulados pelo Estado. Em função do modo pelo qual os bens são compartilhados, as sociedades concretas assumem diferentes formas. Assim, onde persista ou possa persistir uma relativa igualdade entre os cidadãos, o fundador de Estados deve estabelecer uma república. Ocorrendo o contrário, manda a prudência que seja constituído um principado. Se não proceder assim, o governante formará um Estado desequilibrado e sem harmonia, que não poderá subsistir por muito tempo.

O núcleo da organização do Estado residiria na ordem, que pode manifestar-se sob várias formas, mas que se apresentaria basicamente como principados ou como repúblicas. As repúblicas apresentariam três modalidades: a aristocrática, como Esparta, em que uma maioria de governados encontrava-se subordinada a uma minoria de governantes; a democracia restrita, na qual dá-se o contrário, como ocorreu em Atenas; e a democracia ampla, quando a coletividade se autogoverna, fenômeno encontrado em Roma após a instituição dos tribunos da plebe e a admissão do povo à magistratura.

Não existiria, contudo, uma ordem ideal, com validade absoluta, independente da organização social concreta dos povos. O povo é, para Maquiavel, uma matéria que aguarda sua forma e a engenharia da ordem parte da análise da situação social, não resultando do arbítrio do fundador de Estados, mas de sua capacidade para captar, num momento de gênio, aquela forma desejável e de sua disposição para impô-la sem qualquer vacilação.

As observações levaram Maquiavel a concluir também que os principados, quando hereditários, padecem de debilidade congênita, pois pode ocorrer neles que o poder estabelecido pelo fundador seja usado ambiciosamente pelos sucessores, sem a *virtù* do mesmo. Por outro lado, seria fraco o Estado que só pode ser governado pela vontade de um homem apenas; na falta deste, não há como triunfar sobre a desordem. O abuso de poder, por parte dos herdeiros do herói primordial, fomenta a discórdia e alimenta conspirações, pondo em perigo a ordem interna.

O reino da competição entre Estados não seria controlável, segundo Maquiavel, por instituições nem pela lei, e seria impossível que uma república conseguisse permanecer tranqüila e gozar de liberdade dentro de suas fronteiras. Se não molestar as demais, será molestada por elas, e disso nasceria o desejo e a necessidade de conquista.

O fundador de Estados não é, para Maquiavel, um homem qualquer, mas uma personalidade fora do comum, dotada de uma ética superior, que lhe faculta o uso de meios extraordinários para a organização de reinos ou repúblicas. Rômulo seria um bom exemplo, não obstante a imagem negativa que dele sempre se fez, por ter assassinado o irmão e consentido no assassinato de Tito Tatius, com quem dividia o trono. Esse seria um exemplo negativo, caso não se considerassem os motivos orientadores de sua ação. Segundo Maquiavel, a obra de Rômulo o exime de qualquer culpa, pois seus fins eram morais. Isso fica claro quando se sabe da pequena parcela de autoridade que reservou para si, ao dividir o governo com o senado, e ao criar leis, que ele mesmo sempre observou.

Os fins justificam os meios

O político de *virtù* na chefia dos Estados é um momento breve e excepcional, e somente a ele os homens isentam de culpa pelo uso de meios indiscriminados, em conjunturas de grave perigo para a comunidade. Disso deriva que a estabilidade política depende de boas leis e instituições, pois o poder puramente pessoal degenera facilmente em tirania e instabilidade. O homem providencial jamais é um tirano. Sua heroicidade realiza-se no plasmar a forma conveniente para a matéria, que é o povo. Ele institucionaliza a ordem e a coesão social, quer em regimes republicanos, quer em principados, dependendo das circunstâncias.

O herói fundador de Estados e o político de *virtù*, por si sós, não instituem o melhor regime e a melhor sociedade. O nível de solidariedade é maior quando o povo participa do governo. Homens em liberdade identificam-se com os negócios de seu Estado e o defendem como coisa sua. Nada foi mais difícil para os romanos do que a conquista de povos vizinhos, amantes da liberdade que gozavam em seus países. A grandeza romana deve ser atribuída à liberdade de seus cidadãos, e a vocação imperial não poderia ter sido realizada sem a ampla participação do povo nos negócios públicos. Um povo dócil ou aterrorizado não seria capaz de encontrar forças e motivação para conquistar o mundo. Numa nação não corrompida, onde as instituições mantenham pela educação e pelo exemplo as virtudes cívicas, os cidadãos sobrepõem os interesses gerais aos particulares. A liberdade reforça a coesão interna e desanima as pretensões de conquista dos Estados rivais.

Maquiavel ensina, ainda, que a energia criadora de uma sociedade livre não é dádiva dos heróis fundadores ou dos políticos de *virtù*. Ela advém do sistema de oposição entre os grandes e o povo e, assim, os conflitos sociais são necessários porque próprios à natureza mesma da liberdade. As condições desta não são arbitrárias, mantendo relação necessária com o grau de igualdade existente no interior do Estado. A corrupção e a inaptidão para o viver livre provém da desigualdade, para cuja eliminação é preciso pedir socorro a remédios extraordinários, coisa que poucos homens sabem ou querem fazer.

O povo faz parte da galeria dos heróis de Maquiavel. Comparando as repúblicas democráticas com os principados, observa que se julgarmos um príncipe e um povo subordinados às leis, verificamos que o povo mostra qualidades superiores às do príncipe, porque é mais conforme e constante. Se, ao contrário, ambos estão libertos de qualquer coerção legal, resulta que os erros do povo são menos numerosos, menores e de mais fácil reparação do que os do príncipe.

Interpretações do maquiavelismo

O destino do pensamento de Maquiavel, cinco séculos depois de sua morte, ainda não foi decidido. Lido por muitos e citado publicamente por poucos, a obra do diplomata florentino tem conhecido quase tantas interpretações divergentes quantos são os filósofos e ensaístas que dele se aproximam para analisá-lo.

O tempo em que viveu não poderia chocar-se com esse pensamento, pois a renovação cultural e científica atingia um momento culminante e criava um novo universo ideológico, centrado no homem e em sua secular aventura. A obra de Maquiavel era nítida expressão dessas mudanças e ele próprio foi assessor de papas e cardeais. A des-sacralização do político, a independência do poder temporal frente ao Vaticano, o primado do Estado face à religião constituíam um conjunto de circunstâncias que se expressavam no desenvolvimento dos Estados nacionais e conferiam a seu pensamento intensa contemporaneidade. Tudo isso explica por que o manuscrito de *O Príncipe* tenha circulado durante dezenove anos sem provocar qualquer comoção, e por que a primeira edição, publicada em 1532, tenha sido autorizada pelo papa Clemente VII e patrocinada por um cardeal romano.

A má sorte inicia-se com a Contra-Reforma, quando ao cisma protestante opõe-se o retorno à ortodoxia e tenta-se revitalizar a influência espiritual da Igreja e defender seu poder temporal. A partir daí, a obra de Maquiavel torna-se extremamente vulnerável. Na situação especial da Itália, sede física da Igreja católica, a subordinação do religioso ao político, defendida por ele, não poderia ser tolerada. Três décadas após sua morte, a reação da Contra-Reforma manda queimar-lhe a effigie e, em 1559, o papa Paulo IV (1476-1559) o inclui no *index* dos livros proibidos, decisão confirmada pelo concílio de Trento em 1564.

Não obstante a interdição, os livros de Maquiavel circulam amplamente pela Europa, especialmente na Itália, França e Inglaterra. Nos séculos seguintes, quando se consolida o poder absoluto dos monarcas, à acusação de impiedade acrescenta-se a de defensor dos déspotas, e *O Príncipe* é identificado com um manual de técnicas instrumentais do despotismo. O autor era assim abstraído de seu contexto histórico; criava-se dele a imagem de um talentoso oportunista político e fragmentava-se sua obra: como autor de *O Príncipe*, seria o ensaísta cortejador do novo poder da família dos Médicis, aos quais se opusera quando no governo de Piero Soderini; rejeitado, afirmou convicções republicanas nos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*.

O século XVIII redime o autor, embora o debate tenha ficado circunscrito às dimensões éticas. Pensadores iluministas, como Rousseau (1712-1778) e Diderot (1713-1784), defendem a unidade de sua obra, com base na problemática republicana. Diderot sustenta ser *O Príncipe* uma sátira, entendida equivocadamente como elogio. Rousseau sublinha a profundidade das convicções republicanas de Maquiavel, que teria sido obrigado pelas circunstâncias a disfarçar o amor pela liberdade, simulando dar lições aos reis, quando na verdade as dava ao povo. Estranhamente, o julgamento de Voltaire (1694-1778) será negativo, tendo inspirado a Frederico II da Prússia (1712-1786) a redação do *Anti-Maquiavel*, crítica que pretendia ser uma rejeição radical do amoralismo em política.

Os democrata-radicalis do século XIX tomam como ponto de partida a afirmação do próprio Maquiavel de que seus ensinamentos foram extraídos do estudo atento da história. O maquiavelismo seria, assim, a prática política corrente entre os poderosos de todos os tem-

pos. Criadores e detentores das técnicas de dominação não precisariam jamais de lições; Maquiavel teria então, como objetivo, não ensinar a eles, mas ao povo. Na impossibilidade de dirigir-se diretamente ao seu público, teria optado por desmistificar o poder, despojando-o de toda moralidade aparente através da crua revelação dos procedimentos e técnicas utilizadas em sua conservação por parte dos governantes.

Ainda no século XIX, o autor de *O Príncipe* será transformado em herói nacional pelo movimento de unificação da Itália, o *Risorgimento*. Antes, ninguém como Maquiavel tinha se batido pela transformação da península italiana numa grande nação.

No começo do século XX as discrepâncias quanto ao entendimento da obra do diplomata florentino permitirão o aparecimento de várias interpretações, sensivelmente divergentes. Mussolini (1883-1945) o transformará em precursor do fascismo e Gramsci (1891-1937), marxista, assimilará ao príncipe ideal renascentista o partido do proletariado, como instrumento contemporâneo de sua vontade e ação coletivas.

Maquiavel na atualidade

Modernamente, os estudos têm procurado romper com a tradição de crítica do ponto de vista moral, ou com a utilização da obra de Maquiavel como instrumento ideológico. Procura-se mais amplamente determinar a contribuição específica que ele deu à história das idéias, especialmente aquilo que se refere aos domínios pertencentes à ciência política.

A tendência é não mais ver o pensamento de Maquiavel como geometria euclidiana da política eterna, mas como pensamento de seu tempo. Por outro lado, o problema da existência ou não de unidade intrínseca entre seus diversos escritos — especialmente os *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *O Príncipe* — não é avaliado segundo as disputas filosóficas que propiciou. O *maquiavelismo* antecede a Maquiavel como repositório de práticas que informavam a ação dos detentores do poder; ele simplesmente teria sistematizado esse conhecimento, transformando-o em engenharia operacional de governo. Nela não haveria lugar para a moral, e o amoralismo dos meios não prejudicaria os resultados se estes são bons. Voltado para a história, Maquiavel teria aprendido que as grandes obras humanas, como a criação de Estados e religiões, impuseram aos fundadores o uso de todos os recursos. E o que fez foi simplesmente aceitar essa realidade como um dado concreto e definidor da natureza humana.

É lícito discordar dessas idéias, mas é difícil demonstrar que o convívio político entre os homens tenha sido outro. Se existem boas teorias políticas, a prática é sempre diferente. Maquiavel simplesmente fez da prática uma teoria. O enunciado brutal dos princípios do maquiavelismo, com sua chocante amoralidade, explicitaria a realidade interna do poder político. E isso talvez seja uma contribuição não pequena para a superação desse amoralismo.

Cronologia

- 1453 — Tomada de Constantinopla pelos turcos.
- 1454 — A paz de Lodi inaugura um período de equilíbrio entre os Estados italianos.
- 1469 — *Maquiavel nasce em Florença, no dia 3 de maio.*
- 1492 — Cristóvão Colombo descobre a América.
- 1494 — Cessa o poder dos Médicis em Florença. Carlos VIII, da França, ataca a Itália.
- 1498 — *Maquiavel torna-se segundo chanceler da república florentina. Vasco da Gama descobre o caminho para as Índias.*
- 1500 — *Viaja para a França a fim de tratar do problema de Pisa junto a Luís XII.*
- 1502 — *Casa-se com Marietta Orsini; encontra-se com César Bórgia em Romagna.*
- 1503 — *Preocupa-se com o problema de substituir os soldados mercenários por milícias nacionais.*
- 1504 — Os franceses perdem Nápoles. Michelangelo esculpe o *David*.
- 1506 — *Maquiavel é escolhido para o cargo de secretário dos Nove das Milícias.*
- 1511 — *Realiza embaixadas em Milão e na França.*
- 1512 — Os Médicis retornam a Florença.
- 1513 — *Maquiavel é exilado em San Casciano, onde começa a escrever as principais obras: O Príncipe e os Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio.*
- 1518 — *Escreve a comédia A Mandrágora, obra-prima do teatro italiano.*
- 1519 — Carlos V torna-se imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Falece Lourenço de Médicis.
- 1520 — *Em Luca, trata dos interesses mercantis de Florença. Escreve a Vida de Castruccio Castracani.*
- 1521 — *Publica A Arte da Guerra. Morre Leão X.*
- 1523 — Júlio de Médicis torna-se papa sob o nome de Clemente VII.
- 1525 — *Maquiavel oferece ao pontífice os oito primeiros livros das Histórias Florentinas. Francisco Sforza é reconhecido como duque de Milão.*
- 1527 — *Maquiavel é excluído da participação no governo instituído após nova queda dos Médicis. Falece a 21 de junho.*

Bibliografia

- VILLARI, P.: *Niccolò Machiavelli e i suoi Tempi*, três volumes, Florença, 1877-1882.
- NITTI, F.: *Machiavelli nella Vita e nelle Dottrine*, Nápoles, 1876.
- TURRI, V.: *Machiavelli*, 1902.
- FICHEL, J. G.: *Machiavelli*, 1918.
- ERCOLE, F.: *La Política de Machiavelli*, 1926.
- WHITFIELD, J. H.: *Machiavelli*, 1947.
- RIDOLFI, ROBERTO: *Vita di Niccolò Machiavelli*, Roma, 1954.
- BUTTERFIELD, H.: *The Statecraft of Machiavelli*, 1955.
- SASSO, GENARO: *Niccolò Machiavelli — Storia del suo Pensiero Político*, Nápoles, 1958.
- ESCORTEL LAURO: *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*, Simões, Rio de Janeiro, 1958.

- MOJININ, GEORGE: *Machiavel*, Seuil, Paris, 1958.
- NAMER, ÉMILE: *Machiavel*, Presses Universitaires de France, Paris, 1961.
- HALE, J. R.: *Maquiavel e a Itália da Renascença*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1963.
- GILBERT, FELIX: *Machiavelli and Guicciardini*, Princeton, 1965.
- GRAMSCI, ANTONIO: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Civilização Brasileira; 3.ª ed., 1978.

O PRÍNCIPE

Tradução de Lívio Xavier

Nicolau Maquiavel

Ao magnífico Lorenzo, filho de Piero de Médicis

As mais das vezes, costumam aqueles que desejam granjear as graças de um príncipe trazer-lhe os objetos que lhes são mais caros, ou com os quais o vêem deleitar-se; assim, muitas vezes, eles são presenteados com cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e outros ornamentos dignos de sua grandeza. Desejando eu oferecer a Vossa Magnificência um testemunho qualquer de minha obrigação, não achei, entre os meus cabedais, coisa que me seja mais cara ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas; as quais, tendo eu, com grande diligência, longamente cogitado, examinando-as, agora mando a Vossa Magnificência, reduzidas a um pequeno volume.

E conquanto julgue indigna esta obra da presença de Vossa Magnificência, não confio menos em que, por sua humanidade, deva ser aceita, considerado que não lhe posso fazer maior presente que lhe dar a faculdade de poder em tempo muito breve aprender tudo aquilo que, em tantos anos e à custa de tantos incômodos e perigos, hei conhecido. Não ornei esta obra e nem a enchi de períodos sonoros ou de palavras empoladas e floreios ou de qualquer outra lisonja ou ornamento extrínseco com que muitos costumam descrever ou ornar as próprias obras; porque não quis que coisa alguma seja seu ornato e a faça agradável senão a variedade da matéria e a gravidade do assunto. Nem quero que se repute presunção o fato de um homem de baixo e ínfimo estado discorrer e regular sobre o governo dos príncipes; pois os que desenham os contornos dos países se colocam na

planície para considerar a natureza dos montes, e para considerar a das planícies ascendem aos montes, assim também para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo.

Tome, pois, Vossa Magnificência este pequeno presente com a intenção com que eu o mando. Se esta obra for diligentemente considerada e lida, Vossa Magnificência conhecerá o meu extremo desejo que alcance aquela grandeza que a Fortuna e outras qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, do ápice da sua altura, alguma vez volver os olhos para baixo, saberá quão sem razão suporto uma grande e contínua má sorte.

CAPÍTULO I

De quantas espécies são os principados e de quantos modos se adquirem

Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo, ou são novos. Os novos são totalmente novos, como Milão com Francesco Sforza, ou são como mem-

bras acrescentados a um Estado que um príncipe adquire por herança, como o reino de Nápoles ao rei da Espanha. Estes domínios assim adquiridos são, ou acostumados à sujeição a um príncipe, ou são livres, e são adquiridos com tropas de outrem ou próprias, pela fortuna ou pelo mérito.

CAPÍTULO II

Dos principados hereditários

Não tratarei das repúblicas, pois em outros lugares falei a respeito delas¹. Referir-me-ei somente aos principados, e procurarei discutir e mostrar como esses principados hereditários podem ser governados e mantidos. Digo, assim, que nesta espécie de Estados afeiçoados à família de seu príncipe, são muito menores as dificuldades de mantê-los, pois basta somente que não seja abandonada a praxe dos antecessores, e depois se contemporize com as situações particulares, de modo que, se tal príncipe é de engenho ordinário, sempre se manterá no seu Estado, se não houver uma força extraordinária e excessiva que o prive deste; e, mesmo que assim

seja, o readquire, por pior que seja o ocupante.

Temos na Itália, por exemplo, o Duque de Ferrara², o qual resistiu ao ataque dos venezianos em 1484, e aos do Papa Júlio em 1510, somente por ser antigo o domínio da sua família. Porque o príncipe natural do país tem menores ocasiões e menor necessidade de ofender. É claro, pois, que seja mais querido. Se extraordinários defeitos não o fazem odiado, é razoável que seja naturalmente benquisto da sua gente. E na antiguidade e continuação do domínio gastam-se a memória e as causas das inovações, pois uma transformação poderá ser sempre acompanhada da edificação de outra.

¹ Maquiavel refere-se aqui à sua obra "Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio".

² Ver no índice dos nomes citados o nome D'Este.

CAPÍTULO III

Dos principados mistos

Mas a dificuldade consiste nos principados novos. Primeiro, se não se trata de principado inteiramente novo, mas sim de membro ajuntado a um Estado hereditário (caso em que este pode chamar-se um principado misto), as suas variações nascem principalmente de uma dificuldade comum a todos os principados novos, a saber, que os homens mudam de boa vontade de senhor, supondo melhorar, e esta crença os faz tomar armas contra o senhor atual. De fato, enganam-se e vêem por experiência própria haverem piorado. Isso depende de outra necessidade natural e ordinária que faz com que um novo príncipe careça ofender os novos súditos com a sua tropa e por meio de infindas injúrias, que acarreta uma recente conquista.

Assim, são teus inimigos todos

aqueles que se sentem ofendidos pelo fato de ocupares o principado; e também não podes conservar como amigos aqueles que te puseram ali, pois estes não podem ser satisfeitos como pensavam. Não poderás usar contra eles remédios fortes, obrigado que estás para com eles, pois mesmo que sejas fortíssimo nos exércitos, necessitas do favor dos habitantes para entrar numa província. Por isso, Luís XII, rei de França, ocupou Milão rapidamente e rapidamente a perdeu, bastando para isso as forças de Ludovico Sforza, pois a população que havia aberto as portas ao rei da França, caindo em si do seu engano quanto ao bem que esperava daquele príncipe, não o pôde suportar. É bem verdade que, sendo conquistados segunda vez, os países rebelados se perdem com mais dificuldade: o

príncipe, tendo por pretexto a rebelião, hesita menos no assegurar a punição dos revoltosos, esclarecer as suspeitas, prover às suas próprias fraquezas. Assim, para que a França perdesse Milão, foi bastante a primeira vez que o duque Ludovico ameaçasse as fronteiras, mas a segunda vez foi necessário que toda a gente fosse inimiga e que os exércitos franceses fossem aniquilados ou expulsos da Itália. Decorre isso das referidas razões. Não obstante, foi-lhe tomada primeira e segunda vez. As razões gerais da primeira estão expostas: resta discorrer sobre as da segunda, e ver que remédios houvera a França de empregar para manter melhor a conquista.

Estes Estados conquistados e anexados a um Estado antigo, se são da mesma província e da mesma língua, são facilmente sujeitos, máxime quando não estão acostumados a viver livres. Basta, para que se assegure a posse desses Estados, fazer desaparecer a linha do príncipe que os dominava, pois mantendo-se nas outras coisas a condição antiga, e não havendo disparidade de costumes, os homens vivem calmamente. Assim se viu na França no caso da Borgonha, Bretanha, Gasconha e Norman-

dia³, e, ainda que haja alguma dessemelhança na língua, os costumes são idênticos, de sorte que esses Estados podem viver juntos muito facilmente. O conquistador, para mantê-los, deve ter duas regras: primeiro, fazer extinguir o sangue do antigo príncipe; segundo, não alterar as leis nem os impostos. De tal modo, num prazo muito breve, ter-se-á feito a união ao antigo Estado.

Mas, quando se conquista uma província de língua, costumes e leis diferentes, começam então as dificuldades, sendo necessária uma grande habilidade e boa sorte para poder conservá-la. Um dos meios mais eficazes é ir o príncipe habitá-la. Se se está presente, vêem-se nascer as desordens, e pode-se remediá-las com presteza; no caso contrário, só se terá notícia delas quando não houver mais remédio. Além disso, a província conquistada não será espoliada pelos lugares tenentes. Os súditos ficarão satisfeitos com o mais fácil recurso ao

³ A Normandia uniu-se à coroa de França em 1204; a Gasconha em 1453; a Borgonha em 1477, pela morte de Carlos, o Temerário; a Bretanha uniu-se virtualmente à coroa pelo casamento de Ana da Bretanha com Carlos VIII, pois cabia àquela a sucessão, por morte do último representante masculino da linha direta da casa reinante. Oficialmente, porém, foi anexada à coroa de França por ocasião do casamento de Cláudia, filha de Ana e Luís XII, com Francisco I.

príncipe: assim, terão maiores razões de amá-lo, se é o caso, ou de temê-lo. Os ataques externos serão mais custosos e o príncipe só muito dificilmente perderá essa província.

Outro remédio eficaz é organizar colônias, em um ou dois lugares, as quais serão uma espécie de grilhões postos à província, pois é necessário fazer isso, ou ter lá muita força armada. Com as colônias não se gasta muito, e sem grande despesa podem ser feitas e mantidas. Os únicos prejudicados com elas serão aqueles a quem se tomam os campos e as casas, para dá-los aos novos habitantes. Mas os prejudicados sendo minoria na população do Estado, e dispersos e reduzidos à pobreza, não poderão causar dano ao príncipe, e os outros que não foram prejudicados deverão por isso aquietar-se, por medo de que lhes aconteça o mesmo. Enfim, acho que essas colônias não custam muito e são fiéis; ofendem menos, e também os ofendidos não podem ser nocivos ao príncipe, como se explicou acima. Deve-se notar que os homens devem ser mimados ou exterminados, pois se se vingam de ofensas leves, das graves já não podem fazê-lo. Assim, a injúria que se faz deve ser tal, que não se tema a vingança.

Mas conservando, em vez de colônias, força armada, gasta-se muito mais, e tem de ser despendida nela toda a receita da província. A conquista torna-se, pois, perda, e ofende muito mais, porque prejudica todo o Estado com as mudanças de alojamento das tropas. Estes incômodos todos os sentem, e todos por fim se tornam inimigos que podem fazer mal, ainda batidos na própria casa. Por todas as razões, pois, é inútil conservar força armada, ao contrário de manter colônias.

Também numa província diferente por sua língua, costumes e leis, faça-se o príncipe de chefe e defensor dos mais fracos, e trate de enfraquecer os poderosos da própria província, além de guardar-se de que entre por acaso um estrangeiro tão poderoso quanto ele.

Pois acontecerá sempre que os habitantes da província, movidos pela ambição ou pelo temor, chamem estrangeiros poderosos. Assim, os etólios chamaram à Grécia os romanos, que sempre foram chamados pelos naturais das províncias conquistadas.

E a ordem das coisas é que quando um estrangeiro poderoso chegue a uma província, todos aqueles que se acham enfraquecidos lhe dêem adesão, movidos

pela inveja do que lhes é senhor. Por isso mesmo, não custa trabalho algum lhes alcançar o apoio; e de boa vontade farão bloco depois com o Estado conquistado. Há o perigo de ficarem eles muito fortes e com demasiada autoridade; facilmente então ficariam árbitros da província, abatendo os poderosos com as próprias forças do conquistador. Aquele que não se dirigir bem, a este respeito, perderá depressa a sua conquista, e enquanto não a perder terá infindas dificuldades e dissabores.

Os romanos, nas províncias que conquistaram, observaram boa política a respeito. Fizeram colônias, fomentaram os menos poderosos sem aumentar a força destes, abateram os mais poderosos, e não deixaram que os estrangeiros poderosos tomassem força. Sirva-me de exemplo a província da Grécia. Roma sustentou os aqueus e os etólios, abateu o reino dos macedônios, expulsou Antíoco. Mas nem os méritos dos primeiros e dos segundos permitiram-lhes aumentar os seus domínios; também Filipe⁴ não persuadiu os romanos de que deviam ser seus amigos, nem a Antíoco deixaram

conservar domínio algum. Porque os romanos nestes casos fizeram o que todo príncipe prudente deve fazer: não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia. Da tísica dizem os médicos que, a princípio, é fácil de curar e difícil de conhecer, mas com o correr dos tempos, se não foi reconhecida e medicada, torna-se fácil de conhecer e difícil de curar. Assim se dá com as coisas do Estado: conhecendo-se os males com antecedência, o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados: mas quando, por se terem ignorado, se têm deixado aumentar, a ponto de serem conhecidos de todos, não haverá mais remédio àqueles males.

Os romanos, vendo de longe as perturbações, sempre as remediaram e nunca as deixaram seguir o seu curso, para evitar guerras, pois sabiam que a guerra não se evita, mas se é protelada redonda sempre em proveito de outros. Assim, empreenderam a guerra contra Filipe e Antíoco, na Grécia, para não ter de fazê-la na Itália.

⁴ Ver no índice dos nomes citados o nome de Filipe V, rei da Macedônia.

lia; podiam tê-la evitado, mas não o quiseram. Não lhes agradava fiar-se no tempo para resolver as questões, como aos sábios da nossa época, mas só se louvavam na própria virtude e prudência, porque o tempo leva por diante todas as coisas, e pode mudar o bem em mal e transformar o mal em bem.

Mas voltemos à França e examinemos como procedeu ela em situações semelhantes. Falarei de Luís⁵ e não de Carlos⁶, pois aquele conservou por mais tempo possessões na Itália, e se viu melhor a medida dos seus progressos. Vereis que ele fez o contrário do que se deve fazer para conservar a conquista de um Estado diferente. O Rei Luís foi levado à Itália pela ambição dos venezianos, que quiseram, por esse meio, ganhar o Estado da Lombardia. Não quero censurar o partido tomado pelo rei. Quando tomou pé na Itália, e não tendo amigos nesta província, e antes pelo contrário, pelos precedentes do Rei Carlos, sendo-lhe trancadas todas as portas, foi ele forçado a ter as amizades que podia. E seria bem sucedido na decisão tomada, se em outros manejos não tivesse praticado algum erro.

⁵ Luís XII.

⁶ Carlos VIII.

Conquistada pois a Lombardia, o rei recuperou a reputação que Carlos perdera; Génova cedeu, os florentinos tornaram-se seus amigos, o Marquês de Mântua, o Duque de Ferrara, Bentivoglio, a Senhora de Forlì, o Senhor de Faenza, de Pescara, de Rimini, de Camerino, de Piombino, os luqueses, os pisões e sieneses, todos foram ao encontro da sua amizade. Os venezianos puderam então considerar a temeridade da própria resolução, pois para adquirir dois tratos de terra, na Lombardia, fizeram o rei senhor de dois terços da Itália. Veja-se agora quanto era fácil ao rei manter na Itália a sua reputação, se, tendo observado as regras referidas, tivesse assegurado a defesa de todos aqueles amigos seus, os quais, sendo numerosos, careciam todos de estar com ele. Por meio de tais aliados, o Rei Luís poderia facilmente assegurar-se contra aqueles que se tinham conservado fortes.

Mas logo que se achou em Milão, fez justamente o contrário, ajudando o Papa Alexandre a ocupar a Romanha. Nem pensou que, com essa deliberação, se enfraquecia a si próprio, pois afastava dele os amigos e aqueles que se lhe tinham lançado ao seio, e fortificava a Igreja, ajuntando ao poder espiritual, que já

lhe dá tanta autoridade, uma tão grande cópia de poder temporal. Cometido o primeiro erro, foi compelido a continuar praticando outros, a ponto de, para pôr termo à ambição de Alexandre, e para que este não se tornasse senhor da Toscana, ser obrigado a vir pessoalmente à Itália. Não lhe bastou fazer forte a Igreja e perder os próprios amigos; por querer o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei da Espanha⁷. E de árbitro da Itália como dantes, para aí levou um sócio ao qual os descontentes e ambiciosos recorressem contra ele próprio. E, em vez de deixar naquele reino um rei que lhe fosse sujeito, tirou-o para colocar um que o podia expulsar dali.

O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados. Mas se não podem e querem fazê-lo, de qualquer modo, é que estão em erro, e são merecedores de censura. Se a França tinha forças para assaltar Nápoles, devia fazê-lo; se não podia, não devia dividi-la. E se a divisão que fez da Lombardia com os venezianos mereceu ser desculpada, pois com ela pôs pé

na Itália, a divisão de Nápoles merece censura, porque não tem a escusa da necessidade.

O Rei Luís cometera estes cinco erros: tinha abatido os menos poderosos, aumentado a potência de um poderoso na Itália, trazido um estrangeiro poderosíssimo, não tinha vindo habitar a Itália e não mandou colônias para aí. Estes erros, em vida sua, podiam não prejudicá-lo, se não tivesse cometido o sexto — o de se apoderar de territórios dos venezianos, pois, mesmo que não houvesse fortificado a Igreja e não houvesse intrometido a Espanha nas coisas da Itália, era razoável diminuí-los. Mas, tendo tomado essas deliberações, não devia o rei consentir na ruína deles, pois mantinham a distância os que queriam conquistar a Lombardia. E isso porque, enquanto os venezianos tivessem força, não teriam consentido em que outros senão eles próprios tivessem o domínio da província, e os outros não queriam tirá-la da França para dá-la aos venezianos. E se alguém dissesse: o Rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e um reino à Espanha, para evitar uma guerra — respondo que não se deve consentir em um mal para evitar uma guerra, pois não se evita esta e sim apenas se adia, para pró-

⁷ Ver no índice dos nomes citados o nome Fernando, o Católico.

pria desvantagem. Se alguns alegassem a palavra que o rei deu ao papa de empreender aquela conquista em troca da dissolução do seu matrimônio e do chapéu cardinalício ao arcebispo de Ruão, respondo mais adiante como, na minha opinião, se deve guardar a palavra dos príncipes. Assim pois, o Rei Luís perdeu a Lombardia por não haver observado nenhum dos princípios observados pelos outros que conquistaram províncias e as conservaram. Não é milagre isso, mas em Nantes, ao arcebispo de Ruão⁸, quando Valentino —

⁸ Ver no índice dos nomes citados o nome de Amboise (d').

nome popular de César Borgia, filho do Papa Alexandre — ocupava a Romanha, dizendo-me ele que os italianos não entendiam de guerra, expliquei-lhe que os franceses não entendiam do Estado, pois se entendessem não teriam consentido à Igreja tanta grandeza. E por experiência viu-se que a grandeza, na Itália, da Igreja e da Espanha, foi obra da França. E a ruína desta foi causada por ambas.

Conclui-se daí uma regra geral, que nunca ou muito raramente falha: quando alguém é causa do poder de outrem, arruína-se, pois aquele poder vem de astúcia ou força, e qualquer destas é suspeita ao novo poderoso.

CAPÍTULO IV

Por que razão o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores deste

Consideradas as dificuldades com que se há de contar para conservar um Estado recém-conquistado, poderia parecer razão de espanto o fato de que, tendo Alexandre Magno ficado, em poucos anos, senhor da Ásia, e morrido logo depois de ocupar aqueles Estados, estes não se tenham rebelado como seria razoável. Os sucessores de Alexandre, contudo, se mantiveram e não tiveram para isso outra dificuldade senão a que entre eles surgiu da própria ambição. Replica-rei que os principados cuja memória se conserva foram governados de dois modos diversos: ou por um príncipe ajudado por ministros que no governo não são senão servos que o exercem somente por graça e concessão do senhor; ou por um príncipe e barões, os quais não por graça

daquele, mas por antiguidade de sangue, têm essa qualidade.

Estes barões possuem o domínio e súditos próprios, os quais os reconhecem como senhores e lhes votam natural afeição. Naqueles Estados que são governados por um príncipe com seus servidores, o senhor tem mais autoridade, porque em toda a sua província não há quem seja reconhecido como superior a ele. E se obedecem a outrem, fazem-no por força dos cargos que exerce e não lhe dedicam a menor estima.

Os exemplos destas duas espécies de governo são, em nossos tempos — o grão-turco e o reinado de França. O governo turco é exercido por um senhor que, dividindo o seu reino em *sandjaks*, dispõe de servidores que muda e desloca como bem lhe parece. O rei de França está colocado em

meio de uma multidão de senhores cujo domínio é tradicional e que são, em seus distritos, reconhecidos e amados por seus súditos. São poderosos e o rei não pode privá-los de suas regalias, sem grave perigo para ele próprio. Quem considera, pois, estas duas situações, encontrará dificuldade em conquistar o Estado turco. Sem embargo, uma vez vencedor, ser-lhe-á muito fácil conservá-lo. A causa das dificuldades de ocupá-lo está em que não é possível ser chamado por príncipes daquele reino, nem esperar que se possa facilitar a empresa com a rebelião daqueles que lhes estão ao redor. E isso, em virtude das razões já apontadas. É que, sendo todos escravos, mais dificilmente podem ser corrompidos, e, quando se corrompem, poucas vantagens se poderiam obter, uma vez que eles não poderiam arrastar a massa popular, o que se explica também pelas razões enunciadas. Conclui-se daí que quem se puser em marcha contra a Turquia precisa preocupar-se com o encontrá-la unida, convindo-lhe mais confiar nas próprias forças do que nas desordens dos outros. Mas, vencida e desorganizada na luta, de modo que não lhe fosse possível refazer os exércitos, não seria necessário preocupar-se senão

com o sangue do príncipe. Extinto este, não restaria mais a quem temer, pois os outros não têm domínio sobre o povo. E, assim como o vencedor, antes da vitória, nada podia esperar dele, não deve temê-lo depois da conquista.

Acontece o contrário nos reinos governados como a França. É possível entrar-se com facilidade, conseguindo aliança com algum barão do reino, pois sempre se encontram descontentes ou gente desejosa de fazer inovações. Tais elementos poderiam, pelos motivos expostos, abrir-te caminho naquele reino e facilitar-te a vitória. Mas, depois, para te manteres, aparecem inúmeras dificuldades criadas não só pelos que oprimiste, como também pelos que de início auxiliaram a tua empresa. Não é suficiente o sangue do príncipe. Permanecem aqueles senhores, barões poderosos, que se tornam cabeças de novas rebeliões. E, não sendo possível nem contentá-los nem fazê-los desaparecer, perderás o Estado na primeira oportunidade que se lhes apresente.

Agora, se se considerar a natureza do governo de Dario, encontrar-se-á semelhança com a do sultão da Turquia. Se a Alexandre foi necessário desbaratar o inimigo em bloco, depois da vitó-

ria, morto Dario, teve o Estado seguro, de acordo com as considerações que anteriormente expendi. E os sucessores de Alexandre, se se houvessem mantido unidos, poderiam gozar ociosos aquele reino; não houve aí outros tumultos senão os que eles próprios suscitaram. Quanto aos Estados organizados como o da França, é impossível conquistá-los com tanta facilidade. Explicam-se dessa forma as freqüentes rebeliões da Espanha, da França e da Grécia quando conquistadas pelos romanos. Existiam aí numerosos principados, e enquanto perdurou a lembrança deles os romanos nunca puderam estar absolutamente seguros da posse; apagada, porém, a memória daqueles principados, em vista da potência e duração do império,

surgiu a segurança completa dos possuidores. Conseguiram também os romanos, quando mais tarde lutaram entre si, arrastar parte daquelas províncias, segundo a autoridade que cada um havia conseguido impor. E as províncias, pela razão muito simples de que fora extinto o sangue de seus antigos senhores, reconheciam apenas os romanos. Consideradas, pois, estas coisas todas, não se espantará ninguém da facilidade que Alexandre teve em consolidar sua vitória na Ásia, e das dificuldades com que outros esbarraram para conservar os reinos conquistados, como aconteceu a Pirro. São contingências originadas não do valor ou do desvalor do vencedor, mas da diversidade dos povos vencidos.

CAPÍTULO V

Da maneira de conservar cidades ou principados que, antes da ocupação, se regiam por leis próprias

Quando se conquistam Estados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade, há três modos de manter-se a sua posse: primeiro — arruiná-los; segundo — ir habitá-los; terceiro — deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos, que se conservem amigos. Tendo sido esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não poderá viver sem a sua amizade e o seu poder e, naturalmente, tudo fará para mantê-lo. Por intermédio dos seus próprios cidadãos, muito mais facilmente se conservará o governo duma cidade acostuada à liberdade, do que de qualquer outra forma. Sirva-nos de exemplo a história dos espartanos e dos romanos. Os primeiros criaram em Atenas e Tebas um governo oligárquico: perde-

ram-nas novamente⁹. Os romanos, para manter-se na posse de Cápua, Cartago e Numância, destruíram-nas¹⁰. E não as perderam. Mas quiseram governar a Grécia como os espartanos, tornando-a livre e mantendo-lhe as suas leis. Não o conseguiram e foram obrigados a destruir muitas cidades para conservar-se no poder. É que, em verdade, não há garantia de posse mais segura do que a ruína. Quem se torna senhor de uma cidade tradicionalmente livre e não a destrói será

⁹ Esparta, para assegurar a sua hegemonia sobre os Estados da Grécia, teve de restaurar as oligarquias, isto é, alimentou as antigas facções conservadoras. Assim, em Atenas (404 a.C.), o partido reacionário conseguiu formar um governo provisório composto de trinta membros, o qual inaugurou o terror e era garantido pela ocupação militar espartana. Condições análogas aproximaram Tebas de Atenas, aliaram-se as duas. O exército espartano (378) voltou a Esparta, sem vitória.

¹⁰ Episódio das guerras romanas.

destruído por ela. Tais cidades têm sempre por bandeira, nas rebeliões, a liberdade e suas antigas leis, que não esquecem nunca, nem com o correr do tempo, nem por influência dos benefícios recebidos. Por muito que se faça, quaisquer que sejam as precauções tomadas, se não se promovem o dissídio e a desagregação dos habitantes, não deixam eles de se lembrar daqueles princípios e, em toda oportunidade, em qualquer situação, a eles recorrem, como fez Pisa, cem anos depois de estar sob o jugo dos florentinos¹¹. Mas,

¹¹ No mesmo ano em que Carlos VIII invadia a península (1494), Pisa rebelava-se, os pisões lançaram ao Arno o "Marzocco" (o escudo da República). Durou a guerra entre Florença e Pisa quinze anos, sendo por fim esta obrigada a render-se. Maquiavel teve papel importante nas negociações da paz.

quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob o domínio de um príncipe, extinta a sua geração — como estejam acostumados a obedecer e, ao faltar-lhes o príncipe antigo, não atinem em eleger, entre eles mesmos, um novo príncipe —, não sabem viver livres. São, assim, pouco afeitos a tomar das armas e, nessas condições, com mais facilidade poder-se-á ganhar a estima do povo e assegurar-se sua fidelidade. Nas repúblicas, há mais vida, o ódio é mais poderoso, maior é o desejo de vingança. Não deixam nem podem deixar repousar a memória da antiga liberdade.

Assim, para conservar uma república conquistada, o caminho mais seguro é destruí-la ou habitá-la pessoalmente.

CAPÍTULO VI

Dos principados novos que se conquistam pelas armas e nobremente

Não deve causar estranheza a ninguém o fato de eu citar longos exemplos, muitas vezes a respeito dos príncipes e dos Estados, durante a exposição que passo a fazer dos principados absolutamente novos. Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa. Deve proceder como os seteiros prudentes que, querendo atingir um ponto muito distante, e conhecendo a capacidade do arco, fazem a mira em altura superior à do ponto visado. Não o fazem, evidentemente, para que a flecha atinja tal altura: valem-se da mira elevada apenas para ferir

com segurança o lugar designado muito mais abaixo.

Nos principados novos, governados por príncipes novos, na luta pela conservação da posse, as dificuldades estão na razão direta da capacidade de quem os conquistou. E porque o fato de elevar-se alguém a príncipe pressupõe valor ou boa sorte, evidentemente qualquer destas razões tem a propriedade de mitigar muitas dificuldades. Todavia, é comum observar que muitos que foram menos afortunados se mantiveram mais tempo no poder. Traz muitas facilidades, ainda, o fato de o príncipe novo ser obrigado a habitar o Estado conquistado por não ter outros domínios. E para exemplo dos que foram príncipes pelo seu valor e não por boa sorte, cito como maiores Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu. E se bem que Moisés não deva ser mencionado por

ter sido um mero executor das ordens de Deus, deve, contudo, ser admirado unicamente pela graça que o fazia digno de falar ao Criador. Consideremos, porém, Ciro e outros que adquiriram e fundaram reinos. Haveis de achá-los todos admiráveis. E se se considerarem os seus atos e ordens particulares, eles não são discrepantes daqueles de Moisés, que teve tão alto preceptor. E examinando-lhes a vida e as ações, conclui-se que eles não receberam da fortuna mais do que a ocasião de poder amoldar as coisas como melhor lhes aprouve. Sem aquela ocasião, suas qualidades pessoais se teriam apagado, e sem essas virtudes a ocasião lhes teria sido vã. Portanto, era necessário a Moisés encontrar o povo de Israel, no Egito, escravizado e oprimido pelos egípcios, a fim de que, para se libertar da escravidão, se dispusesse a segui-lo. Convinha que Rômulo não encontrasse refúgio em Alba e tivesse sido exposto ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador de uma pátria.

Era necessário que Ciro encontrasse os persas descontentes do império dos medas e os medas muito efeminados e amolecidos por uma longa paz. Teseu não teria podido revelar suas virtudes se não tivesse encontrado os ate-

nienses dispersos. Tais oportunidades, portanto, tornaram felizes a esses homens; e foram as suas virtudes que lhes deram o conhecimento daquelas oportunidades. Graças a isso, a sua pátria se honrou e se tornou feliz.

Aqueles que, por suas virtudes, semelhantemente a estes, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas se mantêm facilmente. As dificuldades que encontram na conquista do principado nascem, em parte, da nova ordem legal e costumes que são forçados a introduzir para a fundação do seu Estado e da sua própria segurança. Deve-se considerar aqui que não há coisa mais difícil, nem de êxito mais duvidoso, nem mais perigosa, do que o estabelecimento de novas leis. O novo legislador terá por inimigos todos aqueles a quem as leis antigas beneficiavam, e terá tímidos defensores nos que forem beneficiados pelo novo estado de coisas. Essa fraqueza nasce parte do medo dos adversários, parte da incredulidade dos homens, que não acreditam na verdade das coisas novas senão depois de uma firme experiência. Daí resulta que os adversários, quando têm ocasião de assaltar, o fazem fervorosamente, como sectários, e os outros o defendem sem entu-

siasmo e periclita a defesa do príncipe.

É necessário, pois, querendo expor bem claramente esta parte, examinar se esses inovadores agem por si próprios, firmemente, ou se dependem de outrem, isto é, se para conduzir sua obra precisam de rogar ou se, verdadeiramente, podem forçar. No primeiro caso, são sempre mal sucedidos e não conseguem coisa alguma. Mas, quando não dependem de ninguém, contam apenas consigo mesmos e podem forçar, raramente deixam de alcançar êxito. Destarte todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram. Porque, além do que já se disse, a natureza dos povos é vária, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas sendo difícil firmá-los na persuasão. Convém, pois, providenciar para que, quando não acreditarem mais, se possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer observar por muito tempo suas constituições se estivessem desarmados. É o que, nos tempos que correm, aconteceu a Frei Girolamo Savonarola, o qual fracassou na sua tentativa de reforma quando o povo começou a não lhe dar crédito. E ele não tinha meios para manter firmes aqueles que haviam acreditado, nem para fazer com que os

incrédulos acreditassem. Pessoas nessas condições lutam com grandes dificuldades para conduzir-se, estando no seu caminho todos os perigos que só pela coragem podem ser superados. Vencidas as dificuldades, começam a ser venerados, e, exterminados os que invejavam suas qualidades, tornam-se potentes, seguros, honrados, felizes. A tão altos exemplos quero juntar outro menor, mas que tem relação com aqueles e bastará para todos os semelhantes. É o de Hierão de Siracusa. Tornando-se príncipe de Siracusa, está entre os que, da sorte, não tiveram mais do que a ocasião. Estando os siracusanos oprimidos, elegeram-no para seu capitão. Nesse posto mereceu tornar-se príncipe. E foi de tanta virtude, mesmo na vida privada, que dele se disse: "*quod nihil illi deerat regnandum praeter regnum*¹²".

Extinguiu a antiga milícia, organizou a nova, deixou as amizades antigas, conquistou outras, e, como tivesse amizades e soldados seus, pôde, sobre tais alicerces, edificar as obras que quis, tanto que teve muito trabalho para conquistar, mas pouco para manter-se.

¹² "Que não lhe faltava para ser rei senão um reino."

CAPÍTULO VII

Dos principados novos que se conquistam com armas e virtudes de outrem

Aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho têm para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente. Não têm nenhuma dificuldade em alcançar o posto, porque para aí voam; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. É o que acontece quando o Estado foi concedido ao príncipe, ou por dinheiro, ou por graça de quem o concede. Assim foi na Grécia, nas cidades da Iônia e do Helesponto, onde houve príncipes feitos por Dario para manterem sua glória e segurança. É ainda como se faziam aqueles imperadores que, de simples cidadãos, subiam ao trono pela corrupção dos soldados. Tais príncipes estão na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem lhes concedeu o Estado, isto é, de duas coisas extremamente volúveis e instáveis. E não sabem ou não

podem manter o principado: não sabem porque, se não são homens de grande engenho e virtude, não é razoável que, tendo vivido sempre em condições diferentes, saibam comandar; não podem, porque não contam com forças que lhes sejam amigas e fiéis. Além disso, os Estados que surgem de súbito, como todas as outras coisas da natureza que se desenvolvem muito depressa, não podem ter raízes ou membros proporcionados, e, ao primeiro golpe da adversidade, aniquilam-se; a não ser que aqueles príncipes, como já se disse, saibam preparar-se para conservar aquilo que a sorte lhes pôs no regaço, e estabeleçam solidamente as bases fundadas anteriormente por outros.

Destes dois meios de se tornar príncipe — pelo valor ou pela fortuna — quero apresentar dois exemplos atuais: Francesco Sfor-

za e César Bórgia. Francesco, pelos meios devidos, e por grande valor, de simples particular se tornou duque de Milão e pôde manter facilmente aquilo que havia conquistado à custa de afanosos trabalhos. Por outro lado, César Bórgia, chamado pelo povo Duque Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e sem esta o perdeu, não obstante houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valeroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe haviam concedido.

É que, como já disse acima, quem não prepara as bases antes, poderá fazer depois esse trabalho, se tem grande capacidade, ainda que com aborrecimento para o arquiteto e perigo para o edifício. Se se considerarem, então, todos os progressos do duque, ver-se-á que ele traçou grandes alicerces para a sua futura potência. Não julgo que seja supérfluo discurrir a respeito, porque eu não saberia regras melhores para oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do duque. E se seu modo de agir não lhe aproveitou não foi sua culpa e sim por força de extremos reveses da sorte. Alexandre VI encontrou grandes dificuldades imediatas e remotas

para o engrandecimento do filho. Primeiro, não encontrava meio de poder torná-lo senhor de algum Estado que não fosse Estado da Igreja, e sabia que, se tentasse apoderar-se de um destes, o duque de Milão e os venezianos não lho consentiriam, uma vez que Faenza e Rimini estavam já sob a proteção dos venezianos. Via, além disso, as tropas da Itália e especialmente aquelas de que se teria podido servir estarem em mãos de quem devia temer a grandeza do papa; e nelas não podia fiar-se, pertencendo todas aos Orsini e Colonna e seus partidários. Era necessário, portanto, que se perturbasse aquela ordem e fossem desorganizados os Estados destes para se tornar possível a conquista de um deles. Isto não lhe foi difícil, pois os venezianos, movidos por outras razões, se decidiram a facilitar a volta dos franceses à Itália, a que não fez oposição, e até tornou mais fácil com a dissolução do primeiro matrimônio do Rei Luís. O rei entrou, portanto, na Itália com o auxílio dos venezianos e consentimento de Alexandre. Logo que o rei chegou a Milão, o papa teve tropa para a conquista da Romanha, empresa tornada possível só pela fama do rei. Tendo o duque conquistado a Romanha e batido os Colonna,

querendo manter aquela e prosseguir, encontrava dois impedimentos: um, as suas tropas que não lhe pareciam fiéis, e o outro, a vontade da França. Temia o duque lhe faltassem as tropas dos Orsini, das quais se valera, e não só o impedissem de conquistar como lhe arrancassem a terra já conquistada, e, além disso, que o rei não lhe fizesse o mesmo. Dos Orsini confirmaram-se as suas suspeitas quando, depois de ter entrado em Faenza, assaltou Bolonha, e notou a sua frieza naquele assalto. Relativamente às intenções do rei, conheceu-as quando, conquistado o ducado de Urbino, assaltou a Toscana: o rei fez com que desistisse dessa empresa. Por isso o duque deliberou não depender mais das armas e fortuna de outrem. E a primeira coisa que fez foi enfraquecer as facções dos Orsini e Colonna em Roma. De todos os aderentes destes, que fossem gentis-homens, procurou o apoio, tornando-os gentis-homens seus e lhes dando grandes pensões em dinheiro, e honrou-os, segundo suas qualidades, com postos de comando e de governo, de modo que, em poucos meses, a afeição que nutriam pelos partidos se extinguiu totalmente, passando toda para o duque. Depois, esperou a ocasião de extinguir os che-

fes dos Orsini, estando já dispersos os da casa de Colonna. Não tardou a se apresentar tal oportunidade e o duque soube bem aproveitar-se dela. Com efeito, os Orsini, tendo-se apercebido tarde demais que o poder do duque e o da Igreja trariam a sua ruína, realizaram um conselho em Magione, no Perugino. Daí surgiram a rebelião de Urbino e os tumultos da Romanha, com inúmeros perigos para o duque, que a todos superou com o auxílio dos franceses. Tendo readquirido com isso sua reputação, e não se fiando mais da França nem de outros agentes externos, para não ter de crescer-lhes as forças, recorreu à astúcia. E tão bem soube dissimular as suas intenções que os Orsini se reconciliaram com ele, por intermédio do Signor Pagolo¹³. Para assegurar-se melhor deste, o duque não omitiu nenhuma prova de amizade, dando-lhe dinheiro, roupas e cavalos; tanto assim que a ingenuidade dos Orsini levou-os a Sinigaglia, à discreção do duque. Extintos pois esses chefes, e reduzidos os seus correligionários a amigos do duque, havia este conseguido muito bons alicerces para o seu poder, conquistando toda a Ro-

¹³ Ver no índice dos nomes citados o nome Orsini.

manha com o ducado de Urbino, parecendo-lhe, além disso, ter ganho a amizade da Romanha e todos aqueles povos, que haviam começado a gozar de prosperidade.

Como esta parte da ação do duque é digna de registro e de imitação, não quero silenciá-la a respeito. Logo que se apoderou da Romanha, tendo-a encontrado, em geral, sujeita a fracos senhores, que mais espoliavam do que governavam os seus súditos, dando-lhes apenas motivo de desunião (tanto que aquela província estava cheia de latrocínios, de tumultos e de toda sorte de violências), julgou o duque que era necessário, para torná-la pacífica e obediente ao braço régio, dar-lhe bom governo. E ali colocou, então, Ramiro de Orco, homem cruel e expedito, ao qual outorgou plenos poderes. Este, em pouco tempo, conseguiu fazer com que a Romanha se tornasse pacífica e unida, tendo alcançado ele mesmo grande reputação. O duque julgou depois que já não era necessária tanta autoridade, pois temia que se tornasse odiosa. E constituiu um juízo civil no centro da província, com um presidente ilustre e benquisto, e onde cada cidade estava representada. Sabendo que os rigores passados haviam criado ódios contra ele

próprio, para apagá-los do ânimo daqueles povos e conquistá-los a todos, definitivamente, em tudo, quis demonstrar que, se haviam sido cometidas crueldades, não procediam dele e sim da dureza de caráter do ministro. E, em vista disso, tendo ocasião, mandou exhibi-lo certa manhã, em Cesena, em praça pública, cortado em dois pedaços, tendo ao lado um pedaço de pau e uma faca ensangüentada. A ferocidade desse espetáculo fez com que o povo ficasse a um tempo satisfeito e espantado.

Voltemos, porém, ao ponto de partida. Encontrando-se o duque bastante poderoso e a coberto, em parte, de perigos presentes, por já terem tropas suas extinguido em grande parte as forças vizinhas que o poderiam incomodar, restava-lhe, querendo prosseguir nas conquistas, o temor ao rei da França. Sabia que os seus progressos não seriam suportados pelo rei, o qual se apercebera tarde do seu erro. Começou, por isso, a procurar amizades novas e a tergiversar com a França, na incursão que os franceses levaram a efeito no reino de Nápoles contra os espanhóis que assediavam Gaeta. Queria assegurar-se contra a França, o que lhe teria sido fácil conseguir se Alexandre vivesse. Esta foi a sua política

quanto às coisas presentes. Mas, com relação ao futuro, tinha a temer, primeiro, que o novo papa lhe fosse hostil e procurasse tirar-lhe o que Alexandre lhe dera. Pensou agir de quatro modos: primeiro — extinguir a linha de todos aqueles senhores que despojara, para evitar protestos de intervenção do papa; segundo — conquistar todos os gentis-homens de Roma, como foi dito, para poder, com seu auxílio, enfrentar o papa; terceiro — aumentar o mais possível a própria influência no Sacro Colégio; quarto — conquistar a maior soma de poder antes da morte do papa, a fim de poder resistir por si mesmo a um primeiro ataque. Dessas quatro coisas, já realizara três, por ocasião da morte de Alexandre. A quarta estava quase terminada. Dos senhores espoliados matou quantos pôde alcançar, e foram pouquíssimos os que se salvaram; havia alcançado o apoio dos gentis-homens romanos e, no Sacro Colégio, tinha formado um grande partido. Quanto à nova conquista, havia designado tornar-se senhor da Toscana e já possuía Perúgia e Piombino e tomara a si a proteção de Pisa. E logo que não o preocupasse mais o temor da França (por terem sido já expulsos os franceses do reino de

Nápoles pelos espanhóis, de modo que a ambos era necessário procurar sua amizade), o duque se precipitaria sobre Pisa. Depois disso, Luca e Siena cederiam logo, em parte movidas pelo ódio aos florentinos, em parte pelo medo. Os florentinos, então, não teriam recurso algum. Se tivesse conseguido isso (o que se daria no ano mesmo em que Alexandre morreu), conquistava o duque tanta força e reputação que por si mesmo se teria mantido e não dependeria mais da fortuna e da força de outrem e sim da sua própria força e capacidade. Mas Alexandre morreu cinco anos depois que César desembainhara a espada. Deixou-o apenas com o Estado da Romanha consolidado, e todos os outros no ar, sob a pressão de dois poderosíssimos exércitos inimigos, e doente de morte. Havia, porém, no duque tão grande energia e valor, bem sabendo ele que os homens se conquistam ou se exterminam, e eram tão sólidos os alicerces construídos para o seu poderio, que, se não fora a pressão daqueles exércitos, ou se ele estivesse sã, teria vencido qualquer dificuldade. De que as bases que preparara eram boas teve as provas: a Romanha esperou-o fielmente mais de um mês; em Roma, ainda que meio morto, esteve a

salvo; e se bem que os Baglioni, os Vitelli e os Orsini para aí tivessem ocorrido, não puderam organizar partido contra ele; e se não pôde fazer com que fosse eleito papa um partidário seu, pôde pelo menos impedir que o fosse um inimigo. Se não estivesse doente quando Alexandre morreu, tudo lhe teria sido fácil. Disse-me ele, quando da eleição de Júlio II, que pensara em tudo que podia acontecer com a morte do pai e para tudo encontrara remédio. Só não previra, naquela ocasião, que ele próprio estivesse para morrer.

Nas ações do duque, das quais escolhi as que expus acima, não encontro motivo de censura; parece-me, pelo contrário, que se deve propô-lo como exemplo a todos os que por fortuna e com as armas de outrem ascenderem ao poder. Pois, sendo ele de ânimo forte e de alta ambição, não podia governar de outra forma. Aos seus desígnios se opuseram apenas a brevidade da vida de Alexandre e a sua própria moléstia. Portanto, se julgas necessário, num principado novo, assegurar-te contra os inimigos, conquistar amigos, vencer ou pela força ou pela astúcia, fazer-te amado e temido do povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, extinguir os que podem ou

devem ofender, renovar as antigas instituições por novas leis, ser severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, manter amizades dos reis e dos príncipes, de modo que te sejam solícitos no benefício e tementes de ofender-te, repeto que não encontrarás melhores exemplos que nas ações do duque. Só é possível acusá-lo quanto à criação de Júlio pontífice, a qual escolha foi má, pois, como se disse, não podendo fazer papa a quem queria, podia evitar que o fosse quem não quisesse. Não deveria ele ter consentido jamais no papado de um dos cardeais a quem tivesse ofendido ou que, feito pontífice, tivesse de temê-lo. Pois os homens ofendem ou por medo ou por ódio. Aquelles a quem ele ofendera eram, entre outros, os cardeais de San Pietro ad Vincula, Colonna, San Giorgio, Ascânio¹⁴. Todos os outros, se se tornassem papas, tinham por que temê-lo, exceto o de Ruão e os espanhóis; estes por força de aliança e obrigação, aquele pela força do rei de França. O duque devia, portanto, fazer com que fosse eleito papa um espanhol; não o podendo, devia consentir em que o papa

¹⁴ Ver no índice dos nomes citados os nomes Júlio II, Colonna (Giovanni), Riario di Savona (Raffaele) e Sforza (Ascânio).

fosse o cardeal de Ruão e não de San Pietro ad Vincula. Engana-se quem acreditar que nas grandes personagens os novos benefícios fazem esquecer as antigas injúrias. O duque errou, pois, nessa eleição, e foi ele mesmo o causador de sua ruína definitiva.

CAPÍTULO VIII

Dos que alcançaram o principado pelo crime

Há duas maneiras de tornar-se príncipe e que não se podem atribuir totalmente à fortuna ou ao mérito. Não me parece bem, portanto, deixar de falar nestes casos, se bem que deles se pudessem falar mais detidamente onde se trata das repúblicas. Estas maneiras são: chegar ao principado pela maldade, por vias celeradas, contrárias a todas as leis humanas e divinas; e tornar-se príncipe por mercê do favor de seus conterrâneos. Para nos referirmos ao primeiro destes modos, apresentarei dois exemplos, um antigo e outro moderno, sem entrar, contudo, no mérito desta parte, pois julgo que bastaria a alguém imitá-los se estivesse em condição de devê-lo fazer.

Agátocles Siciliano tornou-se rei de Siracusa, sendo não só de impura mas também de condição abjeta. Filho de um oleiro, teve sempre vida criminosa na sua mocidade. Acompanhava as suas

maldades de tanto vigor de ânimo e de corpo que, ingressando na milícia, chegou a ser pretor de Siracusa, por força daquela maldade. Neste posto, deliberou tornar-se príncipe e manter, pela violência e sem favor de outros, aquele poder que lhe fora concedido por acordo entre todos.

Acerca deste seu desígnio, entendeu-se com Amílcar, cartaginês, que estava com seus exércitos na Sicília, e, certa manhã, reuniu o povo e o Senado de Siracusa, como se ele tivesse de consultá-lo sobre os negócios públicos. E a um sinal combinado fez que seus soldados matassem todos os senadores e os homens mais ricos da cidade. Mortos estes, apoderou-se do governo daquela cidade e o conservou sem nenhuma hostilidade por parte dos cidadãos. E apesar de os cartagineses haverem rompido com ele duas vezes e, por fim,

assediado a cidade, pôde não só defendê-la, como, deixando parte de sua gente para garanti-la contra os inimigos, com outra parte assaltou a África; em breve tempo libertou Siracusa do assédio e reduziu os cartagineses a uma condição miserável. Foram estes coagidos a entrar em acordo com Agátocles, deixando-lhe a Sicília e contentando-se com a posse da África. Consideradas, pois, suas ações e méritos, não se encontrará coisa, ou, senão, muito pouca, que se possa atribuir à fortuna. Como acima se disse, não por favor de quem quer que fosse, mas passando por todos os postos conquistados na milícia através de inúmeros dissabores e perigos é que alcançou o principado que manteve depois, à força de tantas decisões ousadas e cheias de perigo. Ainda que não se possa considerar ação meritória a matança de seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, não ter piedade nem religião, com isso pode-se conquistar o mando, mas não a glória. Mas, considerada a habilidade de Agátocles no entrar e sair dos perigos, e sua fortaleza de ânimo no suportar e superar as coisas adversas, não há por que se deva julgá-lo inferior a qualquer dos mais ilustres capitães. Todavia, a sua bárbara crueldade e desuma-

nidade e os seus inúmeros crimes não permitem seja celebrado entre os mais ilustres homens da História. Não se pode, pois, atribuir à fortuna ou ao valor aquilo que ele conseguiu sem uma e sem outro.

Em nossos tempos, sob o reinado de Alexandre VI, Oliverotto da Fermo, que ficara órfão alguns anos antes, fora criado por um tio materno, chamado Giovanni Fogliani. Nos primeiros tempos de sua juventude, dedicou-se à vida militar, sob a direção de Paulo Vitelli, a fim de que, afeito àquela disciplina, alcançasse algum alto posto na milícia. Morto Paulo, esteve sob o comando de Vitellozzo, seu irmão. E dentro de pouco tempo, como fosse engenhoso, forte e valoroso, tornou-se o primeiro homem de sua corporação. Pareceu-lhe, porém, coisa abjeta continuar a servir com outros, e, auxiliado por alguns cidadãos de Fermo, que preferiram a servidão à liberdade de sua pátria, e com a ajuda de Vitellozzo, quis ocupar aquela cidade. E escreveu a Giovanni Fogliani dizendo que, como estivera muitos anos fora de casa, desejava ir visitá-lo e à sua cidade para conhecer o seu patrimônio; e como não trabalhara senão para conseguir honras, a fim de que seus concida-

dãos vissem que não perdera o tempo em vão, queria ir em grande pompa e acompanhado de cem cavaleiros seus amigos e servidores. Rogava ao tio que se servisse de ordenar aos cidadãos de Fermo que o recebessem com homenagens; isso representaria uma honra para o tio que o tinha educado. Giovanni não deixou de atender na menor coisa ao seu sobrinho. Fê-lo receber com grandes festas, alojou-o e à sua comitiva na própria casa. Passados alguns dias, estando tudo pronto para que ordenasse o necessário à sua futura perfídia, organizou um banquete soleníssimo, para o qual convidou Giovanni Fogliani e todos os homens de maior destaque da cidade de Fermo. Terminado o banquete e os divertimentos da praxe, Olivetto, propositadamente, encetou uma conversa a respeito de assuntos graves, da grandeza do Papa Alexandre e de César, seu filho, e dos seus empreendimentos.

Tendo Giovanni e os outros expendido também considerações a respeito, ele, a um dado momento, levantou-se e disse que aquilo era coisa que se devia discutir em lugar mais reservado, dirigindo-se a seguir para um aposento ao lado. Todos os outros o seguiram. Logo que se

assentaram, saíram de escondrijos soldados que mataram Giovanni e todos os outros. Depois desse homicídio coletivo, Olivetto montou a cavalo e percorreu a cidade e assediou o supremo magistrado em seu palácio. Aterrorizados, foram obrigados a obedecê-lo e a formar um governo do qual ele era o chefe. E, mortos todos os que por descontentes poderiam prejudicá-lo, reforçou-se por novas leis civis e militares, de modo que, durante o ano em que governou a província, não só conseguira assegurar-se da cidade de Fermo, mas também tornar-se temido por todos os seus vizinhos. E seria difícil tomar-lhe a cidade, como aconteceu com Agátocles, se não se tivesse deixado enganar por César Bórgia, quando este, em Sinigaglia, como se disse antes, aprisionou os Orsini e os Vitelli. Assim, um ano depois de haver cometido o parricídio, foi estrangulado juntamente com Vitellozzo, que fora o mestre de suas virtudes e ignomínias.

Poderia alguém surpreender-se pelo fato de que Agátocles e semelhantes, depois de tantas traições e crueldades, pudessem viver tranqüilamente e a salvo em sua pátria, e defender-se dos inimigos externos e de que os cidadãos não conspirassem contra

eles — considerando-se tanto mais que muitos outros não puderam, por sua crueldade, conservar o mando, nem nos tempos de paz, nem nos tempos duvidosos de guerra. Creio que isto seja consequência de serem as crueldades mal ou bem praticadas. Bem usadas se podem chamar aquelas (se é que se pode dizer bem do mal) que são feitas, de uma só vez, pela necessidade de prover alguém à própria segurança, e depois são postas à margem, transformando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal usadas são as que, ainda que a princípio sejam poucas, em vez de extinguirem-se, crescem com o tempo. Os que observam a primeira destas linhas de conduta podem, com a ajuda de Deus e dos homens, encontrar remédio às suas consequências, como aconteceu com Agátocles. Aos outros é impossível manter-se. É de notar-se, aqui, que, ao apoderar-se dum Estado, o conquistador deve determinar as injúrias que precisa

levar a efeito, e executá-las todas de uma só vez, para não ter que renová-las dia a dia. Deste modo, poderá incutir confiança nos homens e conquistar-lhes o apoio beneficiando-os. Quem age por outra forma, ou por timidez ou por força de maus conselhos, tem sempre necessidade de estar com a faca na mão e não poderá nunca confiar em seus súditos, porque estes, por sua vez, não se podem fiar nele, mercê das suas recentes e contínuas injúrias. As injúrias devem ser feitas todas de uma vez, a fim de que, tomando-se-lhes menos o gosto, ofendam menos. E os benefícios devem ser realizados pouco a pouco, para que sejam mais bem saboreados. Sobretudo, um príncipe deve viver com seus súditos de modo que nenhum acidente, bom ou mau, o faça variar, porque, vindo, com tempos adversos, as necessidades, não terás tempo de fazer o mal; e o bem que fazes não te beneficia, pois julga-se forçado, e ninguém te agradecerá a sua prática.

CAPÍTULO IX

Do principado civil

Mas, analisando outro caso, quando um cidadão, não por suas crueldades ou outra qualquer intolerável violência, e sim pelo favor dos concidadãos, se torna príncipe de sua pátria — o que se pode chamar principado civil (e para chegar a isso não é necessário grandes méritos nem muita sorte, mas antes uma astúcia feliz), digo que se chega a esse principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos poderosos. É que em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo. Destes dois apetites diferentes nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade, desordem.

O principado é estabelecido pelo povo ou pelos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma destas partes; percebendo os

grandes que não podem resistir ao povo, começam a dar reputação a um dos seus elementos e o fazem príncipe, para poder, sob sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo também, vendo que não pode resistir aos grandes, dá reputação a um cidadão e o elege príncipe para estar defendido com a sua autoridade. O que ascende ao principado com a ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldade do que aquele que é eleito pelo próprio povo; encontra-se aquele com muita gente ao redor, que lhe parece sua igual, e por isso não a pode comandar nem manejar como entender. Mas o que alcança o principado pelo favor popular encontra-se sozinho e, ao redor, ou não tem ninguém, ou muito poucos que não estejam preparados para obedecê-lo. Além disso, não se pode honestamente satisfazer aos grandes sem injúria para os outros, mas o

povo pode ser satisfeito. Porque o objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos; estes querem oprimir e aquele não ser oprimido. Contra a hostilidade do povo o príncipe não se pode assegurar nunca, porque são muitos; com relação aos grandes, é possível porque são poucos. O pior que um príncipe pode esperar do povo hostil é ser abandonado por ele. Mas, da inimizade dos grandes, não deve temer só que o abandonem, como também que o ataquem, pois têm estes maior alcance de vistas e maior astúcia, e têm sempre tempo de salvar-se, procurando aproximar-se dos prováveis vitoriosos. Precisa ainda o príncipe de viver sempre com o povo, mas pode prescindir perfeitamente dos grandes, pois pode fazer e desfazer, cada dia, e dar-lhes ou fazer-lhes perder influência, à sua vontade.

E, para esclarecer melhor esta parte, direi dos dois grupos principais em que se podem classificar os grandes: os que procedem de tal modo que se ligam em tudo à tua fortuna, ou os que agem diversamente. Aqueles que se obrigam para contigo e não são rapaces devem ser respeitados e amados. Os que não se obrigam daquela forma devem ser examinados sob dois aspectos;

se agem assim por pusilanimidade e defeito natural de caráter, deverás servir-te deles, especialmente se podem dar-te bons conselhos, porque em tempos felizes isso te honrará e nos adversos nada terás que temer. Mas, quando não se obrigam para contigo, deliberadamente e por ambição, é sinal de que pensam mais em si próprios do que em ti. O príncipe deve, então, manter-se em guarda e temê-los como se fossem inimigos descobertos, porque sempre, na adversidade, ajudarão a arruinar-te.

Quem se torna príncipe mediante o favor do povo deve manter-se seu amigo, o que é muito fácil, uma vez que este deseja apenas não ser oprimido. Mas quem se tornar príncipe contra a opinião popular, por favor dos grandes, deve, antes de mais nada, procurar conquistar o povo.

Ser-lhe-á fácil isso, uma vez que se tenha ocupado em protegê-lo. E como os homens, quando recebem benefícios de quem só esperavam mal, se obrigam mais para com o benfeitor, torna-se o povo logo mais seu amigo do que se o príncipe houvesse sido levado ao poder por favor seu. Isso pode ser conseguido pelo príncipe de muitas maneiras, das quais não se pode traçar uma

regra certa porque elas variam conforme as circunstâncias. Deixá-la-ei de parte, por isso. **Concluirei somente que é necessário a um príncipe que o povo lhe vote amizade;** do contrário, fracassará nas adversidades. Nábis, príncipe dos espartanos, suportou o longo assédio de toda a Grécia e de um exército romano poderosíssimo, e contra eles defendeu a pátria e o Estado. Bastou-lhe apenas, quando o perigo sobreveio, assegurar-se de poucos; não lhe bastaria isso, se o povo fosse seu inimigo. E a quem estiver contra esta minha opinião, baseado naquele velho provérbio que diz que quem se apóia no povo tem alicerces de barro, direi que isso é verdade quando um cidadão acredita que o povo o liberte quando estiver, por acaso, oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados. Nesse caso, são frequentes os enganos, como os Gracos em Roma e Messer¹⁵ Giorgio Scali em Florença. Tratando-se, porém, dum príncipe que saiba comandar e seja homem de coragem, que não se abata nas adversidades, não se esqueça das outras precauções e tenha com seu próprio valor e conduta inculcado confiança no

povo, jamais será enganado por este e verá que reforçou os seus alicerces.

Principados dessa espécie correm perigo quando estão a pique de mudar de um governo civil para um absoluto; porque esses príncipes ou governam por si próprios ou por intermédio de magistrados.

Neste último caso, a sua estabilidade é precária e incerta, porque dependem completamente da vontade dos cidadãos prepostos nas magistraturas, os quais, máxime em tempos adversos, podem lhe arrebatá-lo o Estado com grande facilidade, movendo-lhe guerra ou não lhe prestando obediência. E o príncipe já não poderá, nos perigos, reconquistar a autoridade absoluta, porque os cidadãos e os súditos, habituados a seguir as ordens dos magistrados, não estão, naquela emergência, para obedecer à sua. E o príncipe, nos tempos incertos, quase não terá gente em que se possa fiar, não podendo basear-se no que observa em ocasiões normais, quando os cidadãos têm necessidade do Estado. Então, todos correm ao seu encontro, todos prometem, e não há quem não queira morrer por ele, quando a morte está longe; mas na adversidade, quando o Estado necessita dos cidadãos, encon-

¹⁵ Título que se dava a senhores, prelados e juristas até o século XVI. (N. do E.)

tram-se poucos. E essa experiência é tanto mais perigosa quando é certo que não é possível fazê-la senão uma vez. Conclui-se daí que um príncipe prudente

deve cogitar da maneira de fazer-se sempre necessário aos seus súditos e de precisarem estes do Estado; depois, ser-lhe-ão sempre fiéis.

CAPÍTULO X

Como se devem medir as forças de todos os principados

Convém fazer, ao se examinarem as qualidades destes principados, uma outra consideração: se um príncipe possui tanta força em seu Estado que se possa manter por si mesmo em caso de necessidade, ou se precisa do auxílio de terceiros. Para bem esclarecer esta parte, direi que julgo capazes de se manter por si os príncipes que podem, em vista de ter abundância de homens ou de dinheiro, formar um exército forte e fazer frente a qualquer assaltante, e que também julgo terem sempre necessidade de outros os que não podem enfrentar o inimigo em campo aberto, precisando de refugiar-se por detrás dos muros da cidade para poder defendê-la. Já se falou do primeiro caso, e mais adiante juntaremos o que é necessário. No segundo caso, não se pode fazer mais do que exortar esses príncipes a fortificar e municiar o pró-

prio Estado sem se preocupar com o resto. E quem estiver bem fortificado e se tenha conduzido com relação aos governados como acima se expôs — e se falará ainda — sempre será atacado com hesitação. Os homens são sempre contrários aos empreendimentos onde exista dificuldade; e não se pode ver facilidade no assalto a quem possui um Estado forte e não é odiado pelo povo.

As cidades da Alemanha são extremamente livres, têm pouco território e obedecem ao imperador quando querem, e não temem nem a ele nem a qualquer outro poderoso que lhes esteja ao redor, pois estão fortificadas de forma que obriga a refletir que expugná-las deve ser tarefa aborrecida e difícil. Todas possuem ao redor valas e muros adequados, possuem boa artilharia e têm sempre nos celeiros públicos o

que comer e beber e combustível para um ano. Além disso, para que a plebe nunca sofra fome, têm sempre, em comum, por um ano, trabalho para lhe dar naquelas atividades que sejam o nervo e a vida da cidade e indústrias das quais a plebe se sustente. Mais ainda: estimam grandemente os exercícios militares que são regidos por boas leis.

Assim, um príncipe que tenha uma cidade forte e não se torne odiado não pode ser atacado, e, mesmo que o fosse, o atacante regressaria de cabeça baixa. Porque as coisas do mundo são assim tão variadas que seria impossível que alguém permanecesse ociosamente um ano a assediá-lo. A quem replicasse que, se o povo tem suas propriedades fora da cidade e as visse arder, não haveria paciência capaz de resistir, e que o longo assédio e o próprio egoísmo dos súditos fariam com que se esquecessem do príncipe, responderia eu que um príncipe corajoso e forte superará sempre todas aquelas dificuldades, ora dando aos súditos a

esperança de que o mal não se prolongará, ora incutindo-lhes o temor da crueldade do inimigo, e assegurando-se com destreza dos que lhe parecessem muito temerários. Além disso, é razoável considerar que o inimigo deverá incendiar e arruinar o país logo depois de sua chegada, quando o ânimo do povo está ainda aquecido e decidido à defesa; por isso, o príncipe deve ter tanto menos dúvida, porque depois de alguns dias os ânimos se arrefecem, os danos já são uma realidade e não há mais remédio; então o povo vem unir-se mais ao príncipe, parecendo-lhe que este lhe deve uma obrigação, pois arderam as casas e arruinaram-se as propriedades em benefício dele. E a natureza dos homens faz com que se obriguem tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos. Em conclusão, considerando-se bem tudo, não será difícil a um príncipe prudente assegurar-se do seu povo, durante um cerco, quer antes, quer depois deste, uma vez que não lhe falem víveres nem meios de defesa.

CAPÍTULO XI

Os principados eclesiásticos

Resta-nos somente, agora, falar dos principados eclesiásticos. Diante destes, surge toda sorte de dificuldades, antes de que se possuam, porque são conquistados ou pelo mérito ou por fortuna. Mantêm-se, porém, sem qualquer das duas, porque são sustentados pela rotina da religião. As suas instituições tornam-se tão fortes e de tal natureza que sustentam os seus príncipes no poder, vivam e procedam eles como bem entenderem. Só estes possuem Estados e não os defendem; só estes possuem súditos que não governam. E os seus Estados, apesar de indefesos, não lhes são arrebatados; os súditos, embora não sejam governados, não cuidam de alijar o príncipe nem o podem fazer. Somente esses principados, portanto, são, por natureza, seguros e felizes. E sendo eles regidos por poderes superiores, aos quais a razão humana não atinge, dei-

xarei de falar a respeito; estabelecidos e mantidos por Deus tais Estados, seria de homem presunçoso e temerário agir de outra forma. Contudo, se alguém me perguntasse dos motivos por que a Igreja alcançou tanta grandeza no poder temporal, diria que, antes de Alexandre, os potentados italianos (e não somente potentados, mas qualquer barão ou senhor, apesar de insignificante) pouca importância davam ao poder temporal da Igreja. E agora até um rei de França o receia e foi expulso da Itália pelo papa, que conseguiu ainda arruinar os venezianos, o que apesar de conhecido não é inoportuno lembrar.

Antes que Carlos, rei da França, invadisse a Itália, esta província estava sob o império do papa, venezianos, rei de Nápoles, duque de Milão e florentinos. Estes governos deviam ter dois cuidados principais: um — que o

estrangeiro não entrasse na Itália com tropas; outro — que nenhum deles estendesse os seus domínios. Aqueles que mais se deviam vigiar eram o papa e os venezianos. E para deter a estes era necessária a união de todos os outros, como aconteceu na defesa de Ferrara; e para pôr em xeque o poder do papa, haveriam de servir os barões de Roma, os quais, por estarem divididos em duas facções — Orsini e Colonna —, viviam em constante disputa. E estando sempre de armas na mão, aos olhos do próprio pontífice, tornavam o papado fraco e inseguro. E se bem que às vezes surgisse um papa animoso, como foi Xisto, a sua fortuna e o seu saber não bastavam para livrá-lo dessa dificuldade. A brevidade dos pontificados é a razão disso, pois nos dez anos que, em média, um papa reinava, conseguia, embora à custa de grande trabalho, rebaixar uma das facções. Não obstante, se um deles havia conseguido quase que extinguir os Colonna, por exemplo, seguia-se um outro papa, inimigo dos Orsini, que favorecia a volta dos Colonna, e não tinha tempo também de destruir os Orsini. Por isso o poder temporal do papa foi pouco estimado na Itália. Surgiu depois Alexandre VI, o qual, de todos os pontífices que

já existiram, demonstrou como um papa se podia fazer valer, pelo dinheiro e pela força, e, valendo-se do Duque Valentino como instrumento, e quando da vinda dos franceses, fez tudo quanto já referi acima, a respeito da ação do duque. E apesar de o seu intento não ser o de tornar a Igreja poderosa, tudo quanto o duque realizou foi pela grandeza desta, a qual, depois da morte de Alexandre e morto também o duque, foi a herdeira dos trabalhos que este realizara. Veio depois o Papa Júlio e encontrou a Igreja forte, na posse de toda a Romanha, sendo que, pelas investidas de Alexandre, haviam sido extintos os barões de Roma e anuladas as facções referidas. Encontrou ainda o caminho aberto para acumular dinheiro, o que nunca fora feito antes de Alexandre. Júlio não só prosseguiu em tais trabalhos, como ainda os acresceu. E pensou em conquistar Bolonha, liquidar os venezianos e expulsar os franceses da Itália. Alcançou êxito em todas essas empresas, e é tão mais digno de louvor quanto se sabe que fez tudo isso com a preocupação de engrandecer a Igreja e não um determinado indivíduo. Manteve ainda os dois partidos dos Orsini e dos Colonna, nas

mesmas condições em que os encontrou; e apesar de entre eles haver alguns chefes, capazes de provocar alterações, nada fizeram; duas coisas os mantiveram inativos: o poder da Igreja, que os abatia, e o fato de não terem eles partidários no Sacro Colégio, pois os cardeais são origem dos tumultos entre as facções. Não haverá paz entre estas se tiverem cardeais, porque estes, tanto em Roma como fora da

cidade, fomentam os partidos e os barões são forçados a defendê-los. Assim, da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões. Sua Santidade, o Papa Leão, encontrou, pois, o pontificado poderosíssimo. E espera-se que, se alguns tornaram o papado poderoso pelas armas, o atual pontífice, pela sua bondade e inúmeras outras virtudes, o torne ainda mais forte e venerando.

CAPÍTULO XII

Dos gêneros de milícia e dos soldados mercenários

Tendo eu falado com pormenor de todas as causas da boa ou má sorte dos principados, e considerado as causas da sua boa ou má sorte, demonstrando os meios por que se puderam conquistar e manter, resta-me agora falar a respeito dos meios ofensivos e defensivos que neles se podem achar necessários. Dissemos acima que é necessário a um príncipe estabelecer sólidos fundamentos; sem isso, é certa a sua ruína. E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas. Direi, pois, que as forças com que um príncipe mantém o seu Estado são próprias ou mercenárias, auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém tiver o

seu Estado apoiado em tal classe de forças, não estará nunca seguro; não são unidas aos príncipes, são ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, insolentes para com os amigos, mas covardes perante os inimigos, não temem a Deus, nem dão fé aos homens, e o príncipe só adia a própria ruína na medida em que adia o ataque. Assim, o Estado é espoliado por elas na paz, e, na guerra, pelos inimigos. A razão disso é que não têm outro amor nem outra força que as mantenha em campo, senão uma pequena paga, o que não basta para fazer com que queiram morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não fazes a guerra, mas, se esta vier, fogem ou se despedem. Não me será muito difícil explicá-lo, pois a atual ruína da Itália não é causada por outra coisa senão porque durante muitos anos esteve apoiada em armas mercenárias. Estas chega-

ram a fazer algo em benefício de alguns e pareciam valorosas quando combatiam umas às outras, mas, chegado o estrangeiro, logo mostraram o que eram. Facílmo foi, por isso, a Carlos, rei de França, conquistar a giz a Itália inteira¹⁶; dizia a verdade quem dizia que a culpa toda era nossa, mas não a que pensava e sim a de que foram causa os erros expostos acima. E como eram culpados os príncipes, foram eles que sofreram a pena.

Quero, contudo, demonstrar mais claramente a má qualidade destas tropas. Os capitães mercenários ou são grandes militares ou não são nada; se o forem, não te poderás fiar neles, porque aspirarão sempre à própria glória, ou abatendo a ti, que és o seu patrão, ou oprimindo a outrem contra a tua vontade. Se não forem grandes capitães, arruinar-te-ão por isso mesmo. E se alguém responder que, mercenário ou não, quem estiver com a força agirá sempre da mesma forma, replicarei que as tropas devem ser usadas por um príncipe ou por uma república. O

¹⁶ Commines, cronista francês, refere que ao Papa Alexandre VI se atribuiu o dito segundo o qual "os franceses ao invadir a Itália tomaram do giz para marcar os seus acampamentos, e não de espadas para combater", querendo significar a falta de resistência dos Estados italianos.

príncipe em pessoa é quem deve constituir-se capitão, a república deve mandar para esse posto um de seus cidadãos e, quando for infeliz na escolha, deve logo substituí-lo. E, se se revelar um homem de valor no seu posto, deve a república assegurar-se, mediante leis, contra o capitão, para que não exorbite ele das suas funções. A experiência ensina que os príncipes, agindo por si mesmos, e as repúblicas armadas alcançam grandes progressos, ao passo que as armas mercenárias só causam danos. Mais dificilmente um cidadão de uma república que tenha tropa própria alcança o poder absoluto do que no caso da república apoiada em tropa mercenária. Roma e Esparta estiveram durante muitos séculos armadas e livres. Os suíços são armadíssimos e libérrimos. Exemplo das forças mercenárias antigas são os cartagineses, que quase foram abatidos pelos mercenários, quando terminou a primeira guerra com os romanos, conquanto os exércitos cartagineses tivessem por chefes cidadãos de Cartago. Filipe da Macedônia foi feito pelos tebanos capitão da sua gente, depois da morte de Epaminondas; e depois da vitória tirou-lhes a liberdade. Os milaneses, morto o Duque Filipe, assalariaram Francesco

Sforza para que atacasse os venezianos; e, vencido o inimigo em Caravaggio, Sforza juntou-se aos inimigos para oprimir os milaneses, seus patrões. Já Muzio Sforza, seu pai, servindo à Rainha Joana de Nápoles, deixou-a, em certo momento, sem exército. Para não perder o reino, foi ela obrigada a lançar-se aos braços do rei de Aragão. E se os venezianos e florentinos, pelo contrário, alargaram seu império com tropas mercenárias, seus capitães não se tornaram príncipes e os defenderam sempre, tem-se que os florentinos, neste caso, foram favorecidos pela sorte, pois dos capitães de valor a quem podiam temer, alguns não venceram, outros tiveram de lutar contra rivais, outros ainda dirigiram a ambição em outros rumos. O que não venceu foi Giovanni Aucut¹⁷, do qual, por não ter vencido, não se pôde conhecer a fidelidade, mas ninguém deixará de reconhecer que, se vencesse, os florentinos estariam à sua mercê. Sforza teve sempre contra si os partidários de Braccio, vigiando se eles mutuamente. Francesco voltou sua ambição para a Lombardia; Braccio, contra a Igreja e o reino de Nápoles.

¹⁷ Ver no índice dos nomes citados o nome Hawkwood (Sir John).

Vejam, porém, o que aconteceu há pouco tempo. Os florentinos fizeram Paulo Vitelli seu capitão, homem muito prudente e que, de simples particular, alcançara altíssima reputação. Se este conquistasse Pisa, não haverá quem negue que ele teria oprimido os florentinos; porque, se tivesse ficado servindo aos seus inimigos, aqueles não teriam remédio contra isso; e, se o mantivessem, teriam de obedecer-lhe. Se considerarmos os progressos dos venezianos, ver-se-á que operaram segura e gloriosamente, enquanto eles mesmos fizeram a guerra, o que se deu antes de a sua atenção voltar-se para as conquistas em terra firme. Aí, com o auxílio dos gentis-homens e com a plebe armada, operaram valorosamente, mas, quando começaram a combater em terra, deixaram essa excelente regra e seguiram os costumes de guerra da Itália. E no princípio de sua ação em terra, por não terem muito Estado e por terem grande reputação, não tinham muito que temer de seus capitães. Ampliando os seus domínios sob a direção de Carmignola, tiveram a prova desse erro. Pois que, tendo-o como grande capitão, quando venceram sob o seu comando o duque de Milão, e vendo depois que estava arrefecendo nas coisas

de guerra, julgaram que sob o seu comando não mais poderiam ter vitórias, pois lhe faltava a vontade de vencer; e como não pudessem pô-lo em disponibilidade, para não perder o que haviam conquistado, tiveram de matá-lo para assegurar-se contra ele. Tiveram depois, por capitães, Bartolomeu de Bérgamo, Roberto de São Severino, Conde de Pitigliano e outros que tais; quanto a estes, só tinham que temer as suas derrotas, não suas conquistas, como aconteceu depois em Vailá, onde, em um só dia, perderam o que, em oitocentos anos, à custa de tantos trabalhos, haviam conquistado. Essas tropas dão apenas lentas, tardias e precárias conquistas, mas rápidas e espantosas perdas. E como citei estes exemplos da Itália, que foi governada muitos anos com armas mercenárias, continuarei a discutir o assunto sob um aspecto mais geral, a fim de que, conhecendo-se as suas origens e o seu desenvolvimento, seja possível corrigir melhor o erro de usar essas tropas. Deveis saber então que, começando nestes últimos tempos o império a ser repellido da Itália, e tendo o papa maior autoridade no poder temporal, o país foi retalhado em mais Estados; porque muitas das maiores cidades tomaram armas contra a

nobreza que as tinha subjugado, ajudada pelo imperador. Ao passo que a Igreja favorecia as cidades para aumentar o seu poder temporal. Assim, em muitas cidades, simples particulares se tornaram príncipes. O resultado é que, tendo a Itália ficado, quase toda, em poder da Igreja e de algumas repúblicas, e os padres e os cidadãos destas não estando habituados a manejar armas, começaram a aliciar mercenários estrangeiros para o serviço militar. O primeiro que granjeou fama no comando dessa espécie de tropa foi Alberico da Conio, romanholo. Braccio e Sforza, que, em seus tempos, foram árbitros da Itália, foram saídos, como muitos, da escola daquele. Depois vieram todos os outros que têm comandado estas milícias até nossos tempos. E como consequência disso, a Itália foi invadida por Carlos, depredada por Luís, atacada por Fernando e infamada pelos suíços. A primeira coisa que fizeram os *condottieri* foi procurar anular a importância da infantaria, para realçar a importância própria. Agiram assim porque, não tendo Estado próprio e dependendo sempre da sua profissão, se tivessem pouca infantaria, não conseguiriam fama, e se muita, não poderiam sustentá-la. Reduzi-

ram-se portanto quase exclusivamente à cavalaria, pois, com pequeno número de cavaleiros, achavam apoio e honras, sem grandes encargos. Isso chegou a tal ponto que, num exército de vinte mil homens, não havia dois mil infantes.

Empregavam, ademais, os capitães todos os meios para afastar, de si e dos soldados, o medo e o trabalho, poupando-se nos

combates e fazendo-se prender uns aos outros sem resgate. Não atacavam as cidades de noite e os que defendiam as cidades não atacavam os sitiantes, e nem queriam combater no inverno. Tudo isso lhes era permitido pelo seu código militar, que, como se disse, tinha o objetivo de evitar trabalhos e perigos. E assim escravizaram e infamaram a Itália.

CAPÍTULO XIII

Das tropas auxiliares, mistas e nativas

As tropas auxiliares, que não são mais do que armas inúteis, são as que manda em teu auxílio algum poderoso, como fez em tempos não muito remotos o Papa Júlio; tendo ele tido, na expedição contra Ferrara, triste prova dos exércitos mercenários, voltou-se para as tropas auxiliares, combinando com Fernando, rei de Espanha, que os infantes e cavaleiros deste fossem ajudá-lo. Tais tropas podem ser úteis e boas por si próprias, mas quase sempre acarretam prejuízos ao que as solicita, pois, se perderem, estará anulado, se vencerem, estará seu prisioneiro. E, muito embora a história antiga esteja cheia destes exemplos, eu não quero sair deste, ainda recente, do Papa Júlio II, cuja decisão de abandonar-se nas mãos de um estrangeiro, só pela vontade de conquistar Ferrara, não se pode considerar uma boa deliberação.

Mas a boa fortuna do papa originou um terceiro acontecimento, a fim de que ele não colhesse os frutos da sua má escolha; é que tendo sido as forças auxiliares desbaratadas em Ravena, e surgindo os suíços, que expulsaram os vencedores, excedendo qualquer expectativa do papa e de outros, não ficou ele preso pelos inimigos, que haviam fugido, nem pelos seus aliados, tendo vencido com outras forças que não as próprias. Os florentinos, que estavam desarmados, levaram dez mil franceses a Pisa, para expugná-la: e nisso encontraram mais perigo do que em quaisquer de seus próprios trabalhos, em todos os tempos. O imperador de Constantinopla, para opor-se aos seus vizinhos, pôs dez mil turcos na Grécia, os quais, terminada a guerra, não mais quiseram partir, o que foi o começo da servidão da Grécia

aos infiéis¹⁸. Valha-se, portanto, destas tropas quem não quiser vencer, porque são muito mais perigosas do que as mercenárias.

Com aquelas, a ruína é certa; são unidas e votadas inteiramente à obediência a outros. Quanto às forças mercenárias, depois da vitória, precisam de mais tempo e de melhor oportunidade de prejudicar-te, pois não constituem um corpo perfeitamente unido e, além disso, foram organizadas e são pagas por ti; nestas, se constituíres chefe a um terceiro, não poderá este ter desde logo tanta autoridade que te possa ofender gravemente. Em resumo, nas tropas mercenárias, o que é perigoso é a covardia; nas auxiliares, o valor.

Os príncipes prudentes repeli-ram sempre tais forças, para valer-se das suas próprias, preferindo antes perder com estas a vencer com auxílio das outras, considerando falsa a vitória conquistada com forças alheias. Não deixarei nunca de ter em mente o exemplo de César Bórgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha à custa de armas auxiliares, conduzindo tropas francesas, com as quais tomou Ímola e

Forlì. Depois, como essas tropas não lhe inspirassem confiança, voltou-se às mercenárias, que, julgou, eram menos perigosas. E tomou a seu serviço os Orsini e Vitelli. Quando, tendo usado as destes últimos, julgou-as dúbias e infiéis, extinguiu-as, dedicando-se às que eram verdadeiramente suas. Pode-se daí concluir facilmente a diferença entre umas e outras, considerada a transformação na fama do duque, de quando tinha apenas os franceses, para quando empregava os Orsini e Vitelli, e quando afinal ficou com soldados seus e sob seu próprio comando. Ver-se-á que sua fama foi aumentando sempre e nunca foi tão estimado como quando se viu que ele era senhor absoluto de suas tropas. Eu não queria senão citar exemplos italianos ou recentes; apesar disso, não quero deixar de falar de Hierão Siracusano, já acima referido. Este, como disse, investido das funções de chefe dos exércitos siracusanos, percebeu logo que a milícia mercenária não era boa, por serem os chefes semelhantes aos nossos, italianos. Parecendo-lhe que não podia mantê-los nem desfazer-se deles, fê-los cortar em pedaços. Assim, pôde fazer guerra, depois, com tropas próprias. Quero ainda recordar uma passagem do Antigo

¹⁸ O Imperador João Cantacuzene, em guerra contra a facção dos Paleólogos, aliou-se, em 1346, com o Sultão Orchan. Finda a guerra, os turcos estabeleceram-se em Gallipoli.

Testamento, referente a este assunto. Oferecendo-se Davi a Saul, para ir combater contra Goliath, grande provocador filisteu, Saul, para animá-lo, quis que ele fosse com a armadura real. Davi, logo que a pôs sobre si, repeliu-a, dizendo que não poderia usar bem da sua própria força, pois queria encontrar-se com o inimigo valendo-se apenas da funda e da faca para combatê-lo. Enfim, as armas de outrem ou te caem pelas costas, ou pesam sobre ti, ou ainda te sufocam. Carlos VII, pai do Rei Luís XI, tendo, com a sua boa sorte e valor, livrado a França do jugo dos ingleses, conheceu a necessidade de se armar com forças que fossem suas, realmente, e tornou obrigatório, no seu reino, o serviço militar. O Rei Luís extinguiu, depois, a arma de infantaria e começou a ter suíços a soldo. Esse erro, seguido de outros, foi, como se vê agora, o motivo dos perigos daquele reino. Tendo dado reputação aos suíços, aviltou as próprias tropas, porque desapareceu a infantaria e a sua cavalaria foi subordinada à tropa estrangeira, e, acostumando-se ela a militar com suíços, não lhe parece possível vencer sem eles. Daí não bastarem os franceses contra os suíços, e sem os suíços, contra outros, não conseguiram

vencer. Os exércitos de França, pois, têm sido mistos, compostos de mercenários e soldados próprios. São eles muito melhores que as simples tropas auxiliares ou mercenárias e muito inferiores aos exércitos próprios.

Basta o exemplo dado, porque o reino de França seria invencível se se tivesse desenvolvido ou pelo menos conservado o regulamento militar de Carlos. Mas a pouca prudência dos homens não descobre o veneno que está escondido nas coisas que bem lhes parecem ao princípio, conforme disse acima, a respeito das febres éticas.

Portanto, aquele que, num principado, não conhecer os males na sua origem não é verdadeiramente sábio, o que é dado a poucos. Se se considerar o começo da decadência do Império Romano, achar-se-á que foi motivada somente por ter começado a ter a soldo mercenários godos. Desde então começaram a declinar as forças do império e todo o valor dele lhes era levado à conta. Concluo, pois, que, sem possuir armas próprias, nenhum principado está seguro, antes, está à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades. Foi sempre opinião e sentença dos homens sábios — *“quod nihil sit tam infirmum aut*

*instabile quam fama potentiae non sua vi nixa*¹⁹. E as forças próprias são aquelas compostas de súditos ou de cidadãos, ou de servos teus; todas as outras são mercenárias ou auxiliares. E o

¹⁹ "Nada é tão instável quanto a fama de poderio de um príncipe quando não apoiada na própria força."

modo de regulamentar os exércitos próprios será fácil de encontrar-se se se analisarem os regulamentos dos quatro a quem me referi, e se se considerar como Filipe, pai de Alexandre Magno, e muitas repúblicas e príncipes se armaram e regeram: e é a essas ordens que me reporto inteiramente, durante esta exposição.

CAPÍTULO XIV

Dos deveres do príncipe para com as suas tropas

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda. É ela de tanto poder que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, mas muitas vezes faz com que cidadãos de condição particular ascendam àquela qualidade. Ao contrário, vê-se que perderam os seus Estados os príncipes que se preocuparam mais com os luxos da vida do que com as armas. A primeira causa que te fará perder o governo é descuidar desta arte e a razão de poderes conquistá-lo é o professá-la. Francesco Sforza, de simples particular tornou-se duque de Milão, pelo fato de ter-se armado; ao passo que os seus filhos, por fugir aos deveres das armas, de duques passaram a simples cidadãos. Porque, entre

as outras razões que te acarretam males, o estar desarmado te obriga a ser submisso, e isso é uma das infâmias de que um príncipe se deve guardar, como adiante se dirá. Não há proporção alguma entre um príncipe armado e um desarmado, e não é razoável que quem está armado obedeça com gosto a quem não está, e que o príncipe desarmado viva seguro entre servidores em armas. Havendo desdém, por parte de um, e suspeita, de outro lado, não é possível que ajam de acordo. Um príncipe que não entenda de milícia, além de outras infelicidades, como se disse, não pode ser estimado pelos seus soldados nem ter confiança neles.

Um príncipe deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra e praticá-la na paz ainda mais mesmo que na guerra, e isto pode ser conseguido por duas formas: pela ação ou apenas pelo pensamento.

Quanto à ação, além de manter os soldados disciplinados e constantemente em exercício, deve estar sempre em grandes caçadas, onde deverá habituar o corpo aos incômodos naturais da vida em campanha e aprender a natureza dos lugares, saber como surgem os montes, como afundam os vales, como jazem as planícies, e saber da natureza dos rios e dos pântanos, empregando nesse trabalho os melhores cuidados. Esses conhecimentos são úteis sob dois aspectos principais: primeiro, aprende o príncipe a conhecer bem o seu país e ficará conhecendo melhor os seus meios de defesa; segundo, pelo conhecimento e prática daqueles sítios, conhecerá facilmente qualquer outro, novo, que lhe seja necessário especular, pois que os montes, os vales, as planícies, os rios e os pântanos que existem na Toscana, por exemplo, apresentam certas semelhanças com os de outras províncias. Assim, pelo conhecimento da geografia de uma província, pode-se facilmente chegar ao conhecimento de outra. E o príncipe que falha nesse particular falha na primeira qualidade que deve ter um capitão, porque é esta que ensina a entrar em contato com o inimigo, acampar, conduzir os exércitos, traçar os planos de batalha, e

assediar ou acampar com vantagem. Filopêmenes, príncipe dos aqueus, entre as outras qualidades que lhe deram os escritores, tinha esta de, nos tempos de paz, não deixar de pensar nunca em coisas de guerra. Quando passeava no campo, com os amigos, parava às vezes e os interrogava: "Se os inimigos estivessem sobre aquele monte, e nós estivéssemos aqui, com nossos exércitos, quem teria maiores vantagens? Como se poderia ir ao seu encontro, observando a nossa formação? Se nós quiséssemos retirar, como deveríamos fazer? Se eles se retirassem, como faríamos para segui-los?" Enfim, formulava todas as hipóteses que podem ocorrer em campanha, ouvia-lhes a opinião, dava a sua, corroborava-as com razões e exemplos, de modo que, mercê dessas contínuas cogitações, quando estava à frente dos exércitos, nunca surgia um acidente que ele já não tivesse previsto e para o qual, portanto, não tivesse remédio.

Agora, quanto ao exercício do pensamento, o príncipe deve ler histórias de países e considerar as ações dos grandes homens, observar como se conduziram nas guerras, examinar as razões de suas vitórias e derrotas, para poder fugir destas e imitar aquelas; sobretudo, deve fazer como

teriam feito em tempos idos certos grandes homens, que imitavam os que antes deles haviam sido glorificados por suas ações, como consta que Alexandre Magno imitava a Aquiles, César a Alexandre, Cipião a Ciro. E quem ler a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhecerá, depois, na vida de Cipião, quanto lhe foi valiosa aquela imitação e

quanto se assemelhava ele, na abstinência, afabilidade, humanidade, liberalidade, ao que Xenofonte disse de Ciro. Um príncipe sábio deve observar estas coisas e nunca ficar ocioso nos tempos de paz; deve, sim, inteligentemente, ir formando cabedal de que se possa valer nas adversidades, para estar sempre preparado a resistir-lhes.

CAPÍTULO XV

Das razões por que os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou vituperados

Resta examinar agora como deve um príncipe comportar-se com os seus súditos e seus amigos. Como sei que muita gente já escreveu a respeito desta matéria, duvido que não seja considerado presunçoso propondo-me examiná-la também, tanto mais quanto, ao tratar deste assunto, não me afastarei grandemente dos princípios estabelecidos pelos outros. Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a

ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus.

Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.

Deixando de parte, pois, as coisas ignoradas relativamente aos príncipes e falando a respeito das que são reais, digo que todos os homens, máxime os príncipes, por estarem mais no alto, se fazem notar através das qualidades que lhes acarretam reprovação ou louvor. Isto é, alguns são tidos como liberais, outros como miseráveis (usando o termo toscano *miserò*, porque *avarò*, em nossa língua, é ainda aquele que deseja possuir pela rapinagem, e *miseri* chamamos aos que se abstêm muito de usar o que pos-

suem); alguns são tidos como pródigos, outros como rapaces; alguns são cruéis e outros piedosos; perjuros ou leais; efeminados e pusilânimes ou truculentos e animosos; humanitários ou soberbos; lascivos ou castos; estúpidos ou astutos; enérgicos ou indecisos; graves ou levianos; religiosos ou incrédulos, e assim por diante. E eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja

tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste, se lhe é possível; mas, não podendo, com menor preocupação, pode-se deixar que as coisas sigam seu curso natural. E ainda não lhe importe incorrer na fama de ter certos defeitos, defeitos estes sem os quais dificilmente poderia salvar o governo, pois que, se se considerar bem tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governante.

CAPÍTULO XVI

Da liberalidade e da parcimônia

Começando, portanto, pela primeira das qualidades enumeradas, direi em que condições o ser julgado liberal é um bem. A liberalidade usada para que gozes da fama de liberal não é uma virtude; se é ela praticada virtuosamente e como devido, será ignorada e não te livrarás da má fama do seu contrário. Assim, se se quiser manter entre os homens a fama de liberal, é necessário não omitir nenhuma demonstração de suntuosidade, de tal modo que, nessas condições, consumirá sempre um príncipe, em semelhantes obras, todas as suas rendas. E, no fim, se quiser manter aquela fama, precisará de gravar o povo extraordinariamente, proceder cruelmente no fisco e fazer tudo o que se pode fazer para ter dinheiro. Isso começará a torná-lo odioso aos olhos dos súditos, e uma vez empobrecido cairá na desestima dos outros; de forma

que, tendo a sua liberalidade acarretado prejuízo a muitos e beneficiado a outros, começa o príncipe a sentir os primeiros reveses e periga em qualquer circunstância que ocorra. Percebendo isso, e querendo retrair-se, o príncipe é logo tachado de avaro. Assim, pois, não podendo usar dessa virtude sem dano próprio, de modo que seja conhecida, deve ele, se é prudente, desprezar a pecha de avarento, porque, com o tempo, poderá demonstrar que é cada vez mais liberal, pois o povo verá que a parcimônia do príncipe faz com que a sua receita lhe baste, podendo ele defender-se de quem lhe move guerra, e também lançar-se em empreendimentos sem gravar o povo, e assim está sendo liberal para todos aqueles de quem nada tira, os quais são inúmeros, e miserável para aqueles a quem não dá nada, que são muito poucos. Em nossos tempos, não

vimos que fizessem grandes coisas senão os que foram considerados miseráveis; os outros arruinaram-se. O Papa Júlio II, como se houvesse servido da fama de liberal para chegar ao papado, não pensou depois em mantê-la, e isso para poder fazer guerra contra o rei de França; entrou em muitas campanhas sem onerar os seus com qualquer taxa extraordinária, porque, para atender às despesas supérfluas, bastou-lhe a sua grande parcimônia. O atual rei da Espanha, se fosse considerado liberal, não teria começado nem vencido tantos empreendimentos.

Portanto, um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos; para poder defender-se; para não se empobrecer, tornando-se desprezível; para não ser forçado a tornar-se rapace; e pouco cuidado lhe dê a pecha de miserável; pois esse é um dos defeitos que lhe dão a possibilidade de bem reinar. E se alguém disser que César, com sua liberalidade, ascendeu ao império, e muitos outros, por serem considerados liberais, alcançaram altos postos, responderei que ou já és príncipe ou estás no caminho de o ser. No primeiro caso, esta liberalidade é prejudicial; no segundo caso, é necessário ser considerado libe-

ral. E César era um dos que queriam alcançar o poder em Roma, mas se, depois que o alcançou, tivesse vivido mais tempo e prosseguido naquelas despesas e não as tivesse reduzido, teria destruído o império. Se alguém replicasse que houve muitos príncipes que fizeram grandes coisas com os seus exércitos e têm fama de liberais, responderia eu que ou o príncipe gasta o que é seu, ou dos seus súditos, ou o que é de outrem. No primeiro caso deve ser sóbrio, no outro, não deve esquecer nenhuma liberalidade. E ao príncipe que marcha com seus exércitos e que vive à custa de presas de guerra, de saques e de reféns, e maneja o que é dos outros, é necessária essa liberalidade, porque de outra forma não seria seguido pelos seus soldados. E é possível seres muito mais pródigo com aquilo que te não pertence nem aos teus súditos, como fizeram Ciro, César e Alexandre, pois gastar o que é de outrem não rebaixa, pelo contrário, eleva a reputação. Gastar o que é seu mesmo, isso sim, é nocivo. E não há coisa que se destrua por si própria como a liberalidade, pois com seu uso continuado vais perdendo a faculdade de usá-la e te tornas ou pobre e necessitado, ou, para fugir da pobreza, rapace e odioso. E dentre as coisas de

que um príncipe se deve guardar
estão o ser necessitado ou odioso.
E a liberalidade conduz a uma ou
a outra coisa. Assim, pois, é mais
prudente ter fama de miserável, o

que acarreta má fama sem ódio,
do que, para conseguir a fama de
liberal, ser obrigado a incorrer
também na de rapace, o que
constitui uma infâmia odiosa.

CAPÍTULO XVII

Da crueldade e da piedade — se é melhor ser amado ou temido

Continuando na exposição das qualidades acima referidas, tenho a dizer que cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel: apesar disso, deve cuidar de empregar convenientemente essa piedade. César Bórgia era considerado cruel, e, contudo, sua crueldade havia reerguido a Romanha e conseguido uni-la e conduzi-la à paz e à fé. O que, bem considerado, mostrará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para evitar a pecha de cruel, deixou que Pistóia fosse destruída²⁰. Não deve, portanto, importar ao príncipe a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque, com raras exceções, é ele mais

piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassinios ou rapinagem. É que estas conseqüências prejudicam todo um povo, e as execuções que provêm do príncipe ofendem apenas um indivíduo. E, entre todos os príncipes, os novos são os que menos podem fugir à fama de cruéis, pois os Estados novos são cheios de perigo. Diz Virgílio, pela boca de Dido:

*Res dura, et regni novitas me talia cogunt / Moliri, et late fines custode tueri*²¹.

Não deve ser, portanto, crédulo o príncipe, nem precipitado, e não deve amedrontar-se a si próprio, e proceder equilibradamente, com prudência e humanidade, de modo que a confiança

²⁰ Florença fomentava a discórdia entre as facções rivais de Pistóia (Panciatichi e Cancellieri). Em 1502, uma série de motins determinou a ocupação da cidade pelo governo florentino.

²¹ "A dura condição das coisas e o fato mesmo de ser recente o meu reinado obrigam-me ao rigor e a fortificar as fronteiras."

demasiada não o torne incauto e a desconfiança excessiva não o faça intolerável.

Nasce daí esta questão debatida: se será melhor ser amado que temido ou vice-versa. Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas. É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte. E o príncipe, se confiou plenamente em palavras e não tomou outras precauções, está arruinado. Pois as amizades conquistadas por interesse, e não por grandeza e nobreza de caráter, são compradas, mas não se pode contar com elas no momento necessário. E os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens perversos, é rompido sempre que lhes aprouver, ao passo

que o temor que se infunde é alimentado pelo receio de castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca. Deve, portanto, o príncipe fazer-se temer de maneira que, se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado, o que sucederá uma vez que se abstenha de se apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e dos seus súditos, e, mesmo sendo obrigado a derramar o sangue de alguém, poderá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e causa manifesta. Deve, sobretudo, abster-se de se aproveitar dos bens dos outros, porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio. Além disso, não faltam nunca ocasiões para pilhar o que é dos outros, e aquele que começa a viver de rapinagem sempre as encontra, o que já não sucede quanto às ocasiões de derramar sangue.

Mas quando o príncipe está em campanha e tem sob seu comando grande cópia de soldados, então é absolutamente necessário não se importar com a fama de cruel, porque, sem ela, não se conseguirá nunca manter um exército unido e disposto a qualquer ação. Entre as admiráveis ações de Aníbal, enumera-se

esta: tendo um exército muito numeroso, composto de homens de todas as idades e nacionalidades, e militando em terras alheias, não surgiu nunca desinteligência alguma no seu seio, nem com relação ao príncipe, tanto nos bons como nos tempos adversos. Isso não se pode atribuir senão à sua desumana crueldade, a qual, juntamente com infinitas virtudes, o tornou sempre venerando e terrível no conceito de seus soldados. E estas virtudes, por si sós, não bastariam para produzir aquele efeito, se não fora aquela desumana crueldade. E entre escritores pouco comedidos, alguns se contentam com admirar e louvar esta sua qualidade, outros atribuem a ela todos os triunfos que conquistou. E para provar que as outras virtudes, por si sós, não bastariam, pode-se tomar como exemplo Cipião, homem excepcional, não somente nos seus tempos, mas também na memória dos fatos que a história conserva, cujos exércitos se revoltaram quando na Espanha; e este fato tem a explicação na sua demasiada bondade, que havia concedido aos soldados mais liberdade

do que a que convinha à disciplina militar. Foi, por isso, admoestado severamente no Senado por Fábio Máximo, que o chamou de corruptor da milícia romana. Os locrenses, tendo sido barbaramente abatidos por um legado de Cipião, não foram vingados pelo chefe romano, nem a insolência daquele legado foi castigada, fatos esses que nasciam do caráter bondoso de Cipião. E, querendo alguém desculpá-lo no Senado, disse haver muitos homens que sabiam mais não errar do que corrigir os erros dos outros. Esse traço de caráter teria, com o tempo, destruído a fama e a glória de Cipião se ele tivesse continuado no comando, mas, vivendo sob a direção do Senado, esta sua qualidade prejudicial não somente foi anulada, mas se lhe tornou benéfica.

Concluo, pois (voltando ao assunto sobre se é melhor ser temido ou amado), que um príncipe sábio, amando os homens como eles querem e sendo por eles temido como ele quer, deve basear-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado, como foi dito.

CAPÍTULO XVIII

De que forma os príncipes devem guardar a fé

Quanto seja louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade, não com astúcia, todos o compreendem; contudo, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam, pela astúcia, transtornar a cabeça dos homens, superando, enfim, os que foram leais.

Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. Isto foi ensinado à socapa aos príncipes, pelos antigos escritores, que

relatam o que aconteceu com Aquiles e outros príncipes antigos, entregues aos cuidados do centauro Quiron, que os educou. É que isso (ter um preceptor metade animal e metade homem) significa que o príncipe sabe empregar uma e outra natureza. E uma sem a outra é a origem da instabilidade. Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizerem unicamente de leões não serão bem sucedidos. Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determi-

naram cessem de existir. Se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau. Mas, dado que são pérfidos e que não a observariam a teu respeito, também não és obrigado a cumpri-la para com eles. Jamais faltaram aos príncipes razões para dissimular quebra da fé jurada. Disto poder-se-iam dar inúmeros exemplos modernos, mostrando quantas convenções e quantas promessas se tornaram irritas e vãs pela infidelidade dos príncipes. E, dentre estes, o que melhor soube valer-se das qualidades da raposa saiu-se melhor. Mas é necessário disfarçar muito bem esta qualidade e ser bom simulador e dissimulador. E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar. Não quero deixar de falar pelo menos de um dos exemplos novos. Alexandre VI não pensou e não fez outra coisa senão enganar os homens, tendo sempre encontrado ocasião para assim proceder. Jamais existiu homem que possuísse maior segurança em asseverar, e que afirmasse com juramentos mais solenes o que, depois, não observaria. No entanto, os enganos sempre lhe correram à medida dos seus desejos,

pois ele conhecia muito bem este lado da natureza humana²².

Contudo, o príncipe não precisa possuir todas as qualidades acima citadas, bastando que aparente possuí-las. Antes, teria eu a audácia de afirmar que, possuindo-as e usando-as todas, essas qualidades seriam prejudiciais, ao passo que, aparentando possuí-las, são benéficas; por exemplo: de um lado, parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e de outro, ter o ânimo de, sendo obrigado pelas circunstâncias a não o ser, tornar-se o contrário. E há de se entender o seguinte: que um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo freqüentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. É necessário, por isso, que possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as variações da sorte o impelirem, e, como disse mais acima, não partir do bem, mas, podendo, saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado. O

²² Dizia-se de Alexandre VI que ele nunca fazia o que dizia, ao passo que César Bórgia nunca dizia o que ia fazer.

príncipe deve, no entanto, ter muito cuidado em não deixar escapar da boca expressões que não revelem as cinco qualidades acima mencionadas, devendo aparentar, à vista e ao ouvido, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Não há qualidade de que mais se careça do que esta última. É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos vêem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente, e estes poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado. Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o

que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não tem onde se apoiar. Um príncipe de nossos tempos, cujo nome não convém declarar, prega incessantemente a paz e a fé, sendo, no entanto, inimigo acérrimo de uma e de outra²³. E qualquer delas, se ele efetivamente a observasse, ter-lhe-ia arrebatado, mais de uma vez, a reputação ou o Estado.

²³ Alusão a Fernando, o Católico.

THE
 HISTORY OF THE
 CITY OF BOSTON

1	1730	1734	1735	1736	1737	1738	1739	1740	1741	1742	1743	1744	1745	1746	1747	1748	1749	1750	1751	1752	1753	1754	1755	1756	1757	1758	1759	1760	1761	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1808	1809	1810	1811	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	1822	1823	1824	1825	1826	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100
---	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

CAPÍTULO XIX

De como se deve evitar o ser desprezado e odiado

Uma vez que me referi às mais importantes das qualidades acima mencionadas, das outras quero falar ligeiramente, de um modo geral. O príncipe procure evitar, como foi dito anteriormente, o que o torne odioso ou desprezível e, sempre que assim agir, terá cumprido o seu dever e não encontrará nenhum perigo nos outros defeitos. O que principalmente o torna odioso, como disse acima, é o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos seus súditos. Desde que não se tirem aos homens os bens e a honra, vivem estes satisfeitos e só se deverá combater a ambição de poucos, a qual se pode soffrear de muitos modos e com facilidade. Fã-lo desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo príncipe como o

nauta evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às ações privadas de seus súditos deve fazer com que a sua sentença seja irrevogável, conduzindo-se de tal forma que a ninguém passe pela mente enganá-lo ou fazê-lo mudar de idéia.

O príncipe que conseguir formar tal opinião de si adquire grande reputação; e contra quem é reputado difficilmente se conspira e difficilmente é atacado enquanto for tido como excelente e reverenciado pelos seus. Um príncipe deve ter duas razões de receio: uma de ordem interna, por parte de seus súditos; outra de ordem externa, por parte dos poderosos de fora. Defender-se-á destes com boas armas e com bons aliados; e se tiver armas terá sempre bons amigos. As coi-

sas internas, por sua vez, estarão sempre estabilizadas se estabilizadas estiverem as de fora, salvo se aquelas já não estiverem perturbadas por uma conspiração. Mesmo quando as de fora se agitassem, se o príncipe tivesse agido e vivido como escrevi, e não desalentasse, resistiria sempre a qualquer ataque, como narrei acima, relativamente ao espartano Nábis. A respeito dos súditos, porém, quando as questões externas estão em calma deve sempre recear que conspirarem secretamente, perigo de que o príncipe se afasta se não se tornou odiado ou desprezado, e se tiver feito com que o povo esteja satisfeito com ele: e isso é necessário conseguir pelas formas a que acima se fez longa referência. Ora, um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não se tornar odiado pela população, pois quem conspira julga sempre que vai satisfazer os desejos do povo com a morte do príncipe; se julgar, porém, que com isso ofenderá o povo, não terá coragem de tomar tal partido, porque as dificuldades com que os conspiradores teriam que lutar seriam infinitas. Vê-se, pela experiência, que muitas têm sido as conspirações, mas que poucas delas tiveram êxito, pois quem conspira

não pode estar só, nem pode ter como companheiros senão aqueles que estiverem desgostosos. E logo que revelas as tuas intenções a um descontente, dar-lhe-ás motivo de contentamento, pois ele pode esperar qualquer vantagem de traição do segredo, e de forma que, vendo deste lado só ganhos certos, e, de outro, só vendo dúvidas e muitos perigos, somente um amigo, como raros, ou um inimigo implacável do príncipe se conservará fiel à conspiração. Em suma, direi que, por parte do conspirador, não há senão medo, inveja e a suspeita da punição, que o atormenta; por parte do príncipe existe a majestade do principado, as leis, a defesa dos amigos e do Estado, que o resguardam: tanto que, acrescentando a tudo isso a estima popular, é impossível que exista alguém tão temerário que se abalance a conspirar. Ordinariamente, o que um conspirador receia antes de levar a efeito o mal deverá recear também depois, tendo o povo por inimigo, depois do fato consumado, e não poderá por isso esperar qualquer refúgio.

Podéria eu citar numerosos exemplos desta matéria: limitar-me-ei, porém, a um só, que nos foi legado pela recordação de nossos pais. Tendo sido assassinado pelos Canneschi o senhor

de Bolonha, Messer Aníbal Bentivoglio, avô do atual Messer Aníbal, não ficando da família senão Messer Giovanni, criança de colo, o povo, logo depois do homicídio, sublevou-se e matou todos os Canneschi. Isso foi devido à benevolência popular com a qual a casa dos Bentivoglio contava naquela época, benquerença essa tão grande que, não tendo restado em Bolonha um só membro daquela família, que pudesse, morto Aníbal, governar o Estado, e havendo indício de que havia em Florença um jovem pertencente àquela família, e tido, até então, como filho de um ferreiro, os bolonheses ali foram procurá-lo e lhe entregaram o governo da cidade, que foi governada por ele até que Messer Giovanni alcançasse idade suficiente para reinar.

Concluo, portanto, afirmando que a um príncipe pouco devem importar as conspirações se é amado pelo povo, mas quando este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e a todos. Os Estados bem organizados e os príncipes prudentes preocuparam-se sempre em não reduzir os grandes ao desespero e satisfazer e contentar o povo, porque essa é uma das questões mais importantes que um príncipe deve ter em mente. Em nossos tempos, entre os rei-

nos bem organizados e governados, deve-se enumerar o de França. Encontram-se nele numerosas boas instituições, das quais dependem a liberdade e a segurança do rei. A primeira delas é o Parlamento e a autoridade que possui, pois o homem que organizou aquele reino, conhecendo, de um lado, a ambição e a insolência dos poderosos, e julgando necessário pôr-lhes um freio à boca para corrigi-los, e, de outro, conhecendo o ódio do povo contra os grandes, motivado pelo medo, e querendo protegê-los, não permitiu que essa tarefa ficasse a cargo do rei, para desculpá-lo da acusação dos grandes quando favorecesse o povo, e do povo quando favorecesse os poderosos. Por isso constituiu um terceiro juiz que fosse aquele que, sem responsabilidade do rei, deprimisse os grandes e favorecesse os menores. Essa organização não podia ser melhor nem mais prudente, nem se pode negar que seja a melhor causa de segurança do rei e do reino. Pode-se daí tirar notável instituição; os príncipes devem encarregar a outrem da imposição de penas; os atos de graça, pelo contrário, só a eles mesmos, em pessoa, devem estar afetos. Concluo novamente que um príncipe deve estimar os grandes,

mas não se tornar odiado pelo povo.

Podia parecer a muitos, considerando-se a vida e morte de certos imperadores romanos, que constituíssem exemplos contrários a esta minha opinião, sendo que alguns deles, apesar de terem vivido sempre exemplarmente e demonstrado possuir grandes virtudes, perderam o poder, ou foram mortos pelos seus, que contra ele conspiraram. Desejando responder a estas objeções, narrarei as causas da sua ruína, que são diferentes das que aduzi, procurando tomar particularmente em consideração aquelas que parecem notáveis a quem lê as ações daqueles tempos. Basta-me citar todos os imperadores que se sucederam no governo, desde o filósofo Marco Aurélio até Maximino, os quais foram Marco, seu filho Cômodo, Pertinax, Juliano, Severo, o filho deste — Antonino, Caracala, Macrino, Heliogáballo, Alexandre e Maximino. Deve-se primeiramente atentar em que, enquanto nos outros principados é necessário lutar apenas contra a ambição dos grandes e a insolência do povo, os imperadores romanos tinham pela frente uma terceira dificuldade, que era a de ter que suportar a crueldade e a rapacidade dos soldados. Esta dificul-

dade era tão grande que se tornou a causa da ruína de muitos, pois é difícil satisfazer a um tempo aos soldados e ao povo, pois que este, amante da paz, amava, conseqüentemente, os príncipes modestos, e os soldados estimavam o príncipe que possuísse ânimo guerreiro e que fosse insolente, cruel e rapace. Queriam que ele usasse dessas qualidades contra o povo para poder ganhar soldo dobrado e dar largas à sua rapacidade e crueldade. Isso fez com que os imperadores que, por natureza ou por habilidade, não tinham reputação suficiente para refrear os soldados nem o povo sempre se arruinassem. E a maior parte deles, especialmente os novos que conquistavam o principado, ao conhecerem a dificuldade desses dois elementos, procuravam satisfazer aos soldados, não dando importância às ofensas ao povo; era necessário tomar esse partido, pois, não sendo possível aos príncipes deixar de ser odiados por alguém, deviam eles esforçar-se antes de mais nada por não ser odiados pela maioria. E quando não o podem conseguir, devem procurar, com muita habilidade, fugir ao ódio das maiorias mais poderosas. Por isso, os imperadores que, por serem novos, precisavam de favores

extraordinários, aderiram aos soldados antes de aderir ao povo, o que se lhes tornava útil ou não, conforme esse príncipe soubesse manter a reputação entre eles. Por estas causas referidas é que Marco, Pertinax e Alexandre, homens de vida modesta, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanos e benignos, todos, com exceção de Marco, tiveram triste fim. Só este viveu e morreu honradíssimo porque chegou ao poder *jure hereditario*^{2 4} e não lhe era necessário fazer reconhecer o seu poder, nem pelo povo, nem pelos soldados. Ademais, sendo portador de muitas virtudes, que o tornavam venerando, enquanto viveu, sempre manteve a ambos, povo e exército, em ordem, nos seus justos termos, e nunca foi odiado nem desprezado. Pertinax, porém, foi feito imperador contra a vontade dos soldados, os quais, tendo sido habituados a viver licenciosamente sob o domínio de Cômodo, não puderam suportar a vida honesta que Pertinax tencionava impor-lhes. Por isso, tendo ele despertado ódio, e tendo-se ao ódio juntado o desprezo, pelo fato de ser velho, Pertinax arruinou-se logo nos princípios de sua administração. E é de notar-se aqui que o ódio se

adquire quer pelas boas, quer pelas más ações. Por isso, um príncipe, querendo manter o Estado como disse mais acima, é freqüentemente obrigado a não ser bom, porque quando aquela maioria, povo, soldados ou grandes que sejam, de que tu julgas ter necessidade para te manteres no poder, é corrompida, convém que sigas o seu pendor para satisfazê-la, e, nesse caso, as boas ações são prejudiciais. Mas falemos de Alexandre, que foi tão bondoso que entre os louvores que se lhe atribuem está o de não ter, durante os catorze anos que manteve o império, mandado executar quem quer que fosse sem prévio julgamento. Apesar disso, sendo considerado efeminado e homem que se deixava dominar pela mãe e tendo por isso caído no desprezo, o exército conspirou e ele foi assassinado.

Falando, agora, de outro lado, das qualidades de Cômodo, Severo, Antonino, Caracala e Maximino, vereis que foram extremamente cruéis e rapaces. Para satisfazer os soldados, não deixaram de cometer nenhuma daquelas injúrias que se pudessem cometer contra o povo, e todos, excetuando-se Severo, tiveram triste fim. É que Severo foi tão valoroso que, mantendo a amizade dos soldados, embora opri-

^{2 4} Por direito hereditário.

mando o povo, pôde sempre reinar com felicidade, porque aquelas suas virtudes o tornavam tão admirável no conceito dos soldados e do povo, que este ficava, de certa forma, atônito, e aqueles, reverentes e satisfeitos. Conhecendo Severo a ignávia do Imperador Juliano, persuadiu o exército, do qual era capitão na Ilíria, de que era oportuno ir a Roma, para vingar a morte de Pertinax, assassinado pelos pretorianos, e, sob esse pretexto, sem aparentar que aspirava ao poder, conduziu o seu exército contra Roma, e chegou à Itália antes mesmo da notícia da sua partida. Chegando a Roma, foi ele, pela pressão do medo, eleito imperador pelo Senado, e assassinado Juliano. Depois disso, restavam ainda duas dificuldades a Severo para se assenhorear de todo o Estado: uma, na Ásia, onde Pescênio Negro, chefe dos exércitos asiáticos, se proclamara imperador; e outra no Ocidente, onde Albino também queria subir ao império. E como julgasse perigoso declarar-se inimigo dos dois, deliberou atacar Pescênio Negro e enganar Albino. A este escreveu que, tendo sido eleito imperador pelo Senado, queria dividir com ele aquela honra; mandou-lhe o título de César e, por deliberação do Senado, tor-

nou-o seu colega. Albino julgou que tais coisas fossem verdade, mas Severo, depois de ter vencido e morto Pescênio Negro e pacificado o Oriente, voltou a Roma e se queixou no Senado de que Albino, esquecido dos benefícios dele recebidos, tentara matá-lo traiçoeiramente e, por isso, era obrigado a ir punir a ingratição. Depois, foi ao seu encontro, nas Gálias, e lhe tirou o governo e a vida. Quem examinar cuidadosamente as ações deste homem acabará por julgá-lo um ferocíssimo leão e uma astutíssima raposa e verá que foi temido e reverenciado por todos e não odiado pelo exército, e não se admirará se ele — homem novo — pôde manter tão grande poder; é que a sua alta reputação o defendeu sempre daquele ódio que o povo lhe poderia ter votado, em virtude das suas rapinagens. E Antonino, seu filho, foi também homem que tinha excelente proceder, que o tornava maravilhoso no conceito do povo e benquisto pelos soldados, porque era militar, suportava otimamente qualquer fadiga e desprezava os manjares delicados e quaisquer outros elementos de conforto: isso era o suficiente para fazer com que se tornasse estimado por todos os exércitos. Não obstante, sua ferocidade e crueldade foram

tão grandes e inauditas, que mandou matar grande número de particulares e assim sacrificou grande parte do povo de Roma e todo o de Alexandria, de tal modo que se tornou muitíssimo odiado por todos e começou a ser temido também por aqueles que com ele privaram e, afinal, foi assassinado por um centurião, em meio de seu exército. É de notar-se neste ponto que tais assassinios, deliberados por homens obstinados, são impossíveis de evitar pelos príncipes, pois que todo aquele que não temer a morte poderá executá-los. Não deve, porém, o príncipe temerizar-se, porque são muito raros. Deve apenas guardar-se de não injuriar gravemente alguma das pessoas de que se serve e que ele tem junto a si, a serviço do seu principado, como fez Antonino. Havia este assassinado indignamente um irmão daquele centurião, e ainda ameaçava este todo dia; mas, apesar disso, conservou-o na sua guarda, o que vinha a ser coisa temerária e capaz de arruiná-lo, como aconteceu.

Passemos agora a Cômodo, a quem teria sido fácil manter o poder, por tê-lo alcançado *jure hereditário*, sendo filho de Marco, e lhe bastava apenas seguir as pegadas do pai para contentar o exército e o povo. Mas,

como era de índole cruel e bestial, para poder usar da sua rapacidade contra o povo, pôs-se a favorecer os soldados e os tornou licenciosos; por outra parte, não se preocupando com a dignidade, descendo freqüentemente às arenas para combater com os gladiadores e fazendo outras coisas vis, pouco dignas da majestade imperial, tornou-se desprezível no conceito dos soldados. Tendo-se tornado, dessa forma, odiado por uns e desprezado por outros, conspirou-se contra ele e foi assassinado. Resta-nos narrar as qualidades de Maximino. Este foi homem extraordinariamente belicoso, e, estando os exércitos enfastiados com a passividade de Alexandre, de que falei acima, morto este, elegeram-no para o governo. Maximino, porém, não reinou por muito tempo, porque duas coisas o tornaram odiado e desprezado: primeiro, ser de baixa extração, pois já fora pastor na Trácia (fato que era conhecido por todos e o rebaixava muito no conceito de toda a gente); segundo, tendo, quando da sua elevação ao império, adiado a sua ida a Roma para entrar na posse da dignidade imperial, dera de si fama de ser muito cruel, pois, por intermédio dos seus prefeitos, em Roma e em toda a parte, perpetrara numero-

sas perversidades. Assim, movido todo o mundo pelo desprezo de sua baixa ascendência e cheio de ódio pelo temor da sua ferocidade, surgiram as conspirações. Revoltou-se primeiramente a África; depois, o Senado e todo o povo romano, e, mais tarde, toda a Itália esteve contra ele. Juntou-se a esse movimento o seu próprio exército, o qual estava em campanha, sitiando Aquiléia, e, tendo encontrado dificuldade para isso, enraivecido pela crueldade do príncipe, suprimiu-o, pois o viu cercado de inimigos e já não o temia.

Não quero falar de Heliogáballo, nem de Macrino, nem de Juliano, os quais, por terem sido inteiramente menosprezados, extinguiram-se logo; não quero falar destes, dizia, e sim passar à conclusão deste assunto. Assim, digo que os príncipes dos nossos tempos no seu governo não têm esta dificuldade de dar satisfações exorbitantes aos soldados, pois, não obstante se deva ter para com aqueles certa consideração, rapidamente resolve-se a situação, por não ter nenhum desses príncipes um exército que se tenha desenvolvido com os governos e administrações das províncias, como era nos exércitos do Império Romano. E, se naquela época era necessário sa-

tisfazer mais aos soldados do que ao povo, agora é mais necessário a todos os príncipes — exceto ao grão-turco e ao sultão do Egito — satisfazer mais ao povo do que ao exército, porque este é menos poderoso do que aquele. Excetuo o grão-turco pelo fato de conservar este em torno de si doze mil infantes e quinze mil soldados de cavalaria, sendo que disso dependem a segurança e o poder do seu reino. É necessário, portanto, que, em lugar de qualquer outra consideração para com outrem, aquele seja amigo dos exércitos. A mesma coisa sucede ao reino do sultão do Egito; estando tudo nas mãos dos soldados, convém também a ele mantê-los como seus amigos, sem se preocupar com o povo.

E deve-se notar que este reinado do sultão é diferente de todos os outros principados porque é semelhante ao papado, o qual não se pode classificar nem como principado hereditário, nem como principado novo, posto que não são os filhos do príncipe antigo que se tornam herdeiros e ficam senhores, mas sim aqueles que são elevados a esse posto por aqueles que têm autoridade. E, como isso seja uma antiga instituição, não se pode chamar de principado novo; e também por-

que naqueles não existem as dificuldades existentes nestes, pois, embora o príncipe seja novo, a organização do Estado é velha. E os governantes são obrigados a recebê-lo como se fossem senhores hereditários.

Voltemos, porém, ao nosso assunto. Direi que quem considerar o que acima referi verá como o ódio ou o desprezo foram causas da ruína dos imperadores mencionados e conhecerá também os motivos por que, parte daqueles procedendo de uma forma, e outros, de maneira contrária, alguns deles terminaram bem e outros tiveram triste fim; e também por que a Pertinax e Alexandre, por serem príncipes

novos, foi inútil e danoso querer imitar Marco, que no principado estava *jure hereditario*. Igualmente, por que a Caracala, Cômodo e Maximino foi pernicioso imitar a Severo, por não terem possuído tanta virtude que bastasse para que pudessem seguir-lhe o caminho. Um príncipe novo, num principado novo, não pode, portanto, imitar as ações de Marco, nem da mesma forma, é necessário imitar as de Severo. Deve, sim, aproveitar de Severo as qualidades que forem necessárias para fundar o seu Estado, e, de Marco, aproveitar as que sejam gloriosas e convenham para manter um Estado que já esteja estabelecido e firme.

CAPÍTULO XX

Se as fortalezas e muitas outras coisas que dia a dia são feitas pelo príncipe são úteis ou não

Alguns príncipes, para manter seguramente o Estado, desarmaram os seus súditos, outros dividiram as cidades conquistadas conservando facções para combater-se mutuamente, outros alimentaram inimizades contra si mesmos, outros dedicaram-se à conquista do apoio daqueles que lhes eram suspeitos no início de seu governo, alguns outros edificaram fortalezas, outros, ainda, as arruinaram. E, se bem que todas estas coisas não se possam julgar em definitivo se não se examinarem as particularidades dos Estados onde se tivesse que tomar qualquer destas deliberações, falarei contudo de um ponto de vista geral, compatível com a própria matéria.

Nunca um príncipe novo desarmou os seus súditos, antes, sempre que os encontrou desarmados, armou-os. Essas armas

ficarão tuas e se tornarão fiéis aqueles que te eram suspeitos, mantêm-se fiéis aqueles que já o eram, e de súditos se transformam em teus auxiliares. E como não se pode armar a todos os súditos, uma vez que benefícios àqueles a quem armas, podes agir mais seguramente com relação aos outros. A diferença de tratamento para com aqueles obriga-os para contigo, e os outros desculpar-te-ão julgando necessário que maior recompensa tenham os que estão expostos a maiores perigos e estão mais ligados a ti por efeito mesmo dessas obrigações.

Desarmando-os, principias por ofendê-los, mostrando que duvidas deles, seja porque és covarde, seja porque não confias neles. Qualquer destas opiniões criará ódio contra ti. E como não podes ficar desarmado, convém que te

voltes para a milícia mercenária, cujas qualidades acima referi. Mesmo que fosse boa, não pode ter tanta força suficiente para te defender dos inimigos poderosos, e dos súditos suspeitos. Como disse, um novo príncipe, num principado novo, sempre organizou a força armada. Destes exemplos a história está cheia. Mas quando um príncipe conquista um novo Estado que seja anexado aos domínios, então é necessário desarmar aquele Estado, exceto aqueles que tenham colaborado contigo para que o conquistasses, e mesmo a estes é necessário, com o tempo, tornar apáticos e amolecidos, de modo que todas as armas desse Estado estejam com teus próprios soldados, que viviam junto de ti no Estado antigo.

Os nossos antepassados e aqueles que eram tidos como prudentes, costumavam dizer que Pistóia tinha de ser mantida pela divisão dos partidos, e Pisa pelas fortalezas, e assim agiam de maneira diversa nas cidades conquistadas para poder conservá-las mais facilmente. Essa era a política mais sábia provavelmente, naqueles tempos em que a Itália estava de certo modo equilibrada, mas não creio que possa servir hoje como preceito; não acredito que as divisões trouxes-

sem qualquer bem; antes, pelo contrário, acontece que, quando o inimigo se avizinha, as cidades divididas perdem-se logo, porque a parte mais fraca aderirá às forças externas e a outra não se poderá manter. Os venezianos, obedecendo, como creio, às razões mencionadas, costumavam fomentar as facções guelfas e gibelinas nas cidades que estavam sob o seu domínio. E, se bem que não os deixassem chegar até à luta, alimentavam essas discordâncias, para que, ocupados os cidadãos naquelas suas diferenças, não se unissem contra eles. Isso, como se viu, não lhes deu bons resultados, porque, tendo os venezianos sido desbaratados em Vailá, algumas daquelas cidades tomaram ânimo e lhes arrebataram todos os territórios. Tal política revela, portanto, fraqueza do príncipe, porque num principado poderoso jamais se permitirão semelhantes divisões; elas são proveitosas apenas nos tempos de paz, podendo-se mediante esse sistema governar os súditos mais facilmente. Em vindo a guerra, porém, percebe-se a sua falácia. Os príncipes se tornam grandes, sem dúvida, quando superam as dificuldades e a oposição que se lhes movem. Assim, a fortuna, máxime quando quer engrandecer a um novo

príncipe, o qual tem mais necessidade de conquistar reputação do que um hereditário, suscita-lhe inimigos que o guerreiam a fim de que tenha ele a oportunidade de vencê-los e subir mais, valendo-se daquela escada que os próprios inimigos lhe estendem. Muitos julgam, por isso, que um príncipe sábio, quando tiver ocasião, deve fomentar com astúcia certas inimizades contra ele mesmo, a fim de que pela vitória sobre os inimigos mais se possa engrandecer. Os príncipes, e principalmente os recentes, têm encontrado mais fé e maiores utilidades nos homens que no início do seu governo lhes eram suspeitos, do que naqueles que, naquela ocasião, lhes haviam inspirado confiança. Pandolfo Petrucci, senhor de Siena, dirigia o Estado mais com o auxílio daqueles de quem suspeitara do que daqueles em que tivera confiança. Mas de tal matéria não é possível estabelecer regras gerais, pois variam muito as circunstâncias de cada caso. Direi apenas que os homens que foram hostis à fundação de um novo governo, para manter-se, carecem eles mesmos de apoio, e o príncipe sempre poderá conquistá-los com grande facilidade. Eles, por sua vez, são forçados a servi-lo com tanto maior lealdade quanto reconhe-

çam a necessidade de anular, pelas ações, aquela péssima opinião que tinha o príncipe a seu respeito. Assim, a este aproveitam mais os serviços dos antigos adversários do que os daqueles que, por ter demasiada segurança, negligenciam os interesses do príncipe.

Agora, como a matéria mesma o proporciona, não quero deixar de lembrar aos príncipes que tenham tomado recentemente a direção de um Estado, mediante o favor da população, que considerem bem que razão os terá levado a favorecê-los: e se ela não for afeição natural para com eles, e sim o descontentamento com o antigo governo, ao príncipe só muito dificilmente será possível conservar a amizade daqueles, pois será impossível satisfazê-los. E considerando bem, com os exemplos que há das coisas antigas e modernas, relativamente à razão deste fato, ver-se-á que ao príncipe é muito mais fácil conquistar a amizade daqueles homens que estavam contentes com o regime antigo, sendo, portanto, seus inimigos, do que a daqueles que, por descontentes, fizeram-se seus amigos e aliados, ajudando-o na conquista do Estado.

Tem sido hábito dos príncipes, para poder manter mais seguramente o seu Estado, edificar for-

talezas que sejam o bridão e o freio dos que tivessem a intenção de atacá-lo, e possuir um refúgio seguro no caso de sofrer um ataque inesperado. Louvo este modo de agir, porque é usado desde os tempos remotos; apesar disso, Messer Niccolo Vitelli, em nossos tempos, viu-se na contingência de destruir duas fortalezas na Cidade do Castelo para poder manter aquele Estado. Guido Ubaldo, duque de Urbino, reconquistando o seu domínio, de onde fora expulso por César Bórgia, destruiu, desde os alicerces, todas as fortificações daquela província, e julgou que sem elas seria mais difícil perder o Estado novamente. Os Bentivoglio, regressando a Bolonha, tiveram o mesmo procedimento. As fortalezas, portanto, são úteis ou não segundo as circunstâncias, e se fazem bem, por um lado, arruínam-te por outro. Pode-se explicar este fato da seguinte maneira: o príncipe que tiver mais medo do seu povo do que dos estrangeiros deve construir fortificações, mas aquele que tiver mais temor dos estranhos do que do povo não deve preocupar-se com isso. O castelo de Milão, -edificado por Francesco Sforza, foi e será maior motivo de perturbações para a casa dos Sforza do

que outra coisa naquele Estado. Mas ainda a melhor fortaleza que possa existir é o não ser odiado pelo povo, pois que, se tiveres fortificações e fores odiado por ele, elas não poderão salvar-te, pois não faltam nunca aos povos rebelados príncipes estrangeiros que desejem ajudá-los. Em nossos tempos, observa-se que as fortalezas não deram proveito a nenhum príncipe, a não ser à Condessa de Forlì, quando morreu o Conde Girolamo^{2 5}, seu esposo, porque graças às fortalezas é que pôde escapar à fúria popular e esperar socorros de Milão, conservando assim o seu Estado. E a época era tal que os de fora não podiam socorrer o povo. Sem embargo, também à Condessa de Forlì as fortalezas pouco adiantaram, quando César Bórgia lhe assaltou o Estado e o povo, inimigo daquela, formou ao lado do conquistador. Portanto, quer nessa ocasião, quer antes, teria sido mais seguro para ela não ser odiada pelo povo do que possuir fortalezas. Considerando-se, pois, todas estas coisas, louvarei os que construírem fortalezas e também os que não as construírem, e lamentarei aqueles

^{2 5} Ver no índice dos nomes citados o nome Senhora de Forlì

que, fiando-se em tais meios de o fato de serem odiados pelo
defesa, não se preocuparem com povo.

CAPÍTULO XXI

O que a um príncipe convém realizar para ser estimado

Nada faz estimar tanto um príncipe como os grandes empreendimentos e o dar de si raros exemplos. Temos, nos nossos tempos, Fernando de Aragão, atualmente rei de Espanha. A este príncipe pode-se chamar quase que de novo, porque de um rei fraco se tornou, pela fama e pela glória, o primeiro rei cristão; e se considerardes as suas ações, vereis que são todas altíssimas, havendo algumas extraordinárias. No começo de seu reinado, assaltou Granada, e esse empreendimento constituiu a base de seu Estado. Primeiro, agiu despreocupadamente e com a certeza de que não seria impedido: os barões de Castela, com a atenção presa na guerra referida, não cogitavam de fazer inovações. Fernando conquistava, então, naquele meio, reputação e autoridade sobre eles, que disso

não se apercebiam. Com dinheiro da Igreja e do povo, pôde manter exércitos e, por uma longa guerra, assentar as bases do seu próprio renome como militar. Além disso, para poder lançar-se em maiores empresas, servindo-se sempre da religião, dedicou-se a uma piedosa crueldade expulsando e livrando seu reino dos *marranos*, exemplo extremo de piedade. Sob essa mesma capa de religião, assaltou a África; levou a efeito a expedição da Itália; mais tarde, assaltou a França, e assim sempre fez e urdiu grandes coisas, que mantiveram sempre em suspenso e cheios de admiração os ânimos de seus súditos, empolgados pela espera do sucesso final desses feitos. E nasceram estas suas ações de tal modo que, entre uma e outra, nunca deu tempo aos homens de poder agir contra ele. É ainda muito conve-

niente a um príncipe dar raros exemplos quanto ao seu governo (semelhante àqueles que se nararam de Messer Bernabò de Milão); quando alguém tenha realizado qualquer coisa de extraordinário, de bem ou de mal na vida civil, para premiá-lo ou puni-lo o príncipe deve agir de modo tal que dê margem a largos comentários. E, sobretudo, deve um príncipe trabalhar no sentido de, em cada ação, conquistar fama de grande homem. É ainda estimado um príncipe quando sabe ser verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem qualquer preocupação, age abertamente em favor de alguém contra um terceiro. Esse partido será sempre mais útil do que o conservar-se neutro, porque se dois poderosos vizinhos teus se puserem a brigar, ou são de qualidade que, vencendo um deles, tenhas que temer o vencedor, ou não. Em qualquer caso ser-te-á sempre mais útil descobrir-te e fazer guerra de fato, porque no primeiro caso, se não te descobrires, serás sempre presa de quem vencer, com grande prazer daquele que foi vencido, e não tens razão nem coisa alguma em tua defesa, nem quem te acolha. Quem vence não quer amigos suspeitos e que não ajudem nas adversidades; quem perde não te

aceitará porque não quiseste, de armas na mão, correr a mesma sorte. Foi Antíoco para a Grécia a chamado dos etólios para expulsar os romanos. Antíoco enviou embaixadores aos aqueus, que eram aliados dos romanos, para concitá-los a se manterem neutros; por outro lado, os romanos tratavam de persuadi-los para que tomassem armas contra aquele. Esta matéria veio a discutir-se no concílio dos aqueus, onde o delegado de Antíoco tratava de fazer com que se mantivessem neutros, ao que o delegado dos romanos respondeu: *Quod autem isti dicunt non interponendi vos bello, nihil magis alienum rebus vestris est; sine gratia, sine dignitate, praemium victoris eritis*^{2 6}". E acontecerá sempre que aquele que não é teu amigo pedir-te-á que sejas neutro e aquele que é teu amigo pedirá que tomes de armas abertamente. E os príncipes irresolutos, para se afastarem destes perigos, seguem, as mais das vezes, aquela linha neutra, e quase sempre são mal sucedidos. Mas quando corajosamente tomas partido franco por um dos contendores, se aquele com quem te ligaste vencer,

^{2 6} "Quanto à opinião de que não deveis intervir na guerra, nada é mais nocivo aos vossos próprios interesses, pois sem compensação e ingloriamente sereis presa do vencedor."

ainda que seja poderoso e que fiques à sua mercê, terá ele obrigações para contigo e é compelido a ter amizade por ti; e os homens não são nunca tão maus que queiram oprimir a quem devem ser gratos. Ademais, as vitórias não são nunca tão completas que o vencedor não tenha que levar em conta outras considerações, principalmente de justiça.

Mas, se aquele a quem ajudas perder, serás socorrido por ele quando puder, e, nesse caso, ficarás ligado a uma fortuna que pode ressurgir. No segundo caso, quando os combatentes são tais que não tenhas de te arrecear da vitória de qualquer, a tua aliança com um deles é tanto mais prudente quanto assim provocarás a ruína de um com o auxílio de quem o deveria salvar, se fosse sábio, e vencendo tu, o teu aliado ficará à tua discrição e é impossível que não vença com a tua ajuda.

Note-se agora que um príncipe deve ter o cuidado de não fazer aliança com um que seja mais poderoso, senão quando a necessidade o compelir, como se expôs acima, pois que, vencendo, ficará prisioneiro do aliado; e os príncipes devem evitar o mais que possam a situação de estar à mercê de outrem. Os venezianos aliam-se à França contra o duque

de Milão, e podiam deixar de efetuar tal união; e desse fato resultou a ruína deles. Mas quando não se pode deixar de fazer aliança, como aconteceu com os florentinos quando o papa e a Espanha foram assaltar a Lombardia pelas armas, então o príncipe deve aderir, pelas razões acima. Não pense nunca nenhum governo poder tomar decisões absolutamente certas; pense antes em ter que tomá-las sempre incertas, pois isto está na ordem das coisas, que nunca deixa, quando se procura evitar algum inconveniente, de incorrer em outro. A prudência está justamente em saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom.

Deve ainda um príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar os que se revelam grandes numa arte qualquer. Além disso, deve animar os seus cidadãos a exercer livremente as suas atividades, no comércio, na agricultura e em qualquer outro terreno, de modo que o agricultor não deixe de enriquecer as suas propriedades pelo temor de que lhe sejam arrebatadas e o comerciante não deixe de desenvolver o seu negócio por medo de impostos. Pelo contrário, deve instituir prêmios para os que quiserem

realizar tais coisas e para todos os que, por qualquer maneira, pensarem em ampliar a sua cidade ou o seu Estado. Além disso, deve, nas épocas propícias do ano, proporcionar ao povo festas e espetáculos. E como todas as cidades estão divididas em artes

ou corporações de ofício, deve ocupar-se muito destas, indo ao seu encontro algumas vezes, dar provas de afabilidade e munificência, mantendo sempre integral, contudo, a majestade da sua dignidade, a qual não deve faltar em nada.

CAPÍTULO XXII

Dos ministros dos príncipes

Não é de pequena importância para um príncipe a escolha dos seus ministros, os quais são bons ou não segundo a prudência daquele. E a primeira conjetura que se faz, a respeito das qualidades de inteligência de um príncipe, repousa na observação dos homens que ele tem ao seu redor. Quando estes são competentes e fiéis, pode-se reputá-lo sábio, porque soube reconhecer as qualidades daqueles e mantê-los fiéis. Mas quando não são assim, pode-se ajuizar sempre mal do senhor, porque o primeiro erro que cometeu está nessa escolha. Não houve ninguém que, conhecendo a Messer Antônio da Venafro como ministro de Pandolfo Petrucci, senhor de Siena, não julgasse a este um homem de muito valor pelo fato de ter escolhido Venafro para seu ministro. E como há três espécies de cabeças — uma, que entende as coi-

sas por si mesma, outra que sabe discernir o que os outros entendem, e, finalmente, uma que não entende nem por si nem sabe ajuizar do trabalho dos outros (a primeira é excelente, a segunda muito boa e a terceira inútil) —, estavam todos de acordo, necessariamente, que, se Pandolfo não estava no primeiro caso, estava pelo menos no segundo. Uma vez que se tem capacidade para conhecer o bem e o mal que outrem diga ou pratique, ainda que não tenha iniciativa própria, reconhecem-se as boas e más qualidades do ministro, exaltando as primeiras e corrigindo as segundas. O ministro, assim, não pode ter esperança de enganar o príncipe e se conserva bom.

Mas, para que um príncipe possa conhecer bem o ministro, há este modo que não falha nunca: quando vires que o ministro pensa mais em si próprio do

que em ti, e que em todas as suas ações procura tirar proveito pessoal, podes ter a certeza de que ele não é bom, e nunca poderás fiar-te nele; e aquele que tem em mãos os negócios de Estado não deve pensar nunca em si próprio, mas sempre no príncipe, e nunca lembrar-lhe coisas que estejam fora da esfera do Estado.

Por outra parte, o príncipe, para assegurar-se do ministro, deve pensar nele, honrando-o,

fazendo-o rico, obrigando-o para consigo, fazendo-o participar de honrarias e cargos, de modo que as muitas honrarias não lhe façam desejar outras, as muitas riquezas não lhe façam desejar maiores, e os muitos cargos não lhe façam temer mutações. Quando, pois, os ministros, e os príncipes com relação a estes, são assim, podem confiar uns nos outros; de outra forma, o fim será sempre mau para uns e outros.

CAPÍTULO XXIII

De como se devem evitar os adulares

Não quero deixar de tratar de um capítulo importante sobre um erro do qual os príncipes só com dificuldade se defendem, se não são muito prudentes ou não fazem boa escolha. Refiro-me aos adulares de que as cortes estão cheias; porque os homens se comprazem tanto nas coisas próprias e de tal modo se enganam nestas, que é com dificuldade que se defendem dessa peste; querendo-se evitá-la, há o perigo de se ser desconsiderado, pois não há outro modo de guardar-se da adulação, senão fazer com que os homens entendam não fazer-te ofensa por dizer a verdade; mas, quando todos podem dizer-te a verdade, faltarte-ão ao respeito. Um príncipe prudente deve, portanto, conduzir-se de uma terceira maneira, escolhendo no seu Estado homens sábios, e só a estes deve dar o direito de falar-lhe a verdade a

respeito, porém, apenas das coisas que ele lhes perguntar. Deve consultá-los a respeito de tudo e ouvir-lhes a opinião e deliberar depois como bem entender e com conselhos daqueles, conduzir-se de tal modo que eles percebam que com quanto mais liberdade falarem, mais facilmente as suas opiniões serão seguidas. Procedendo doutro modo, o príncipe ou é precipitado pelos adulares ou varia muitas vezes de parecer; daí se origina a falta de confiança. Quero, a este propósito, aduzir um exemplo moderno: o Bispo Lucas, homem de Maximiliano, o atual imperador, falando de Sua Majestade, disse que este não se aconselhava com pessoa alguma, mas também nunca se fiava unicamente no seu próprio juízo; isso se explica pelo fato de ele não seguir nunca o conselho acima, pois o imperador, sendo homem discreto, não comunica

os seus desígnios a ninguém e a ninguém pede parecer. Mas, na ocasião de pôr em prática as suas decisões, os desígnios começam a ser conhecidos e manifestos, e, pois, a ser contraditos pelos que lhe estão em torno, e compreende-se então facilmente que o imperador se afasta do que tenha resolvido. Daí resulta que as coisas que faz num dia destrói no outro, e que não se saiba nunca o que ele quer, e ninguém pode prever as suas deliberações.

Um príncipe deve, portanto, aconselhar-se sempre, mas quando ele entender e não quando os outros quiserem; antes, deve tirar a vontade a todos de aconselhar alguma coisa sem que ele solicite. Todavia, deve perguntar muito e ouvir pacientemente a verdade acerca das coisas perguntadas. Até, achando que alguém, por qualquer temor, não lhe diga a verdade, não deve o príncipe deixar de mostrar o seu desprazer. Muitos entendem que os príncipes que granjearam fama de prudentes devem-no não à sua natu-

reza, mas aos bons conselhos dos que lhes estão ao redor. É um erro manifesto, porque é regra geral, que não falha nunca: um príncipe que não seja prudente por si mesmo não pode ser bem aconselhado, se por acaso não acatar o juízo de um só, muito sábio, que entenda de tudo. Este caso podia acontecer, mas duraria pouco, porque aquele que governasse de fato em breve tempo lhe tomaria o Estado. Mas aconselhando-se com mais de um, um príncipe que não seja sábio não terá nunca unidade de conselhos e nem saberá por si mesmo harmonizá-los. Cada um dos conselheiros pensará como quiser e ele não saberá corrigi-los nem ajuizar a respeito. E não pode ser de outra maneira, pois os homens sair-te-ão sempre maus, se por necessidade não se fizerem bons. O que se conclui daí é que os bons conselhos, de onde quer que provenham, nascem da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos.

CAPÍTULO XXIV

Por que os príncipes de Itália perderam seus Estados

Se forem observadas prudentemente as coisas referidas, o príncipe novo parecerá de ascendência antiga e se tornará assim mais seguro e firme no Estado, do que se ele de fato aí estivesse há muito tempo. Um príncipe recente é muito mais vigiado em suas ações do que um hereditário, e quando essas ações revelam virtude, atraem muito mais aos homens e os obrigam muito mais do que a antiguidade do sangue. É que os homens são muito mais sujeitos às coisas presentes do que às passadas e, quando encontram o bem naquelas, alegam-se e nada mais procuram, antes, tomarão a defesa do príncipe se este não falhar nas outras coisas às suas promessas. E ele dessa forma terá a dupla glória de ter fundado um principado novo e de o ter ornado e fortalecido com boas leis, boas armas e bons

exemplos, assim como um antigo príncipe terá a dupla vergonha, por ter, nascendo príncipe, perdido o Estado pela sua pouca prudência.

E, se se considerarem aqueles senhores que, em nossos tempos, na Itália, perderam seus Estados, como o rei de Nápoles, duque de Milão e outros, encontrar-se-á neles, primeiro, um defeito comum quanto às armas, pelas razões já mencionadas; depois se verá que alguns deles ou foram hostilizados pelo povo ou, no caso contrário, não souberam neutralizar os grandes, porque sem estes defeitos não se perdem Estados tão fortes que possam pôr um exército em campo.

Filipe da Macedônia, não o pai de Alexandre, mas o que foi vencido por Tito Quinto, não tinha domínios muito extensos,

em comparação à grandeza dos romanos e da Grécia, que o assaltaram: apesar disso, por ser um bom militar e homem que sabia não se tornar malquisto do povo e assegurar-se dos poderosos, fez a guerra muitos anos contra aqueles, e se, afinal, perdeu algumas cidades, ficou-lhe contudo o reino.

Assim, esses nossos príncipes que possuíram, por muitos anos, seus principados, para depois perdê-los, não acusem a sorte, mas sim a sua própria ignávia: porque não tendo nunca nas boas épocas pensado em que os tempos poderiam mudar (e é comum nos homens não se preocupar, na bonança, com as tempestades),

quando vieram tempos adversos, pensaram em fugir e não em defender-se e esperaram que as populações fatigadas da insolência dos vencedores os chamassem novamente. Esse recurso é bom, mas quando os outros fallham; é bem mau, porém, deixar os outros remédios em troca desse.

Não desejarias cair só por creeres que encontrarias quem te levantasse. Isso ou não acontece, ou, se acontecer, não te dará segurança, porque é fraco meio de defesa o que não depende de ti. E somente são bons, certos e duradouros os meios de defesa que dependem de ti mesmo e do teu valor.

CAPÍTULO XXV

De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se deve resistir-lhe

Não me é desconhecido que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, de sorte que a prudência dos homens não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz remédio algum. Por isso, poder-se-ia julgar que não deve alguém incomodar-se muito com elas, mas deixar-se governar pela sorte. Esta opinião é grandemente aceita nos nossos tempos pela grande variação das coisas, o que se vê todo dia, fora de toda conjectura humana. Às vezes, pensando nisso, me tenho inclinado a aceitá-la. Não obstante, e porque o nosso livre arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se

encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la.

E, se considerardes a Itália, que é a sede e a origem destas revoluções, vereis que é ela como uma região sem diques e sem nenhuma barreira, e que, se fos-

se convenientemente protegida como a Alemanha, a Espanha e a França, ou as cheias não causaríamos as variações que há, ou mesmo não se teriam verificado. E com isso creio ter dito bastante acerca dos obstáculos que se podem opor à sorte, em geral.

Mas, restringindo-me aos casos particulares, digo que se vê hoje o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança na sua natureza, nem em algumas das suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apóia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela. Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder. Em relação aos caminhos que os levam à finalidade que procuram, isto é, glória e riquezas, costumam os homens proceder de modos diversos: um com circunspeção, outro com impetuosidade, um pela violência, outro pela astúcia, um com paciência, outro com a qualidade contrária, e cada um por estes diversos modos pode alcançar aqueles objetivos. Vê-se que, de dois indivíduos cautelosos, um chega ao seu desígnio e

outro não, e do mesmo modo, dois igualmente felizes, com dois modos diversos de agir, são um circunspecto e outro impetuoso, o que resulta apenas da natureza particular da época, e com a qual se conforma ou não o seu procedimento. Assim, como disse, dois agindo diferentemente alcançam o mesmo efeito, e dois agindo igualmente, um vai direto ao fim e o outro não. Disso dependem também as diferenças da prosperidade, pois se um se conduz com cautela e paciência e os tempos e as coisas lhe são favoráveis, o seu governo prospera e disso lhe advém felicidade. Mas se os tempos e as coisas mudam, ele se arruína, porque não alterou o modo de proceder. Não se encontra homem tão prudente que saiba acomodar-se a isso, quer por não se poder desviar daquilo a que a natureza o impele, quer porque, tendo alguém prosperado num caminho, não pode resignar-se a abandoná-lo. Ora, o homem circunspecto, quando chega a ocasião de ser impetuoso, não o sabe ser, e por isso se arruína, porque, se mudasse de natureza, conforme o tempo e as coisas, não mudaria de sorte. O Papa Júlio II procedeu em todas as coisas impetuosamente, e encontrou tanto o tempo como as coisas conformes àquele seu

modo de proceder, de forma que sempre alcançou êxito. Considere a primeira expedição que realizou em Bolonha quando ainda vivia Messer Giovanni Bentivoglio. Os venezianos estavam contra o papa; o rei de Espanha, também. Enquanto ainda discutia com a França a respeito da expedição, começou a executá-la, pessoalmente, com violência e impetuosidade.

Essa atitude fez com que se mantivessem inativos a Espanha e os venezianos: estes, por medo, e aquela pelo desejo de recuperar todo o reino de Nápoles. De outro lado, fez-se seguir pelo rei de França, porque, tendo visto que ele começara a mover-se e desejando conservar a sua amizade para humilhar os venezianos, julgou não poder negar-lhe a sua gente sem com isso cometer uma injúria manifesta. Júlio realizou, portanto, com sua atitude impetuosa o que nenhum outro pontífice, com toda a humana prudência, poderia realizar, pois se, para partir de Roma, esperasse ter todos os planos assentados e tudo organizado, como qualquer outro pontífice teria feito, jamais teria conseguido o que conseguiu,

porque o rei de França teria arranjado mil desculpas, e os outros lhe teriam infundido mil receios. Não quero falar das outras suas ações, todas iguais e todas felizes. A brevidade do seu reinado não lhe fez experimentar reveses; se chegasse o tempo de proceder com circunspecção, ter-se-ia verificado a sua ruína, pois que ele nunca se desviaria do rumo para o qual o impelia sua natureza. Concluo, portanto, por dizer que, modificando-se a sorte, e mantendo os homens, obstinadamente, o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades dos tempos concordarem. Não concordando, são infelizes. Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. É geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam.

CAPÍTULO XXVI

Exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros

Consideradas, pois, todas as coisas acima referidas, e pensando comigo mesmo se, na Itália, os tempos presentes poderiam prometer honras a um príncipe novo e se havia matéria que desse, a um que fosse prudente e valoroso, oportunidade de introduzir uma nova ordem que lhe trouxesse fama e prosperidade para o povo, pareceu-me que há tantas coisas favoráveis a um príncipe novo que não sei de época mais propícia para a realização daqueles propósitos. E como disse ter sido necessário, para que se conhecesse a virtude de Moisés, que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito; para que se conhecesse a grandeza de alma de Ciro, que os persas estivessem oprimidos pelos medas; e para se conhecer o valor de Teseu, que os atenienses estivessem dispersos — assim, presentemente, querendo-se co-

nhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto em que se encontra agora. Que estivesse mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacera-da, invadida, e que houvesse, enfim, suportado toda sorte de calamidades. E, se bem que tenham surgido, até aqui, certas providências por parte de alguém, que se teria podido julgar fossem inspiradas por Deus, para a redenção do país, viu-se depois como, no mais alto curso de suas ações, foi abandonado pela fortuna²⁷. Assim, tendo ficado como sem vida, espera a Itália aquele que lhe possa curar as feridas e ponha fim ao saque da Lombardia, aos tributos do reino de Ná-

²⁷ Provavelmente, alusão a César Bórgia.

poles e da Toscana, e que cure as suas chagas já há muito tempo apodrecidas. Vê-se que ela roga a Deus envie alguém que a redima dessas crueldades e insolências dos estrangeiros. Vê-se, ainda, que se acha pronta e disposta a seguir uma bandeira, uma vez que haja quem a levante. E não se vê, atualmente, em quem ela possa esperar mais do que na vossa ilustre casa, a qual, com a fortuna e valor, favorecida por Deus e pela Igreja — a cuja frente está agora —, poderá constituir-se cabeça desta redenção. Isso não será muito difícil se vos voltardes ao exame das ações e vida daqueles de quem acima se fez menção. E se bem que aqueles homens tenham sido raros e maravilhosos, foram, todavia, homens, e as ocasiões que tiveram — todos eles — foram menos favoráveis do que a presente: porque os seus empreendimentos não foram mais úteis do que estes nem mais fáceis, nem Deus foi mais amigo deles do que vosso. É muito justa esta minha asserção: *"Justum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi armis spes est"*²⁸. Aqui tudo está disposto favoravelmente; e onde isto se

nota, não pode existir grande dificuldade para quem se dispuser a agir como aqueles a que propus como exemplo. Além disso, vêem-se aqui extraordinárias ações de Deus, como ainda não se teve exemplo: o mar se abriu, uma nuvem revelou o caminho, da pedra brotou água, aqui choveu o maná; tudo concorreu para a vossa grandeza. O que resta a fazer é tarefa que a vós compete. Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e parte da glória que nos cabe. E não é motivo para maravilhar-se se algum dos já mencionados italianos não pôde fazer aquilo que se pode esperar da vossa ilustre casa e se, em tantas revoluções da Itália, em tantos trabalhos de guerra, parecer sempre que a virtude militar se tenha extinguido no país. A razão disso está em que as antigas instituições políticas não eram boas e não houve ninguém que tivesse sabido arranjar outras; e nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um governante novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse. Quando estes são bem fundados e encerram grandeza, fazem com que ele seja reverenciado e admirado: e na Itália não faltam motivos para a realização desse trabalho.

Aqui existe bastante valor no

²⁸ "Justa, na verdade, é a guerra, quando necessária, e piedosas as armas quando só nas armas reside a esperança."

povo, embora faltem chefes. Observai, nos duelos e nos torneios, quanto os italianos são superiores em força, destreza e inteligência. Mas tratando-se de exércitos, essas qualidades não chegam a revelar-se. E tudo provém da fraqueza dos chefes, pois aqueles que sabem não são obedecidos, e todos pensam saber muito, não tendo aparecido até agora nenhum cujo valor ou fortuna seja de tanto realce que obrigue os outros a abrir-lhe caminho. É por isso que em tanto tempo, em tantas guerras que se fizeram nestes últimos vinte anos, todo exército exclusivamente italiano sempre se saiu mal. É o que atestam Taro, depois Alexandria, Cápuia, Gênova, Vailá, Bolonha, Mestre.

Querendo, pois, a vossa ilustre casa seguir o exemplo daqueles grandes homens e redimir suas províncias, é necessário, antes de mais nada, como verdadeira base de qualquer empreendimento, prover-se de tropas próprias, porque não existem outras mais fiéis nem melhores. E embora cada soldado possa ser bom, todos juntos tornar-se-ão melhores ainda, quando se virem comandados pelo seu príncipe e por ele honrados e bem tratados. É necessário, pois, preparar essas armas, para se poder defender

dos estrangeiros com a própria bravura italiana. E apesar de serem consideradas formidáveis as infantarias suíças e espanholas, ambas têm defeitos, de modo que uma terceira potência que se criasse poderia não somente opor-se mas ter confiança na vitória. Os espanhóis não podem fazer frente à cavalaria e os suíços deverão ter medo das forças de infantaria quando as encontrarem tão obstinadas, tão fortes quanto eles nos combates. Já se viu e há de se ver ainda que os espanhóis não podem fazer face a uma cavalaria francesa e os suíços ser derrotados pela infantaria espanhola. E se bem que deste último caso não se tenha tido exemplo direto, teve-se uma amostra na jornada de Ravena, quando a infantaria espanhola enfrentou a alemã, que usa a mesma tática da suíça: os espanhóis, valendo-se da sua agilidade, e com o auxílio dos seus escudetes, haviam-se posto debaixo das lanças dos alemães e estavam certos de vencê-los, sem que estes pudessem ter salvação. E se não fosse o auxílio da cavalaria, todos eles teriam sido chacinados, efetivamente. Pode-se, portanto, conhecendo os defeitos destas duas espécies de infantaria, organizar uma terceira que resista à cavalaria e não tema a

sua igual. E disso resultará a formação de uma geração de guerreiros e a mudança de métodos. E são essas coisas que, reorganizadas, dão reputação e grandeza a um príncipe novo.

Não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião a fim de fazer com que a Itália, depois de tanto tempo, encontre um redentor. Não tenho palavras para exprimir o amor e entusiasmo com que seria ele recebido em todas as províncias que sofreram ataques e invasões estrangeiras, nem com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que portas se lhe fechariam? Que povos lhe negariam obediência? Que inveja se lhe oporia? Qual italiano seria

capaz de lhe negar o seu favor? Já está fedendo, para todos, este domínio de bárbaros. Tome, pois, a vossa ilustre casa esta tarefa com aquele ânimo e com aquela fé com que se esposam as boas causas, a fim de que, sob o seu brasão, esta pátria seja enobrecida, e sob os seus auspícios se verifique aquele dito de Petrarca:

Virtù contro a furore
Prenderà l'arme; e fia il com-
[batter corto;
Ché l'antico valore
Nelli italici cor non è ancor
[morto²⁹.

²⁹ "A virtude tomará armas contra o furor e será breve o combate, pois o antigo valor ainda não está morto nos corações italianos."

APÊNDICE

Carta de Maquiavel á Francesco Vettori

*Magnifico oratori Florentino Francesco Vettori
apud Summum Pontificem et benefactori suo.
Romae³⁰.*

Magnífico embaixador. Tardas
jamais foram as graças divinas.
Digo isto porque me parecia não
ter perdido, mas enfraquecido a
vossa graça, tendo estado vós
tanto tempo sem escrever-me, e
cu estava em dúvida de onde
pudesse vir a razão. E a todas as
que me vinham à mente dava eu
pouca importância, salvo àquela
por que duvidava não houvésseis
deixado de escrever-me, porque
vos houvesse sido escrito que eu
não fosse bom conservador de
vossas cartas; e eu sabia que,
Filippo e Pagolo exclusive, ou-
tros por mim não as haviam

visto. Tive pela última vossa de
23 do mês passado, pelo que fico
contentíssimo por ver quão orde-
nada e sossegadamente desempe-
nhais este ofício público e ani-
mo-vos a continuardes assim,
porque quem deixa seus cômodos
pelos dos outros perde os seus, e
daqueles não recebe satisfação. E
como a fortuna ordena todas as
coisas, é preciso deixá-la fazer,
deixar-se ficar e não lhe opor
embaraço, e esperar o tempo em
que ela consinta aos homens
fazer qualquer coisa, e então vos
ficará bem trabalhar mais, desve-
lar-se mais pelas coisas, e a mim
partir da cidade e dizer eis-me
aqui. Não posso, portanto, dese-
jando render-vos iguais graças,
dizer-vos nesta carta outra coisa

³⁰ Ao magnífico orador e particular benfeitor
Florentino Francisco Vettori, Embaixador
junto ao Sumo Pontífice. Roma. (N. do E.)

que não seja a minha vida, e se julgardes que deva trocá-la pela vossa, ficarei contente em mudá-la.

Permaneço na vila, e como seguiram aqueles meus últimos casos, não estive, para ajuntá-los todos, mais de vinte dias em Florença. Tenho, até agora, apanhado tordos a mão; levantava-me antes do dia, trabalhava a paina, afastava-me com um feixe de gaiolas sobre mim, que parecia o Geta quando ele voltava do porto com os livros de Anfitrião; apanhava pelo menos dois, no máximo seis tordos. E assim estive todo o mês de setembro; depois este entretenimento, ainda que desprezível e estranho, faltou, com desgosto meu, e dir-vos-ei qual seja minha vida. Levanto-me de manhã com o sol e vou para um bosque meu onde mando fazer lenha, e ali fico duas horas a inspecionar as obras da véspera, e a passar o tempo com os lenhadores, que têm sempre aborrecimento à mão ou entre si ou com os vizinhos. E a respeito deste bosque eu vos teria a dizer mil belas coisas que me aconteceram, com Frosino da Panzano e com outros que queriam destas madeiras. E especialmente Frosino, que mandou buscar certas quantidades sem dizer-me nada, e ao pagamento queria reter dez

liras, que dizia tinha a haver de mim faz quatro anos, que me ganhou no jogo de *cricca* em casa de Antônio Guicciardini. Comecei a fazer o diabo, querendo acusar de ladrão o carroceiro, que ali fora mandado por ele; *tandem* Giovanni Machiavelli entrou no meio, e nos pôs de acordo. Battista Guicciardini, Filippo Ginorio, Tommaso del Bene e certos outros cidadãos, quando aquela ventania soprava, cada um me encomendou uma medida. Prometi a todos e mandei uma a Tommaso, a qual voltou a Florença pela metade, porque para medir havia ele, a mulher, a criada, os filhos, que parecia o Gabbura quando na quinta-feira com seus rapazes bate num boi. De maneira que, visto em quem estava o lucro, disse aos outros que não tenho mais madeira; e todos disso fizeram questão importante, e especialmente Battista, que enumera esta entre as outras desgraças de Prato.

Saindo do bosque vou à fonte, e daqui à caçada; tenho um livro comigo, ou Dante ou Petrarca, ou um destes poetas menores, como Tibulo, Ovídio e semelhantes: leio aquelas suas amorosas paixões e aqueles seus amores, lembro-me dos meus, comprazo-me neste pensamento. Vou depois à hospedaria, à beira da estrada,

falo aos que passam, pergunto pelas novas das suas terras, ouço uma porção de coisas, e noto os vários gostos e diversas fantasias dos homens. Chega enquanto isso a hora de jantar e, com a minha gente, como o que esta minha pobre vila e fraco patrimônio comportam. Terminada a refeição, volto à hospedaria onde está o estalajadeiro e, ordinariamente, encontro-me com um açougueiro, um moleiro, dois forneiros. Com estes eu me entretenho o dia todo jogando *cricca*, *tric-tac*, e depois daí nascem mil contendas e infinitas insolências e injúrias e o mais das vezes se disputa um *quattrino* e somos ouvidos, não raro, a gritar, de San Casciano. Assim mergulhado nesta pioheira, estou com a cabeça mofada, desafogo a malignidade do meu destino, e até me contentaria em que me encontrásseis nesta estrada, para ver se ele se envergonha.

Chegando a noite, de volta a casa, entro no meu escritório; e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é

apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem; e não sinto durante quatro horas aborrecimento algum, esqueço todos os desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo. E, como disse Dante, não pode a ciência daquele que não guardou o que ouviu — noto aquilo de que pela sua conversação fiz cabedal e compus um opúsculo, *De principatibus*, onde me aprofundo quanto posso nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécies são, como eles se conquistam, como eles se mantêm, por que eles se perdem; e se vos agradou alguma vez alguma fantasia minha, esta não vos deveria desagradar; e um príncipe, e máxime um príncipe novo, deveria recebê-lo com prazer; portanto eu o dedico à magnificência de Juliano. Filippo Casavecchia o viu; poder-vos-á pôr a par em parte e da coisa em si, e dos argumentos que tive que suprimir, se bem que ainda eu o aumente e corrija.

Vós desejaríeis, magnífico embaixador, que eu deixasse esta vida e fosse gozar convosco a vossa. Eu o farei de qualquer

maneira, mas o que me tenta agora são meus negócios certos que dentro de seis semanas terei concluído. O que me deixa em dúvida é que estão aí aqueles Soderini, aos quais seria forçado, indo aí, a visitá-los e a falar-lhes. Duvidaria que ao meu regresso eu não me pudesse apeiar em casa, e descavalgasse no Bargello, porque embora este Estado tenha fortíssimas bases e grande segurança, *tamen* ele é novo, e por isto duvidoso, nem aí faltam sabichões que, para aparecer, como Pagolo Bertini, prejudicariam a outros e me deixariam as preocupações. Rogo-vos que tranquilizeis este meu temor, e depois irei no tempo mencionado a visitar vos de qualquer modo.

Falei com Filippo sobre este meu opúsculo, se seria conveniente dá-lo a público ou não; caso conviesse, se seria bom que eu o levasse ou que vô-lo mandasse. Se o não desse fazia-me duvidar de que, não só Juliano não o lesse, mas também de que este Ardinghelli se fizesse as honras deste meu último trabalho. Se

o desse me satisfaria a necessidade que me prende, porque eu me estou consumindo e não posso ficar assim por mais tempo sem me tornar desprezível por pobreza. Ainda desejava muito que estes senhores Médicis comessem a lembrar-se de mim se tivessem que começar a fazer-me voltar uma pedra; porque, se depois não ganhasse o seu favor, eu mesmo me lamentaria, pois que quando lido o livro, ver-se-ia que quinze anos que estive em estudo da arte do Estado, não os dormi, nem brinquei; e deveria a cada um ser caro servir-se daquele que às custas de outros fosse cheio de experiência. E da minha fé não se deveria duvidar, porque tenho sempre observado a fé, não vou agora rompê-la; e quem foi fiel e bom quarenta e três anos, que eu tenho, não deve poder mudar sua natureza; e da minha fé e bondade é testemunho a minha pobreza.

Desejaria, portanto, que ainda me escrevésseis aquilo que sobre esta matéria vos pareça, e a vós me recomendo. *Sis felix.*

Die 10 Decembris 1513.

NICOLAU MAQUIAVEL em Florença.

ESCRITOS POLÍTICOS

Tradução de Lívio Xavier

DO MODO DE TRATAR
OS POVOS DO VALE DO CHIANA
REBELADOS

Maquiavel, na sua qualidade de Secretário dos Dez, fora mandado, em agosto de 1502, a Arezzo, logo depois da rebelião de que trata o escrito Del Modo di Trattare, etc., a fim de informar-se pessoalmente da situação e de prover à partida das tropas francesas com o auxílio das quais pudera Florença vencer os rebeldes. É nesse breve escrito, o qual Maquiavel supõe ser um discurso dirigido aos supremos magistrados da república, que o secretário florentino tenta, pela primeira vez, "erguer-se da prática da burocracia cotidiana às culminâncias da ciência". (P. Villari, Niccolò Machiavelli e suoi tempi, Milão, 4.^a ed., I, pág. 346.)

LÚCIO Fúrio Camilo, depois de ter vencido os povos do Lácio, os quais mais de uma vez se haviam rebelado contra os romanos, regressando a Roma apresentou no Senado um projeto sobre o que se deveria fazer das terras e cidades dos latinos. As palavras que ele empregou e a sentença que o Senado deu é esta, quase *ad verbum*¹, como a apresenta Lívio: "Padres conscritos, aquilo que no Lácio se deveria fazer com a guerra e com as armas, tudo por bondade dos deuses e pelo valor dos nossos soldados, teve o seu fim. Morreram em Peda e Astura os exércitos inimigos; todas as terras e cidades dos latinos, e Antium, cidade dos volscos, tomadas pela força ou por meio de pactos, guardam-se para vós. Resta-nos agora consultar (porque rebelando-se eles freqüentemente nos põem em perigo) como devemos segurar-nos para o futuro: ou

Quase literalmente. (N. do E.)

tornando-nos cruéis para com eles, ou perdoando-lhes livremente. Deus vos fez todo-poderosos para poder deliberar se se deve manter o Lácio ou não, ou poder perpetuamente dele vos assegurarades. Pensai, pois, se quereis acerbamente corrigir aqueles que vos foram dados; ou se quereis de todo arruinar o Lácio e fazer um deserto daquela região, de onde mais de uma vez tendes tirado exércitos auxiliares nos vossos perigos; ou se quereis com o exemplo dos vossos maiores aumentar a república romana, fazendo vir habitar em Roma aqueles que havíeis vencido. E assim se vos apresenta oportunidade de aumentar gloriosamente a cidade: mas eu só vos devo dizer isto: que aquele império é firmíssimo, que tem súditos fiéis e afeiçoados ao seu príncipe. Mas aquilo que se deve deliberar deve ser deliberado logo, tendo vós tantos povos suspensos entre a esperança e o medo, os quais é preciso tirar desta ambigüidade,

e preocupá-los com penas ou com prêmio. A minha tarefa foi agir de modo que isso esteja em vosso arbítrio: o que está feito. Em vós está agora o deliberar o que venha a ser cômodo e útil à república". Os príncipes do Senado louvaram o relatório do cônsul; mas havendo causa diversa nas cidades e terras rebeladas, disseram: que não se podia aconselhar em geral, mas sim em particular a respeito de cada uma. E tendo sido pelo cônsul proposta a causa de cada uma das cidades, foi deliberado pelos senadores que os lanúvios fossem cidadãos romanos e devolvidas a eles as coisas sagradas que lhes haviam sido tomadas na guerra. Tornaram, da mesma forma, cidadãos romanos os aricinos, nomentanos e pedanos; aos tusculanos foram conservados os seus privilégios e a culpa de sua rebelião recaiu em poucos dos mais suspeitos. Mas os veliternos foram cruelmente castigados, por serem antigos cidadãos romanos e se haverem rebelado muitas vezes; assim foi destruída a cidade e mandou-se a todos os seus cidadãos que fossem habitar em Roma. Em Antium, para assegurar-se dela, mandaram habitantes novos a seu propósito; tiraram-lhes todos os navios e proibiram-nos de construir outros.

Pode-se por esta deliberação considerar como os romanos no julgamento destas suas cidades rebeladas pensaram que fosse preciso ou ganhar a sua confiança pelos benefícios ou tratá-los de modo a que jamais pudessem duvidar; e por isto julgaram danoso qualquer outro caminho que se tomasse. E voltando àquele julgamento, usaram eles dum e doutro termo; beneficiando aqueles de quem se podia esperar que fosse possível reconciliar; e aqueles de quem nada se podia esperar tratando de maneira que nunca, em tempo algum, pudessem incomodar. E quanto a esta última, os romanos tinham dois processos: um era o de arrasar as cidades e mandar os seus habitantes residir em Roma; o outro, ou afastar os cidadãos antigos e mandar novos habitantes; ou, deixando os antigos, colocar tantos novos, que aqueles nunca pudessem maquinar nem deliberar qualquer coisa contra o Senado. Estes dois modos de garantir-se usaram-nos ainda neste julgamento, destruindo Velitrae e mandando novos habitantes a Antium. Ouvi dizer que a história é a mestra das nossas ações e máximas dos príncipes: e o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões; e

sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de má vontade e quem serve de bom grado, e quem se rebela e se rende.

Se alguém não acreditar nisso, que se mire em Arezzo, o ano passado, e em todas as cidades do vale do Chiana, que fazem coisa muito semelhante à que foi praticada pelos povos latinos. Ali se vê a rebelião e depois a rendição, como aqui; ainda que no modo de rebelar-se e no de render-se haja muitas diferenças: contudo são semelhantes a rebelião e a rendição. Portanto, se é verdade que a história ficaria a mestra das nossas ações, não é mal para quem devia punir e julgar as cidades do vale do Chiana tomar exemplo e imitar aqueles que foram donos do mundo; máxime num caso em que eles vos ensinam justamente como vos deveis conduzir para governar: porque como eles fizeram julgamento diferente, por ser diferente o pecado daqueles povos, assim devíeis fazer vós, encontrando também nos vossos rebelados diferença de pecados. E se dissésseis: "nós o fizemos", não negaria no que se tivesse feito em parte, mas que se faltou no mais e no melhor. Eu julgo bem julgado que em Cortona, Castiglione, Borgo, Foiano se hajam seguido

as lições, tenham elas sido aduladas e vos tenhais preocupado em reavê-las pelos benefícios; porque acho semelhança no caso daquelas cidades com os dos lanúvios, arícios, nomentanos, tusculanos e pedanos, os quais por parte dos romanos mereciam tal julgamento. Mas eu não aprovo que os aretinos, semelhantes aos veliternos e anzianos, não tenham sido tratados como eles. E se a sentença dos romanos merece ser elogiada, tanto mais a vossa deve ser condenada. Antigamente, os romanos julgaram que os povos rebelados se devem ou beneficiar ou extinguir e que qualquer outro meio seja perigosíssimo. A mim não parece que vós aos aretinos tenhais feito qualquer dessas coisas. Porque não constitui benefício nenhum o fazê-los vir a Florença, depois de lhes haver tomado as honras, vender as suas propriedades, falar mal deles publicamente, ter mantido sob guarda as suas casas. Não se chama garantir-se contra eles deixar de pé os muros da cidade, deixar que ali fiquem os cinco sextos da antiga população, não lhes dar companhia de habitantes que os possam subjugar, e não os governar de modo que, nos impedimentos e guerras que vos tiverem de ser movidas, não tenhais que contar com maior despesa em

Arezzo, que ao encontro de qualquer inimigo que vos assaltar. A experiência se viu em 1498, quando Arezzo ainda não se havia rebelado nem vos haviéis tornado tão cruéis com relação àquela cidade: nem mesmo vindo as forças dos venezianos em Bibbiena, vós teríeis a empenhar em Arezzo, para tê-la quieta, as tropas do duque de Milão e a companhia do Conde Rinuccio. Disso, se vós não houvésses duvidado, vos podíeis servir em Casentino contra os inimigos; e não seria necessário tirar Paolo Vitelli de Pisa para mandá-lo a Casentino: o que, forçando-vos a desconfiar dos aretinos, vos fez levar muito mais perigo e muito maior despesa do que a que teríeis feito se eles vos tivessem permanecido fiéis. Assim, de acordo com aquilo que se viu então, aquilo que se viu depois, e o termo em que vós os trazeis, disso se pode fazer seguramente este juízo, que, se fôsseis assaltados (do que Deus guarde), ou Arezzo se rebelaria, ou vos apresentaria tal impedimento para guardá-la, que a tornaria despesa insuportável para a cidade.

Se vós pudésseis, no presente, ser atacados ou não, e se há quem tenha intenções sobre Arezzo ou não, tendo eu a respeito ouvido falar, não o quero

deixar para trás. E deixando de discorrer sobre aqueles temores que podeis ter dos príncipes ultramontanos, conversemos sobre o medo que nos está mais próximo.

Quem observou o duque vê que ele, para manter os Estados que tem, nunca pensou fazer base sobre amizades italianas, tendo sempre estimado pouco os venezianos, e a vós menos: o que, quando seja verdade, convém que ele pense em tornar-se tão grande Estado na Itália, que o torne seguro por si mesmo, e que faça desejável por um outro potentado a sua amizade. E quando este seja o seu ânimo e que ele aspire ao império da Toscana, como mais próprio e apto para se fazer um reino com os outros Estados que tem (e de que ele tem este projeto, julga-se de necessidade, seja pelas coisas mencionadas, seja pela sua ambição, e também por terdes ficado indecisos quanto ao acordo e não ter ele nunca desejado concluir alguma coisa convosco), resta agora ver se o tempo lhe é oportuno para realizar estes seus desígnios.

E lembra-me ter ouvido dizer ao Cardeal Soderini que, entre os outros louvores que se podiam dar de grande homem ao papa e ao duque, estava este: que são

conhecedores da ocasião, e que a sabem usar muito bem; opinião esta que está provada pela experiência das coisas conduzidas por eles oportunamente. E se quiséssemos discutir se agora é tempo oportuno e seguro para que ele vos ataque, eu diria que não. Mas, considerando que o duque não pode esperar que as coisas se decidam, por lhe restar pouco tempo com relação à brevidade da vida do pontífice, é necessário que ele use a primeira ocasião que se lhe oferece e que entregue da sua causa boa parte à sorte.

AO DUQUE VALENTINO*

Nota do Tradutor

Maquiavel, que conhecera, poucos meses antes, ao Duque Valentino, quando acompanhou Francesco Soderini, na sua legação a Urbino, foi de novo encarregado pelos "Dez" de entender-se com o duque. Com efeito, Valentino, logo depois da Dieta de La Magione, manifestara ao governo de Florença o desejo de manter boas relações com os florentinos. Longamente discutida, foi dada afinal a Maquiavel a commissione respectiva no dia 5 de outubro de 1502. As instruções que levava davam-lhe também o encargo de agradecer ao duque o ter restituído os tecidos confiscados aos mercadores florentinos nos seus Estados, e o de pedir-lhe salvo-conduto para aqueles no seu tráfego para o Oriente.

A legação ao duque, a qual durou até o dia 21 de janeiro de 1503, é de suma importância, pois assinala não somente a fase culminante do poderio de César Bórgia e das suas trágicas maquinações, mas também o amadurecimento do gênio de Maquiavel, como escritor político. A carta traduzida é a primeira das dezoito que relatam ao governo florentino o desenvolvimento da legação. O desígnio de Valentino era afastar Florença dos conjurados de La Magione e, caso possível, atraí-la para um acordo. Quanto às instruções que tinha Maquiavel, podem ser resumidas nesta passagem da Commissione:

"E no que se refere a isso (as garantias de que Florença negará apoio aos conjurados) podes alargar-te quanto te parecer a propósito; mas se Sua Excelência procurar saber mais de ti, cingir-te-ás a informar-nos e esperar a resposta".

MAGNIFICI et excelsi Domini. Domini mei singularissimi². Logo à minha partida daí não me sentia muito bem montado, e como me parecesse que a minha comissão requeresse rapidez, mudei de cavalo na Scarperia e, trocando de montaria, viajei sem interrupção, de sorte que cheguei aqui hoje às dezoito horas mais ou menos. Tendo deixado atrás cavalos e criados, apresentei-me logo que me apreei a Sua Excelência, a qual me acolheu cordialmente, e apresentando-lhe eu as cartas credenciais, expus-lhe as razões da minha missão e agradei-lhe a restituição dos tecidos. Depois vim a falar-lhe da cisão dos Orsini, da dieta deles e dos seus aderentes, e de como V.Sas. estavam sendo destramente requestados e sobre qual lhes seja o ânimo a respeito da amizade que têm pelo rei de França e da devoção que conservam para com a

² Magníficos e excellentissimos Senhores, Senhores meus prezadíssimos. (N. do E.)

Igreja, e illustrei amplamente com todas as palavras que me ocorreram as razões que obrigam V.Sas. a conservar a amizade destes últimos e a evitar a dos adversários deles. Atestei-lhe que em qualquer situação V.Sas. respeitariam todas as ações de Sua Excelência, as quais fossem compatíveis com a amizade do rei de França e com a antiga devoção à Igreja, e a afeição que mostraram à Sua Senhora, tratando como amigos todos os amigos e aliados de França.

Sua Excelência, quanto ao negócio da restituição, nada respondeu; mas referindo-se a outras particularidades, agradeceu a V.Sas. aqueles oferecimentos e gratas demonstrações. Disse depois ter sempre desejado a amizade de V.Sas., não a tendo conseguido mais por malignidade de outros do que por sua própria culpa; e ainda que queria contar-me particularmente aquilo que nunca dissera a alguém a respeito da sua vinda a Florença com o

seu exército. E disse como, depois de conquistada Faenza e tentada a campanha de Bolonha, os Orsini e os Vitelli o instigavam, querendo persuadi-lo de que ele devia voltar a Roma por Florença, o que foi recusado por ele, pois o papa lhe tinha ordenado coisa diferente. Chorando, Vitellozzo lançara-se-lhe aos pés, suplicando que seguisse aquele caminho e prometendo-lhe não fazer ao país nem às cidades violência alguma. Nem assim condescendia ele, mas insistiram tanto nisso, que afinal Sua Excelência prometeu assim fazer, sob a condição, porém, de não ser feita violência ao país e de não se procurar favorecer aos Médicis. Mas querendo tirar proveito da sua vinda a Florença, pensou fazer amizade com V.Sas., e valer-se da ocasião, o que se prova pelo fato de, em qualquer negociação, ter falado pouco ou nada, a respeito dos Médicis, como sabem aliás os comissários que trataram com ele, e o de nunca ter consentido que Piero viesse ao seu campo. E disse mais que muitas vezes, quando estavam em Campi, os Orsini e os Vitelli lhe pediram licença para apresentar-lhe projetos de fácil execução, ao que ele nunca quis aceder, e antes fez-lhes ver mil vezes que os combateria.

Depois, feita a composição com V.Sas., pareceu-lhes, aos Orsini e Vitelli, que ele tivesse obtido tudo o que desejava e que a expedição tivesse resultado em seu exclusivo benefício, e em seu dano deles, e aplicaram-se a prejudicar aquela combinação por todas as desonestidades e danos para que V.Sas. o suspeitassem e fosse perturbado o acordo. O que não lhe fora dado reparar, pois não podia ele estar em todo lugar e também por não lhe terem ainda V.Sas. concedido o empréstimo, como tinha sido combinado ou antes indicado. Ficaram assim as coisas até junho passado, quando houve a rebelião de Arezzo, da qual ele afirma, como já disse ao Bispo de Volterra, não ter sabido coisa alguma antes. Mas que a tinha considerado até um bem porque lhe parecera ocasião azada a que se manifestassem os sentimentos de V.Sas. a respeito dele. Nem então se fez alguma coisa, ou pela má sorte comum, ou por não ter a vossa cidade a disposição de tratar e concluir aquilo que teria sido a salvação de cada um, o que disse não lhe haver dado grande aborrecimento. E disposto a beneficiar-vos, tendo em vista a boa vontade do rei, escreveu a Vitellozzo e mandou-lhe portadores para que se retirasse de Arezzo. Não con-

tente com isso, foi a Città di Castello com a sua tropa. E poderia ter tomado áquele a cidade, pois os principais homens da terra tinham vindo oferecer-se-lhe, de onde disse que se originou a primeira ira e descontentamento seu.

Disse também não saber a origem da indignação dos Orsini contra nosso senhor³ na corte do rei de França. Depois de haver visto que Sua Majestade o tinha tratado com maior consideração do que ao Cardeal Orsini, e isso ao mesmo tempo que corriam certos rumores de que o rei intentava tirar-lhe o poder, eles tinham partido e tinham marcado encontro nessa dieta de falidos. E se bem que tivesse havido mais de uma embaixada de parte do Senhor Giulio Orsini, o qual lhe assegurava não lhe fazer opposição alguma, etc., e se bem que não fosse razoável que eles descobrissem, quando lhes tirou o seu dinheiro, o próprio jogo, logo que tivessem de fazê-lo, reputava-os mais loucos do que poderia esperar, pois é certo que não tinham escolhido bem a oportunidade para ofendê-lo, estando na Itália o rei de França, e vivendo a santidade de nosso senhor, duas coisas que o animavam tanto,

que para fazê-lo esfriar nos seus planos seriam necessárias outras águas que não os Orsini. Nem lhe importava que o perturbassem no ducado de Urbino, porque não esquecera o meio de readquiri-lo, quando o perdesse; a isso ajuntando que era tempo agora de, se V.Sas. quisessem ser seus amigos, fazerem-se-lhe obrigados, pois ele bem podia, sem preocupar-se com os Orsini, ligar-se por amizade com V.Sas., o que não pudera fazer antes. Mas se V.Sas. adiassem isso e ele neste ínterim se tivesse reconciliado com os Orsini, os quais o procuram ainda, repetir-se-ia a situação, pois estes só poderiam ser satisfeitos com a reposição dos Médicis, isto é, V.Sas. encontrar-se-iam na mesma dificuldade e temor; daí pensar ele que V.Sas. devem sem tardança declarar-se seus amigos ou deles, porque adiando-se a decisão pode acontecer que se faça acordo com dano de V.Sas. ou seguir-se a vitória de uma das partes, a qual se lhes tornaria inimiga ou desobrigada para com V.Sas. E quando tenham de tomar partido, o que julga ele coisa que tem de acontecer, não vê como V.Sas. possam tomar outro que não aquele onde estão a majestade do rei e a santidade de nosso senhor, ajuntando ainda que lhe será

³ O papa. (N. do T.)

muito grato que, se Vitellozzo ou os outros se dirigirem a um dos seus Estados dele, façam V.Sas. demonstração de suas milícias nas bandas do Borgo ou nas fronteiras para que assim se lhe dê prestígio.

Pus-me a escutar atentamente de Sua Excelência as referidas coisas, as quais mencionei, não só no seu sentido mas também nas mesmas palavras que escrevi difusamente para que V.Sas. pudessem melhor ajuizar de tudo. Não escrevo o que respondi, pois não é necessário fazê-lo: esforcei-me por não sair dos limites da minha missão, e quanto ao negócio daquela demonstração não respondi coisa alguma. Apenas disse-lhe que escreveria a V.Sas. a respeito das suas boas intenções dele e que estas lhes seriam singularmente gratas. E se bem que Sua Excelência, como vêem, mostrasse desejar que se faça depressa o acordo entre V.Sas. e ele, não obstante ter eu procurado fazê-lo falar para tirar do que dizia ele alguma particularidade, andou sempre ao largo e nem pude saber senão o que acima escrevi. Tendo eu ouvido à minha chegada que houvera alguma coisa no ducado de Urbino e tendo Sua Excelência dito que não lhe importava a alteração naquele ducado, pareceu-me

oportuno perguntar-lhe qual era a situação. Ao que Sua Excelência me respondeu: "A minha clemência e pouca estimação dos fatos prejudicaram-me. Tomei, como sabes, em três dias aquele ducado, e não arranquei um fio de cabelo a ninguém, salvo a Messer Dolce e outros dois, que tinham ofendido a santidade de nosso senhor; antes, o que é melhor, tinha combinado certas coisas com vários funcionários daquele Estado, com um encarregado de construir um muro que mandei fazer na Fortaleza de São Leão, e há dois dias este tramou com alguns camponeses do lugar, sob pretexto de puxar para o alto uma trave; certa maquinação, de modo que, forçada a cidadela, se rendeu. Todos a proclamam sua: os venezianos, os Vitelli, os Orsini, mas por enquanto ninguém se descobriu. Embora tenha eu por perdido aquele ducado, porque se trata de um Estado débil e mal ordenado e por estarem os seus homens descontentes e fatigados pelo serviço da milícia que lhes impus, espero porém a tudo prover, e escreverás aos teus senhores que pensem muito bem no que vão fazer e decidam depressa, porque se volta de Veneza o duque de Urbino, não será em proveito deles nem no nosso, o

que faz prestarmos maior fé um no outro”.

Isto é, com efeito, o que por enquanto posso escrever a V.Sas. e conquanto devesse eu escrever-lhes sobre as tropas que tem

este senhor, os seus alojamentos e muitos outros pormenores daqui, todavia, tendo eu chegado hoje, não posso saber a verdade, e por isso me reservo para uma outra vez e recomendo a V.Sas.

Die 7 Octobris 1502.

Servitor

NICOLAUS MACHIAVELLUS *Imolac.*

Escrevo-lhes ainda esta manhã porque o mensageiro até agora não encontrou cavalo para a viagem, e resta-me escrever que ontem, na conversa que tivemos, Sua Excelência me disse que, na véspera, Pandolfo Petrucci lhe tinha mandado alguém disfarçado para assegurá-lo de que não daria apoio a quem contrariasse Sua Excelência, e disso lhe falou muito longamente.

Ontem, quando chegava, en-

contrei-me, ainda a coisa de duas milhas daqui, com Messer Agapito, com sete ou oito cavalos, do qual fui reconhecido, dizendo-lhe eu para onde ia e quem me mandava. Acolheu-me muito bem e, fazendo um pouco de caminho, voltou. Esta manhã, soube que o dito Messer Agapito tinha sido mandado daqui a V.Sas. pelo duque, e que voltava do caminho com a minha chegada.

Iterum valete.

Die 8 Octobris 1502.

Dei ao portador dois ducados para que esteja aqui amanhã, dia 9, antes do amanhecer. Peço-lhes que reembolsem a Ser Agostino Vespucci.

DESCRIÇÃO
DO MODO DE QUE SE SERVIU
O DUQUE VALENTINO
PARA MATAR
VITELLOZZO VITELLI
OLIVEROTTO DA FERMO
E O DUQUE DE GRAVINA ORSINI

Nota do Tradutor

Esta Descrizione foi composta por Maquiavel como uma espécie de resumo do que vira na sua legação à Romanha. Não para dar um exato testemunho histórico, diz P. Villari, mas para fazer ressaltar “a maravilhosa prudência e arte do duque”, o que explica a diversidade do tom e mesmo da informação de como Valentino preparou o “bellissimo inganno” — expressão de ingênua admiração usada por um biógrafo de César Bórgia no século XVI — da versão por assim dizer oficial dos acontecimentos, dada pelo próprio Maquiavel nas suas cartas aos “Dez”. Foi “sob a influência de Valentino que, na sua mente (de Maquiavel), surgiu primeiro e começou a formular-se assaz claramente o pensamento, o qual devia depois ocupar toda a sua vida, de uma ciência do Estado, separada, independentemente de todo conceito moral” (P. Villari, op. cit., pág. 388). Assim, o Valentino da Descrizione é o precursor do Príncipe, forma teórica à qual chegou Maquiavel mas que já se acha implícita na idealização do perfil do duque.

HAVIA regressado da Lombardia o Duque Valentino, aonde fora desculpar-se para com o Rei Luís de França de muitas calúnias que lhe haviam feito os florentinos devido à rebelião de Arezzo e das outras cidades do vale do Chiana; e foi a Ímola, onde intentava com a sua gente atacar Giovanni Bentivogli, tirano de Bolonha, porque o duque queria reduzir esta cidade ao seu domínio e torná-la capital de seu ducado da Romanha. O que, conhecido dos Vitelli e dos Orsini e seus sequazes, lhes pareceu fazer o duque muito poderoso, e que se devia temer que, ocupada Bolonha, não procurasse ele eliminá-los para ficar o único bem armado na Itália. E a este respeito reuniram-se em conselho em La Magione, no Perugino, ao qual estiveram presentes o cardeal, Pagolo e o Duque de Gravina Orsini, Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, Giampagolo Baglioni, tirano de Perúgia, e Messer Antônio da Venafro,

mandado por Pandolfo Petrucci, chefe de Siena: ali se travaram debates sobre a grandeza do duque e de seus propósitos e como era necessário frear-lhe o apetite; ao contrário, corria-se o perigo da ruína comum. E deliberaram não abandonar os Bentivogli e procurar o apoio dos florentinos; e a um lugar e outro mandaram seus homens, prometendo a um ajuda, ao outro concitando a unir-se a eles contra o inimigo comum.

Desta reunião se soube logo em toda a Itália; e os povos que sob o domínio do duque não estavam satisfeitos, entre os quais os urbineses, tiveram esperança de poder renovar as coisas. Daí nasceu que, estando assim suspensos os ânimos, certos chefes de Urbino decidiram que se ocupasse o Forte de São Leão, o qual estava com o duque, e disso tiveram eles oportunidade. O castelão fortificava-se e, fazendo para ali transportar madeira, fizeram os conjurados com que as traves,

apoiando-se na fortaleza, estivessem sobre a ponte, a fim de que, impedida esta, não pudesse ser levantada pelos que estavam dentro; e assim saltaram na ponte e, em seguida, na fortaleza. Por causa da conquista da fortaleza, logo que foi conhecida, rebelou-se todo aquele Estado e tornou a chamar o duque antigo; tinha-se esperança, não tanto pela ocupação da fortaleza como pela reunião de La Magione, em consequência da qual pensavam ser ajudados. Conhecida a rebelião de Urbino, julgaram os conjurados que não se devia perder tal ocasião, e, reunindo sua gente, marcharam para tomar alguma cidade daquele Estado que houvesse ficado em poder do duque; e novamente mandaram a Florença solicitar daquela república que os auxiliasse a apagar esse incêndio comum, mostrando o perigo vencido e fazendo ver que não se deveria aguardar outra ocasião. Mas os florentinos, pelo ódio que votavam aos Vitelli e aos Orsini, por diversas razões, não só não aderiram a eles mas mandaram Nicolau Maquiavel, seu secretário, para oferecer ao duque conselho e auxílio contra estes novos inimigos; o duque estava tomado de medo em Ímola, porque, repentinamente e fora de

qualquer precaução sua, tendo-se-lhe tornado inimigos seus próprios soldados, encontrava-se desarmado e com a guerra iminente. Mas reanimando-se com as ofertas dos florentinos, deliberou temporizar realizando acordos, pois tinha pouca gente, e também preparando auxílios. Preparou-os de duas maneiras: mandando pedir tropa ao rei de França; e estabelecendo soldo para alguns homens de armas e outros que, de qualquer maneira, militassem a cavalo, e a todos dava dinheiro. Não obstante, os inimigos avançaram, marchando em direção a Fossombrone, onde se haviam fortificado elementos do duque cujas fileiras foram rompidas pelos Vitelli e Orsini. Isto fez com que o duque procurasse remediar a situação com acordos. E sendo grande simulador, não deixou de, por todas as maneiras, fazer com que acreditassem que desejava que fosse deles o que haviam conquistado pelas armas; que lhe bastava ter o título de príncipe, mas que desejava que o principado fosse deles — e tanto os persuadiu que mandaram ao duque o Senhor Pagolo para tratar do acordo e sustaram a guerra. Mas o duque não interrompeu as suas próprias providências e

por todos os meios aumentava o número de cavalos e soldados; e para que tais providências não fossem notadas mandava separadamente suas tropas para todos os lugares da Romanha. Haviam, entretanto, chegado quinhentas lanças francesas, e embora se encontrasse já tão forte de modo a poder, com guerra aberta, vingar-se de seus inimigos, julgou que seria mais seguro e mais útil enganá-los e não firmar, por isso, as cláusulas do acordo. E tanto trabalhou pela coisa que assinou com eles um tratado de paz onde se confirmavam as normas referidas. Deu-lhes quatro mil ducados de presente, prometeu não ofender aos Bentivogli e fez amizade com Giovanni; e, mais, que não os pudesse constranger a ir pessoalmente à sua presença a não ser que assim o quisessem. Por outro lado, eles prometeram restituir-lhe o ducado de Urbino e todas as outras coisas por eles ocupadas, e servi-lo em todas as suas expedições, nem sem seu consentimento mover guerra ou auxiliar a alguém. Feito este acordo, Guid'Ubaldo, duque de Urbino, de novo se retirou para Veneza, tendo feito, antes, destruir todas as fortalezas daquele Estado; porque, confiando nos povos, não queria que aquelas

fortalezas que não julgava pudessem defender fossem ocupadas pelo inimigo e por meio delas pudesse manter freados seus inimigos.

Mas, tendo feito esta convenção, e tendo-se dispersado a sua gente por toda a Romanha, o Duque Valentino, com os homens de armas franceses, em fins de novembro partiu de Ímola e foi a Cesena; aí esteve muitos dias em conversações com os enviados de Vitelli e dos Orsini, que se encontravam com suas tropas no ducado de Urbino, sobre a nova empresa que se deveria levar avante. E não concluindo coisa alguma, Oliverotto da Fermo foi mandado a oferecer-lhe que, se desejasse realizar o empreendimento de Toscana, ali estavam para ajudá-lo e que, se não quisesse, iriam à tomada de Sinigaglia. Ao que respondeu o duque que à Toscana não queria fazer guerra por serem os florentinos seus amigos, mas que estaria satisfeito se fossem a Sinigaglia. Em consequência, não muito depois, veio notícia de como a cidade se lhes havia rendido; mas que a fortaleza não havia querido render-se porque o castelão queria entregá-la ao duque e não a outrem; e por isso o concitavam a apresentar-se. Ao duque pareceu que a ocasião era

boa, pois, sendo chamado por eles, não poderiam ter a desconfiança que teriam se ele tivesse ido por si mesmo. E para mais garantir-se licenciou toda a tropa francesa, que voltou à Lombardia, exceto cem lanças do Senhor de Cindales, seu cunhado; e partindo em meados de dezembro de Cesena, foi a Fano, onde com toda a astúcia e sagacidade de que era capaz persuadiu os Vitelli e os Orsini que o esperassem em Sinigaglia; fez-lhes ver como aqueles selvagens não fariam acordo com eles, nem fiel nem permanente, e que ele próprio era homem que queria poder valer-se das armas e do conselho dos amigos. E embora Vitellozzo estivesse muito renitente e a morte do irmão lhe houvesse ensinado que não se deve ofender um príncipe e depois fiar-se nele, persuadido por Paolo Orsino, subjogado por meio de favores e de promessas, corrompido pelo duque, consentiu em esperá-lo. Assim, o duque, na véspera (que foi o dia trinta de dezembro de 1502, quando devia partir de Fano), comunicou sua intenção a oito dos seus mais fiéis, entre os quais Dom Michele e Monsenhor d'Euna, que depois foi cardeal; e lhes deu a incumbência de, logo que Vitellozzo, Paolo Orsino, o Duque de Gravina e Oliverotto

lhe fossem ao encontro, fazer com que entre cada dois deles se interpusesse um daqueles (designando o homem certo aos homens certos), e que os entretivessem até Sinigaglia; que não os deixassem partir enquanto não houvessem chegado ao alojamento do duque, e presos. Ordenou, em seguida, que todos os seus homens, infantes e cavaleiros, que eram mais que dois mil cavalos e dez mil infantes, estivessem às primeiras horas da manhã no Metauro (rio distante de Fano (cinco milhas), onde deveriam esperá-lo. Encontrando-se, pois, no fim de dezembro no Metauro com aquela gente, fez caminhar para a frente cerca de duzentos cavalos; depois moveu a infantaria; depois desta a sua pessoa com o resto dos homens de armas.

Fano e Sinigaglia são duas cidades da Marca, situadas na margem do mar Adriático, distantes uma da outra quinze milhas: de modo que quem vai para Sinigaglia tem à mão direita os montes; as raízes destes por vezes se limitam com o mar, pois deles à água é pequeníssimo o espaço; e onde mais se alargam, não se alcança a distância de duas milhas. A cidade de Sinigaglia da raiz dos montes afasta-se pouco mais que um tiro de arco e

do mar está distante menos de uma milha. Junto a esta corre um pequeno rio que lhe banha a parte dos muros que está na direção de Fano, olhando a estrada. Portanto, quem chega próximo de Sinigaglia vem, durante bom espaço de caminho, ao longo dos montes; e alcançando o rio que passa ao longo de Sinigaglia volta-se à mão direita ao longo da margem daquele; tanto que, andando o espaço de uma arcada, chega a uma ponte que passa aquele rio e está quase defronte à porta que entra em Sinigaglia, não por linha reta, mas transversalmente. Diante da porta há um burgo de casas com uma praça que a margem do rio borda por um dos lados.

Tendo, portanto, os Vitelli e os Orsini dado ordem de esperar o duque e pessoalmente honrá-lo, para dar lugar à tropa deste haviam retirado a sua para certos acampamentos distantes seis milhas de Sinigaglia; e só haviam deixado em Sinigaglia Oliverotto com o seu bando, que era de mil infantes e cento e cinquenta cavalos, os quais estavam alojados no burgo a que acima se fez referência. Dispostas assim as coisas, o Duque Valentino dirigiu-se para Sinigaglia, e quando chegou à ponte, com os primeiros cavalos, não a transpôs; mas, detendo-se,

voltaram os cavaleiros as garupas das suas montadas parte para o rio e parte para o campo; e deixaram caminho de permeio, por onde as tropas de infantaria passavam, as quais, sem se deter, entravam na cidade. Vitellozzo, Pagolo e o Duque de Gravina, montados em mulas, foram ao encontro do duque, acompanhados de poucos cavaleiros: e Vitellozzo, desarmado, com uma capa forrada de verde, todo aflito, como se soubesse de sua próxima morte, dava de si, conhecida a coragem do homem e sua fortuna passada, alguma admiração. E se diz que, quando ele se separou da sua gente para ir a Sinigaglia ao encontro do duque, ele o fez como se fosse a sua última partida; aos membros da sua casa recomendou-a e a sua glória; e advertiu os sobrinhos que não da fortuna de suas casas mas da virtude de seus pais se lembrassem.

Chegados enfim os três diante do duque e saudando-o civilmente, foram por ele recebidos de bom grado; e logo por aqueles a quem fora cometida a tarefa de observá-los foram cercados. Mas vendo o duque que faltava Oliverotto, o qual havia ficado com os seus homens em Sinigaglia ou atendia diante da praça do seu alojamento sobre o rio a mantê-

los em ordem e exercitá-los naquilo, fez um sinal com os olhos a Dom Michele, ao qual fora confiada a parte referente a Oliverotto, que agisse de maneira a que este não se livrasse. Então, Dom Michele, no seu cavalo, adiantou-se; e chegando junto a Oliverotto disse-lhe de como não era oportuno ter a sua gente reunida fora do alojamento porque este seria tomado pelo duque; e assim conceitou-o a alojá-las e a que fosse com ele ao encontro do duque. E tendo Oliverotto seguido tal ordem, veio o duque, que, vendo-o, o chamou: a isso, Oliverotto, tendo feito reverência, juntou-se aos outros. E entrados em Sinigaglia, e apeados todos no alojamento do duque, e entrando com ele numa sala secreta, pelo duque foram feitos prisioneiros. Este logo montou a cavalo e mandou que fossem saqueadas as tropas de Oliverotto e dos Orsini. Assim foi com as de Oliverotto, por estarem próximas: as dos Orsini e Vitelli, estando mais distantes e tendo pressentido a ruína de seus senhores, tiveram tempo de reunir-se; e lembrando-se da virtude e da disciplina das casas dos Orsini e dos Vitelli, as quais eram estreitamente aliadas contra os inimigos, se salvaram. Mas os soldados do duque, não estan-

do contentes com o saque das forças de Oliverotto, começaram a saquear Sinigaglia; e se não fosse ter o duque, com a morte de muitos, refreado a insolência deles, tê-la-iam saqueado toda. Mas chegando a noite e cessados os tumultos, ao duque pareceu bem mandar matar Vitellozzo e Oliverotto; e conduzindo-os juntamente a um lugar, mandou estrangulá-los. Tem-se que não foram usadas por nenhum deles palavras dignas de sua vida passada: porque Vitellozzo rogou que por ele se supplicasse ao papa, que lhe desse dos seus pecados indulgência plena; Oliverotto, toda a culpa das injúrias feitas ao duque, chorando, atirava-a a Vitellozzo; Pagolo e o duque de Gravina Orsini foram conservados vivos, até que o duque soube que em Roma o papa havia prendido o Cardeal Orsini, o arcebispo de Florença e Messer Iacopo da Santa Croce. Depois desta nova, aos dias dezoito de janeiro, em Castel della Pieve, foram ainda aqueles estrangulados da mesma maneira.

Termina aqui a descrição do modo de que se serviu o Duque Valentino para matar Vitellozzo, Oliverotto da Fermo, Pagolo Orsino e o Duque de Gravina Orsini, em Sinigaglia.

DISCURSO SOBRE AS COISAS
DA ALEMANHA
E SOBRE O IMPERADOR

Nota do Tradutor

Francesco Vettori, embaixador florentino junto à corte de Maximiliano, escrevia ao seu governo em fins do ano de 1507 que era necessário pagar os cinquenta mil ducados que o imperador pedira, pois do contrário se podia contar com a inimizade dele. Discutiu-se muito em Florença o valor que podiam ter a amizade do imperador e a do rei de França, as quais eram incompatíveis. Em dezembro de 1507, partia para a Alemanha Maquiavel, que levava novas instruções: oferecer a Maximiliano trinta mil ducados e, somente em extrema necessidade, dar-lhe os cinquenta mil pedidos. Mas, em todo caso, só se começaria a fazer o pagamento quando houvesse a certeza de que ele viria à Itália.

Voltando a Florença, escreveu Maquiavel, a 17 de junho de 1508, o Rapporto di Cose della Magna, onde faz um fiel retrato de Maximiliano e uma descrição geral do país. Os Ritratti delle Cose dell'Alemagna são de data posterior (1512), e ficou interrompida a sua composição. Seria uma versão literariamente mais apurada do Rapporto e aumentada com observações inéditas. O Discorso sopra le Cose di Alemagna e sopra l'Imperatore é de 1509, sendo também quase um resumo do Rapporto.

POR Haver escrito quando aqui cheguei, ano passado, sobre o imperador e a Alemanha, não sei que dizer mais. Direi somente de novo da natureza do imperador; como é homem pródigo do seu, sobre todos os outros que em nossos tempos ou antes existiram: o que faz com que sempre tenha necessidade, nem soma alguma exista que lhe baste, em qualquer grau que a fortuna se encontre. É vário, porque hoje quer uma coisa e amanhã não: quer as coisas que não pode ter e daquelas que pode ter se afasta, e por isso toma sempre o partido inverso. É, por outro lado, homem belicosíssimo; comanda e conduz bem um exército, com justiça e com ordem. Pode suportar qualquer fadiga, mais que nenhum outro homem trabalhador; animoso nos perigos: de tal modo que, como capitão, não é inferior a nenhum outro. É humano quando dá audiência, mas a quer dar à sua vontade; nem quer ser cortejado pelos embaixadores, senão

quando lhes manda fazê-lo. É reservadíssimo. Está sempre em contínuas agitações de alma e de corpo; mas freqüentemente desfaz de noite o que conclui pela manhã. Isto torna difíceis as legações junto a ele; porque a parte mais importante que tenha alguém que seja enviado dum príncipe ou república é interpretar bem as coisas futuras, assim os tratados como os fatos; porque quem deles conjetura sabiamente e os faz compreender bem ao seu superior é razão para que este possa adiantar-se sempre e assegurar-se a seu devido tempo. Isso, quando bem feito, honra a quem está fora e beneficia quem está em casa; e o contrário acontece quando é mal feito. E para vir a descrevê-las particularmente, vós estareis em lugares onde se manejarão duas coisas: guerra e tratados. A querer desempenhar bem vosso ofício, vós deveis dizer que opinião se tenha de uma e de outra coisa.

A guerra deve-se medir com a tropa, com o dinheiro, com o governo e com a fortuna; e quem tem mais das mencionadas coisas deve-se crer que vencerá. E considerado por isso quem possa vencer, é necessário que se entenda aqui, a fim de que vós e a cidade possais melhor deliberar. Os tratados são concluídos de várias maneiras: isto é, parte entre os venezianos e o imperador, parte entre o imperador e a França, parte entre o imperador e o papa,

parte entre o imperador e vós. Pelos vossos próprios acordos deveria ser-vos fácil fazer a sua interpretação, e ver qual é o intento do imperador para convosco, o que deseje, para onde esteja voltado o seu ânimo e o que seja necessário fazer para fazê-lo recuar ou ir por diante; e encontrado isso, ver se está mais a propósito temporizar que concluir. Isso estará em vós deliberá-lo, com relação a quanto se estenderá a vossa comissão.

RELATÓRIO SOBRE
AS COISAS DA ALEMANHA
FEITO A
17 DE JUNHO DE 1508

O IMPERADOR reuniu, em junho passado, em Constança, a Dieta, composta por todos os príncipes da Alemanha, a fim de que lhe fossem garantidos meios de invadir a Itália e coroar-se imperador. O que fez por sua vontade própria e, ainda, por ter sido solicitado pelo enviado do pontífice, que lhe prometia grande ajuda por parte deste. Pediu o imperador à Dieta, para tal empresa, três mil cavalos e dezesseis mil infantess; e prometeu juntar nesse total, por si mesmo, até trinta mil pessoas. A razão de ter ele pedido tão pouca gente para tão grande empresa foi: a primeira porque ele julgou que bastassem, persuadindo-se de que se poderia valer dos venezianos e de outros da Itália, como adiante se dirá; nem julgou nunca que os venezianos lhe faltassem, tendo-os servido pouco antes, quando temiam a França, depois da tomada de Gênova, porque havia, a pedido deles, mandado cerca de dois mil homens a Trento. Decla-

rara que queria reunir os príncipes e que tinha ido à Suábia para ameaçar os suíços se estes não rompessem com a França: o que fez com que o Rei Luís, logo depois da conquista de Gênova, regressasse a Lião de modo que, parecendo ao imperador que lhes tirara a guerra de cima, acreditava que em tudo o devessem apoiar; e se comprovou em dizer mais de uma vez que *in Italia non habebat amicos propter Venetos*⁴. As outras razões ainda por que pediu tão pouca gente foram que o império lhas promettesse e cumprisse; ou que condescendesse de mais bom grado em pô-las todas sob sua obediência e não procurasse dar-lhe capitães nomeados pelo império e que fossem seus iguais. Porque não faltou quem na Dieta lembrasse (entre os quais estava o arcebispo de Mogúncia) que conviria fazer grande a expedição, provendo

⁴ Por causa dos venezianos não tinha amigos na Itália. (N. do E.)

pelo menos a quarenta mil homens e lhes dar em nome do império quatro capitães, etc. -O que encolerizou o imperador, que disse: *Ego possum ferre labores, volo etiam honores*⁵: tanto que pediu os referidos dezenove mil homens e mais, que lhe dessem cento e vinte mil florins para suprir à necessidade do acampamento e para pagar soldo a cinco mil suíços por seis meses, como melhor lhe parecia. Propôs o imperador que as tropas estivessem reunidas no dia de São Galo; parecendo-lhe tempo mais que suficiente para tê-las prontas e cômodo ao modo pelo qual elas faziam a guerra. E em seguida declarou que dentro do tempo referido teria realizado três coisas: uma, o ter-se ganho o apoio dos venezianos, dos quais não desconfiou até a última hora, não obstante haver sido depois expulso o enviado deles, como se sabe; a outra, ter firmes os suíços; a terceira, ter tirado do pontífice e de outros da Itália boa quantidade de dinheiro.

Foi, portanto, combinando estas coisas: chegou o dia de São Galo; as tropas começaram a reunir-se e ele, das três, não havia realizado nenhuma. E parecen-

do-lhe não poder mover-se nem deixando ainda de esperar conduzi-las a termo, enviou as forças, parte para Trento, parte para outros lugares; e não deixava as suas pretensões; de modo que ele se encontrou em janeiro e consumida a metade do tempo previsto pelo império, sem ter feito coisa alguma. Vendo-se chegado a este extremo, fez *ultimatum de potentia*⁶ para ter os venezianos; aos quais mandou Fra Bianco, mandou o Padre Luca, mandou o déspota da Morea e os seus arautos várias vezes. E eles, quanto mais eram solicitados, tanto mais o percebiam fraco e mais lhes fugia a vontade. Nem aí percebiam alguma daquelas coisas pelas quais as alianças de Estados se fazem; que são, ou para ser defendido, ou por medo de ser ofendido, ou por lucro: mas viam que entravam para uma aliança onde a despesa e perigo eram deles e o lucro de outros. Portanto, o imperador, sem ter outro partido a tomar, sem perder mais tempo, deliberou atacá-los, acreditando, talvez, fazê-los recuar, e talvez lhe tenha sido dada a intenção disso pelos seus enviados: ou, pelo menos, com a desculpa de tal ataque, fazer com que o império afirmasse e crescesse as suas

⁵ Eu posso enfrentar às dificuldades, quero também as honras. (N. do E.)

⁶ Ultimatum de autoridade. (N. do E.)

tropas de reforço, percebendo que as primeiras não haviam bastado. E como sabia que, antes de ter recebido maiores reforços, não podia estar fazendo a guerra, para não deixar o país à discrição, reuniu, antes do assalto, no dia 8 de janeiro, em Buggiano, lugar que fica a um dia de Trento, a Dieta do condado do Tirol. É este condado toda a parte que era de seu tio, e lhe rende mais de trezentos mil florins, sem imposição de nenhum tributo, dá mais de dezesseis mil homens de guerra e os seus habitantes são muito ricos. Esteve essa dieta em atividade dezanove dias; e afinal concluiu por dar mil infantes para sua vinda à Itália, e, não chegando, até cinco mil em três meses; e finalmente dez mil para a defesa do país, sendo necessário. E depois de tal conclusão, foi para Trento; e no dia 6 de fevereiro realizou aqueles dois ataques contra Roveredo e Vicenza, com cerca de cinco mil homens ao todo. Depois partiu logo; e com cerca de mil e quinhentos infantes e camponeses entrou no vale de Codaura em direção do Trivigiano: apoderou-se de um vale e de diversas fortalezas; e vendo que os venezianos não se mexiam, deixou avisadas aquelas tropas de que deviam entrar em ação e voltou para tomar conhe-

cimento das disposições do império. Os infantes foram mortos em Codaura e ele mandou o Duque de Brunswick, do qual nunca se soube coisa alguma. Reuniu a Dieta na Suábia⁷ no terceiro domingo da Quaresma; e porque tudo lhe parecia ir mal, dirigiu-se a Gueldre e mandou o Padre Luca aos venezianos para tentar a trégua, que se concluiu no dia 6 do presente mês de junho, perdendo ele o que possuía no Friul, tendo quase perdido Trento, a qual foi defendida pelo condado do Tirol; porque pelo imperador e pelas forças imperiais pouco faltou para que se perdesse, pois todos partiam nos maiores perigos da guerra, quando se esgotava o prazo de seus seis meses.

Sei que os homens, que ouviram e viram estas coisas, confundem-se e divergem em muitas partes; nem sabem por que não se viram estas dezanove mil pessoas que o império prometeu, nem por que a Alemanha não se tenha ressentido da perda de sua honra, nem por que razão o imperador se tenha enganado tanto: e assim cada qual tem opinião diferente sobre aquilo que se deva temer ou esperar para o futuro, e para onde as coisas se podem orientar. Eu, tendo estado

⁷ Em Ulm. (N. do T.)

no local, e tendo ouvido falar muitas vezes a muitos, nem tendo tido outra tarefa que não esta, referirei todas as coisas que guardei; as quais, se não distintamente, todas juntas, misturadas, responderão aos quesitos acima: nem as apresento como verdadeiras e ponderáveis, mas como coisas ouvidas; parecendo-me que o officio de um servidor seja colocar diante do seu senhor tudo quanto ele apura, para que, daquilo que seja bom, ele possa fazer cabedal.

Cada um daqueles a quem eu ouvi falar está de acordo em que se o imperador tivesse uma das duas coisas, sem dúvida lhe teria saído bem qualquer desígnio na Itália, sabendo-se como ela está condicionada: as quais são, ou que mudasse de natureza, ou que a Alemanha o ajudasse deveras. E começando-se pela primeira, dizem que, considerados os seus fundamentos, se ele deles se soubesse valer não seria inferior a nenhum outro potentado cristão. Dizem que os seus Estados lhe dão de renda seiscentos mil florins sem requerer qualquer tributo e cem mil florins lhe vale o officio imperial. Esta renda é toda sua, e não a tem por necessidade obrigada a nenhuma despesa. Porque em três coisas onde os outros príncipes são obrigados a

despender, ele não gasta um soldo; porque não tem gente de armas, não paga guarnições de fortalezas nem oficiais de terra: porque os gentis-homens do país estão armados às próprias custas; as fortalezas compete guardá-las ao país; e as cidades têm os seus burgomestres, que se interessam por elas.

Poderia, portanto, se fosse um rei de Espanha, em pouco tempo criar tão grande base por si mesmo, que lhe sairia bem qualquer coisa: porque, com um capital de oitocentos ou novecentos mil florins, o império não seria tão desprezível; e o país por pouco que fizesse não deixaria de resultar em grande aumento: e tendo a possibilidade de fazer guerra de súbito, por ter gente armada em toda parte, poderia, encontrando-se provido de dinheiro, mover campanha sem detença e encontrar, em matéria de armas, quem quer que fosse, desprevenido. Acrescente-se a isto a reputação que advém do fato de ter ele, por sobrinhos, o rei de Castela, o duque de Borgonha e o conde de Flandres; a aliança que tem com a Inglaterra: estas coisas lhe seriam de grande utilidade quando fossem bem empregadas, de modo que sem dúvida todos os projetos na Itália lhe resultariam bem. Mas

mesmo com todas as arrecadações mencionadas, ele nunca tem dinheiro algum; e, o que é pior, não vê aonde o dinheiro vai.

Quanto ao manejar as outras coisas, o Padre Luca, que é um dos principais homens de que ele se utiliza, disse-me estas palavras: o imperador não pede conselho a ninguém e é aconselhado por todos; quer fazer tudo por si e nada faz a seu modo; porque, não obstante não descobrir ele nunca os seus segredos espontaneamente, como o assunto os descobre, o imperador volve as costas aos que lhe estão ao derredor e se afasta daquela sua primeira ordem. E são estas duas coisas: a liberalidade e a facilidade, que o fazem louvado de muitos, que o arruinam. Nem a sua vinda à Itália é por outra razão tão espantosa quanto por esta: porque com a vitória as necessidades lhe cresciam, não lhe convindo haver firmado pé assim depressa; e não mudando de maneiras, se as frondes das árvores da Itália se lhe tivessem transformado em ducados, não lhe bastariam. Não há coisa que, com dinheiro na mão, não se tivesse então obtido: e contudo muitos julgavam prudentes aos que custavam mais a dar-lhe dinheiro a primeira vez, porque estes não teriam de custar ainda

mais a dar-lho a segunda. E quando eles não tivessem tido outras ações contra o príncipe, este lhes teria pedido dinheiro em empréstimo; e se não lhe fosse emprestada a soma pedida até então, ter-se-iam eles tirado fora. Eu vos quero dar disto uma veríssima demonstração. Quando Messer Pagolo, a 29 de março, fez aquela pergunta, eu, despachado que foi Francisco por ele, fui visitá-lo com o capítulo feito relativamente à vossa petição; e quando ele chegou àquela parte que diz *non possit Imperator petere aliam summam pecuniarum, etc.*, queria que antes de *petere* se pusesse *iure*^a: e perguntando-lhe eu por quê, respondeu que queria que o imperador vos pudesse solicitar dinheiro em empréstimo; então lhe respondi de maneira que ele se contentou. E notai isto: que das suas freqüentes desordens nascem as suas freqüentes necessidades, e das freqüentes suas necessidades os freqüentes pedidos, e destes as freqüentes Dietas, e do seu pouco critério as fracas resoluções e fraquíssimas execuções.

Mas se tivesse vindo à Itália, vós o não teríeis podido satisfa-

^a ... parte que diz: "O imperador não pode exigir outra soma de dinheiro, etc., queria que antes de *exigir* se pusesse *por direito*. (N. do E.)

zer nas reuniões da Dieta como faz a Alemanha. E tanto mais o prejudica esta sua liberalidade, quanto para fazer a guerra lhe é necessário mais dinheiro que a qualquer outro príncipe: porque os seus povos, por serem livres e ricos, não são instados nem pela necessidade nem atraídos por qualquer afeição, mas o servem pela determinação da sua comunidade e pelo seu preço; de maneira que, se ao fim de trinta dias o dinheiro não aparece, logo partem e não os podem reter rogos ou esperança ou ameaça, faltando-lhes o dinheiro. E se digo que os povos da Alemanha são ricos é que assim é a verdade; e o que os faz ricos, em grande parte, é o viver como pobres; porque não edificam, não vestem e não têm mantimentos em casa, e lhes basta ter pão e carne em abundância e uma estufa para fugir do frio. Quem não tem outras coisas, passa sem elas e não as procura. Gastam consigo dois florins em dez anos, e cada qual vive segundo a sua vontade a esta proporção, e ninguém se importa com aquilo que lhe falta e sim com aquilo que tem de necessário; e as suas necessidades são muito menores do que as nossas: e deste costume resulta que não sai dinheiro de seu país e eles estão contentes com o que lá se

produz; e gozam sua vida rústica e livre e não querem ir à guerra se não são bem pagos, e isto também não lhes bastaria se as comunidades assim não lhes determinassem: e assim ao imperador seria necessário muito mais dinheiro do que ao rei de Espanha ou a outros que tenham ordenado o seu povo de modo diferente.

A sua fácil e boa natureza faz com que cada um que ele tem ao seu redor o engane: e declarou-me um dos seus que cada homem e cada fato o pode enganar uma vez quando ele o percebeu: mas são tantos os homens, tantos os fatos, que lhe pode suceder ser enganado todos os dias, mesmo que ele sempre se apercebesse do engano. Possui infinitas virtudes; e se combinasse as duas partes mencionadas, seria um homem perfeitíssimo: porque êle é perfeito capitão; mantém o país com grande justiça; acessível às audiências e benéfico, e muitas outras qualidades de ótimo príncipe: concluindo que se temperasse aquelas duas podem todos perceber que todas as coisas lhe dariam bom resultado.

Da potência da Alemanha ninguém pode duvidar; porque tem ela abundância de homens, de riquezas e de armas. E quanto à riqueza, não há comunidade que

não tenha dinheiro economizado; e todos dizem que Estrasburgo sozinha tem vários milhões de florins em prata: e isto lhe vem de não terem despesa que os faça gastar mais dinheiro do que a que fazem para se fornecer de munições; nas quais, tendo despendido certa soma de uma vez, despendem pouco em mantê-las. E nisso são bem ordenados porque têm sempre em público o que comer, beber, queimar durante um ano; e da mesma maneira, o que por um ano trabalhar nas suas indústrias, para poder, em caso de necessidade, dar de comer à plebe, e àqueles que vivem dos braços, por um ano inteiro, sem perda. Em soldados não gastam porque têm os seus homens armados e exercitados. Em salários e em outras coisas, gastam pouco: de tal forma que cada comunidade se encontra rica. Resta agora que as cidades se unam aos príncipes para favorecer os empreendimentos do imperador ou que, por si mesmas, sem os príncipes, o desejem levar adiante, pois que bastariam a isso. E aqueles que falam disso dizem que a causa da desunião está no fato de existirem muitos temperamentos contrários naquela província, o que produz desunião geral, dizendo que os suíços estão em inimizade com a Ale-

manha, as comunidades com os príncipes e os príncipes com o imperador. E parece talvez coisa estranha dizer que os suíços e as comunidades sejam inimigos, atendendo ambos ao mesmo desígnio de salvar a liberdade e guardar-se dos príncipes: mas esta sua desunião existe porque os suíços não somente são inimigos dos príncipes como das comunidades, mas também são inimigos dos gentis-homens; porque no seu país não existe nem de uma nem de outra espécie, e gozam de uma verdadeira liberdade sem distinção nenhuma nos homens, salvo aqueles que exercem a magistratura. Este exemplo dos suíços faz medo aos gentis-homens que permaneceram nas comunidades; e toda a sua indústria está em mantê-los desunidos, e pouco amigos deles. São ainda inimigos dos suíços todos aqueles homens das comunidades que atendem aos misteres da guerra, movidos por uma inveja natural, parecendo-lhes ser menos estimados nas armas que aqueles; de modo que não se pode reunir num campo pequeno um grande número desses, que não briguem entre si.

Quanto à inimizade dos príncipes com as comunidades e com os suíços, não é preciso falar mais, sendo coisa conhecida; e

assim também que existe entre o imperador e os ditos príncipes. E deveis compreender que, tendo o imperador seu ódio principal contra os príncipes e não podendo por si mesmo rebaixá-los, valeu-se dos favores das comunidades e por esta mesma razão, de um tempo a esta parte, entreteve os suíços, com os quais lhe parecia ultimamente ter chegado a um certo grau de confiança. Tanto que, consideradas, em geral todas estas divisões, e juntando-se depois as que existem entre um príncipe e outro, e uma comunidade e outra, tornam difícil a união, de que o imperador teria necessidade. E aquilo que fazia com que todos confiassem, que tornava gloriosas as ações do imperador e plausíveis as suas empresas, é que não se via príncipe na Alemanha que pudesse opor-se aos seus desígnios, como antigamente houve: o que era e é a verdade. Mas aquilo em que os outros se enganavam é que não somente o imperador pode ser retido se se lhe mover guerra e tumulto na Alemanha, mas ele pode ser ainda retido se não for ajudado; e aqueles que não ousam mover-lhe a guerra ousam retirar-lhe os auxílios; e quem não ousa negar-lhos ousa, prometidos que os tem, não observar a promessa; e quem ainda não

ousa isso ousa diferir-lhos, de modo que não cheguem em tempo útil. E todas estas coisas o ofendem e o perturbam. Sabe-se disto por ter-lhe a Dieta prometido, como se disse acima, dezenove mil homens, e por não se terem visto nunca tantos que chegassem a cinco mil. Pode-se considerar que se origine tal fato das razões mencionadas, ou de ter ele tomado dinheiro em vez de gente, e talvez por ter tomado cinco por dez. E para chegar a outra afirmação relativamente à potência da Alemanha e da sua união, digo que este poder está mais nas comunidades que nos príncipes. Porque os príncipes são de duas naturezas: ou temporais ou espirituais. Os temporais estão como que reduzidos a uma grande debilidade; parte por eles mesmos, sendo cada principado dividido em diversos príncipes pela divisão igual da herança que eles observam, parte por havê-los rebaixado o imperador com o favor das comunas, como se disse, de tal maneira, que são amigos inúteis e inimigos pouco temíveis. Existem ainda, como foi dito, os príncipes eclesiásticos: os quais, se as divisões hereditárias não os aniquilaram, os reduziu a ambição das suas comunidades, com o favor do imperador; de tal maneira que os arcebispos eleito-

res e outros semelhantes nada podem nas grandes comunidades próprias: do que advém que nem eles nem as suas terras, sendo divididas juntamente, podem favorecer empresas do imperador quando bem o desejassem.

Mas venhamos às comunidades francas e imperiais, que são o nervo daquela província; onde há dinheiro e ordem. Estas têm muitas razões de não se mostrar solícitas em prover o imperador de dinheiro, pois lhe é intenção principal manter a própria liberdade e não conquistar mais império; e aquilo que não desejam para si não cuidam para que outrem o tenha. Além disso, por serem tantas, e cada qual governar-se por si, as suas provisões, quando o desejam fazer, são tardas e não possuem a utilidade que seria de desejar. Por exemplo, há isto: os suíços, nove anos faz agora, assaltaram o Estado de Maximiliano e a Suábia. Conveio o rei com estas comunidades em reprimi-los; e eles se obrigaram a manter em campo catorze mil homens, mas destes nunca se viu nem a metade; porque quando os de uma comunidade vinham os da outra se retiravam. Assim, o imperador, desesperado daquela empresa, fez acordo com os suíços e lhes deixou Basiléia. Ora, se nos seus próprios interes-

ses as comunas têm usado destes termos, pensai no que fariam quando se tratasse de empresas de outrem. Donde todas estas coisas reunidas fazem com que esta potência se torne pequena e pouco útil ao imperador. E porque os venezianos, no comércio que mantêm com os mercadores das comunas da Alemanha, compreenderam isso melhor do que quaisquer outros da Itália, melhor se opuseram; porque se eles houvessem temido esta potência não se lhe teriam oposto, e mesmo se, quando se lhe tivessem oposto, tivessem julgado possível que aquelas comunas se pudessem unir, nunca o teriam feito; mas porque lhes parecia conhecer esta impossibilidade, foram fortes como se viu. Não obstante, quase todos os italianos que estão na corte do imperador (dos quais ouvi dizer as mencionadas coisas) permanecem agarrados a esta esperança, a saber, de que a Alemanha se empenhe em unir-se agora e o imperador atirar-se-lhe ao ventre, e manter agora aquela ordem de capitães e das gentes de que se falou no ano passado na Dieta de Constança; e que o imperador agora cederá por necessidade, e eles o farão de bom grado, para reaver a honra do império; e a trégua não os

incomodará, pois será feita pelo imperador e não por eles. Ao que responde alguém não dar muita fé a que isto esteja para acontecer; porque se vê todos os dias que as coisas que numa cidade pertencem a muitos são descuidadas: tanto mais deve acontecer numa província. Além disso, as comunidades sabem que a conquista da Itália seria para os príncipes e não para elas; podendo estes vir a gozar pessoalmente as cidades da Itália e elas não: e onde a recompensa deva ser desigual, os homens pouco se esfor-

çam, e de má vontade. Assim, permanece esta opinião indecisa, sem poder resolver-se sobre o que há de acontecer.

E isto é o que eu entendo da Alemanha. Com relação às outras coisas, do que poderia haver de paz e de guerra entre os príncipes, ouvi dizer muitas coisas; que, por serem fundadas todas em conjeturas (do que se tem aqui mais verdadeira notícia e melhor juízo), deixá-las-ei de parte. *Valete*⁹.

⁹ Saudações. (N. do E.)

DO "RESUMO
DAS COISAS DA ALEMANHA"

AS TROPAS alemãs são muito bem montadas, mas são pesadas, e outrossim são muito bem armadas na parte que usam armar. Mas deve-se notar que num prélio de armas contra italianos ou franceses nada valeriam; não pela qualidade dos homens, mas porque não usam nos cavalos armadura de nenhuma espécie, e as selas pequenas, fracas e sem estribos, de maneira que qualquer pequeno choque os atira por terra. Eis outra coisa que os torna mais débeis: do busto para baixo, isto é, coxas e pernas, não se resguardam em nada; de modo que, não podendo agüentar a primeira investida, e nisso consiste a importância das tropas e do feito de armas, não podem mais combater com arma curta; porque podem ser atingidos, assim como os seus cavalos, nos lugares desguarnecidos, e está nas possibilidades de qualquer peão com lança arrancá-los dos cavalos ou destripá-los; e além disso, pelo seu próprio peso, mal se agüen-

tam, quando se agitam os cavalos.

As tropas de infantaria são ótimas, e compostas de homens de bela estatura; ao contrário dos suíços, que são pequenos, e não são limpos nem belos: mas não se armam, ou poucos, com mais do que a lança ou adaga, para ser mais ágeis, prestos e leves. E costumam dizer que fazem assim por não ter outro inimigo que não a artilharia, da qual uma armadura, couraça, cota de malha não os defenderia. Outras armas não temem, pois afirmam possuir tal ordem, que não é possível entrar entre eles, nem aproximar-se-lhes quando a lança é longa. São ótimos homens nas batalhas campais, mas para o assalto a fortalezas não valem, e pouco para defendê-las; e em geral, onde não podem manter a ordem da sua milícia, não valem. Disto se teve a experiência depois que tiveram que se avir com os italianos; e máxime onde tiveram

que conquistar cidadelas, como aconteceu em Pádua e outros lugares, no que provaram mal; e, ao contrário, onde se encontraram em campo, fizeram boa figura. De modo que, se na jornada de Ravena, entre os franceses e os espanhóis, aqueles não tivessem contado com os lansquenetes, teriam perdido a batalha; porque enquanto uma parte da tropa se empenhava com a outra, os espanhóis haviam já rompido

a infantaria francesa e a gascã; e se os alemães com a sua presteza não os socorressem, ali teriam todas sido mortas e tomadas. E assim se viu que, ultimamente, quando o Rei Católico declarou guerra à França na Guiena, as tropas espanholas temiam mais um grupo de alemães que o rei tinha, de dez mil, do que a todo o resto da infantaria, e evitavam as ocasiões de encontrar-se com eles.

DA NATUREZA
DOS FRANCESES

Nota do Tradutor

Maquiavel tem evidente antipatia pela França e pelos franceses e a manifesta nos Ritratti delle Cose di Francia, escrito que data da sua última legação à França, em 1510, e principalmente no Della Natura dei Francesi, pequeno escrito composto de breves conceitos sobre a psicologia do povo francês.

Júlio II, fazendo a paz com Veneza e recuperando a Romanha, rompia com a França e lançava as bases da Liga Santa. Florença via-se em situação embaraçosa. Luís XII exigia da república formais promessas de auxílio na guerra que fazia a Veneza. O papa, por outro lado, requêstava o apoio de Florença à liga antifrancesa. O interesse da república era, assim, contemporizar, deixando de ajudar efetivamente a qualquer dos campos adversos.

Nos primeiros dias de julho partia Maquiavel para a França munido da commissione dos "Dez" e instruções reservadas do Gonfaloneiro. Apesar das dificuldades da situação, conseguiu ele justificar perante o rei a política de Florença, tolhida entre a necessidade de cumprir as suas obrigações para com a França e o temor de chocar-se contra a Igreja.

Durante esta terceira legação à França pôde Maquiavel estudar o caráter da organização política e econômica do reino, como já o fizera para a Alemanha. Os Ritratti tiveram sucessivas redações, a última das quais é de 1510 ou 1511, e onde, apesar da desordem da segunda parte e de algumas inexatidões, revela Maquiavel a mesma acurada observação das linhas essenciais e características dos Estados.

ESTIMAM tanto a utilidade e o dano presentes, que lhes fica pouca lembrança das injúrias e benefícios passados e pouco cuidado do bem ou do mal do futuro.

São antes retrógrados que prudentes. Não se importam muito do que se escreva ou se diga deles. São mais cúpidos de dinheiro do que de sangue. São liberais somente em ouvir.

A um senhor ou gentil-homem que desobedeça ao rei numa coisa que pertença a um terceiro não resta remédio que não o de lhe obedecer de qualquer maneira, quando ainda está em tempo; e quando não, ficar quatro meses sem aparecer na corte. E isto vos arrebatou Pisa duas vezes: uma quando Entraigues tinha a cidade; a outra quando o campo francês nos veio.

Quem quer levar um negócio a bom termo na corte precisa de muito dinheiro, grande diligência e boa fortuna.

Pretendendo um benefício, pensam antes na utilidade que dele podem tirar, do que no serviço que poderão prestar.

Os primeiros acordos com eles são sempre os melhores.

Quando não te podem fazer bem, to prometem; quando podem fazer, fazem-no com dificuldade ou nunca.

São humílimos na má sorte; na boa, insolentes.

Tecem bem as suas intrigas urdidas com a força. Quem vence está, por isso mesmo e quase sempre, com o rei; quem perde, raríssimas vezes: e por isso, quem tem que realizar uma empresa deve logo considerar se ela lhe sairá bem ou não. É este capítulo conhecido de Valentino, pois o fez vir a Florença com o exército.

Estimam em muitas coisas sua honra grosseiramente e de maneira desconforme à dos senhores italianos: e por isso bem pouco se importam de haver mandado a Siena a pedir Montepulciano e não ser obedecidos.

São inconstantes e levianos. Têm fé no vencedor. São inimigos do falar romano e da sua fama.

Dos italianos, não tem bom tempo na corte senão quem não tem mais o que perder e navega por perdido.

RELAÇÃO
SOBRE A FRANÇA

A COROA e os reis de França são hoje mais ricos e mais poderosos do que nunca, pelas razões abaixo mencionadas; e antes:

A coroa, sendo transmitida por sucessão de sangue, tornou-se rica; porque às vezes, o rei não tendo filhos, nem quem o sucedesse na própria herança, os seus haveres e os Estados ficaram para a coroa. E tendo acontecido isto a muitos reis, a coroa veio a ser muito enriquecida pelos muitos Estados que lhe couberam; como aconteceu com o ducado de Anjou, e no presente, como acontecerá ao atual rei, que, por não ter filhos varões, deixará para a coroa o ducado de Orleans e o Estado de Milão: de modo que hoje todas as boas terras de França são da coroa e não dos seus barões particularmente.

Uma outra razão existe, poderosíssima, da força daquele rei: é que no passado a França não estava unida devido aos poderosos barões, que tudo ousavam e lhes bastava a vontade para se entre-

gar a qualquer empreendimento contra os reis: como acontecia com um duque de Guiena e de Bourbon: os quais são hoje todos muito obsequiosos. Veio a ser assim o mais forte.

Eis uma outra razão: que a qualquer outro príncipe vizinho bastava somente a vontade de atacar o reino de França, e isto porque sempre havia um duque da Bretanha, ou um duque de Guiena, de Borgonha, ou de Flandres, que lhe servia de ajuda, cedia-lhe o passo e o fazia de amigo, como acontecia quando os ingleses estavam em guerra com a França, que sempre por intermédio de um duque de Bretanha davam que fazer ao rei; e, da mesma maneira um duque de Borgonha por meio de um duque de Bourbon. Agora sendo a Bretanha, a Guiena, o Bourbonês e a maior parte da Borgonha súditos obsequiosíssimos da França, não só faltam a tais príncipes estes meios de poder invadir o reinado de França, mas os têm hoje por

inimigos; também o rei, por possuir estes Estados, é mais poderoso e o inimigo mais fraco.

Eis ainda uma outra razão: que hoje os mais ricos e os mais poderosos barões de França são de sangue real e da linha hereditária, de modo que, faltando algum dos superiores e ascendentes seus, a coroa lhe pode ser outorgada. E por isso cada qual se mantém unido à coroa, esperando que ou ele mesmo ou um de seus filhos possam chegar àquele grau. E o rebelar-se ou tornar-se inimigo poderia ser mais prejudicial do que benéfico: como esteve para acontecer a este rei, quando foi preso na jornada de Bretanha, aonde fora em favor daquele duque e contra os franceses¹⁰; e se discutiu se, morto que foi o Rei Carlos, por aquela falta e defecção ele devesse ter perdido o direito de suceder. E se não fosse ser ele homem de dinheiro pelas economias que fizera, e pôde gastar, e depois aquele que podia ser rei, afastado ele próprio, era menino, isto é, o Senhor de Angoulême; este rei, pelas razões expostas, e por merecer também algum favor, foi feito rei.

¹⁰ Luís XII tinha tomado armas contra a regência de Ana, duquesa de Bourbon, na minoridade de Carlos VIII, dos quais era cunhado. (N. do T.)

A última razão que existe é esta: que os Estados dos barões de França não se dividem entre os herdeiros, como se faz na Alemanha e em outras partes da Itália; antes cabem sempre aos primogênitos e eles são os verdadeiros herdeiros: e os outros irmãos ficam em paz; e ajudados pelo primogênito e irmão deles, dão-se todos às armas, e se empenham na tarefa de chegar ao ponto e em condições de poder comprar para si um Estado, e com essa esperança vivem. Disto advém que os homens de armas franceses são hoje os melhores que existem, pois que são todos nobres e filhos de senhores e estão em condições de chegar a tal grau.

As tropas de infantaria que se formam na França não podem ser boas porque faz muito tempo que não têm guerra, e por isso não têm experiência alguma. E além disso os seus homens estão pelas cidades, todos de condição popular e trabalhadores; e estão de tal maneira submetidos aos nobres e tornam-se tão abatidos na ação, que chegam a ser desprezíveis. Assim se vê que o rei nas guerras não se serve deles, porque provam mal, havendo entretanto os gascões, dos quais o rei se serve, pois são um pouco melhores que os outros; e isto

advém do fato de serem vizinhos das fronteiras de Espanha, de modo que têm um pouco do caráter espanhol. Mas deram, pelo que se viu há muitos anos a esta parte, mais provas de serem ladrões do que de homens valentes. Entretanto, no defender e assaltar fortalezas provam muito bem; mas em campanha dão mau resultado: assim vêm a ser o contrário dos alemães e dos suíços, os quais no campo não têm igual, mas para defender e ofender fortalezas nada valem. E por isso o rei de França se serve sempre dos suíços ou dos lansquenetes¹¹ porque os seus homens de armas, onde se tenha inimigo, não se fiam dos gascões. E se a infantaria fosse da qualidade que são os homens de armas franceses, não há dúvida que lhes bastaria o ânimo para defender-se de todos os príncipes.

Os franceses são por sua natureza mais valentes que fortes ou destros; e no primeiro ímpeto, se se lhes puder resistir à sua ferocidade, tornam-se tão humildes e perdem de tal maneira o ânimo que se tornam iguais a fracas mulheres. E também não suportam aborrecimentos e incômodos; e com o tempo descuram as

coisas de modo que é fácil, encontrando-os em desordem, superá-los. Disto se teve a experiência no reino de Nápoles tantas vezes, e ultimamente no Garigliano; onde eram superiores ao dobro dos espanhóis; e se julgava que os devessem a cada momento aniquilar. Contudo, porque começava o inverno e as chuvas eram fortes, começaram os franceses a retirar-se um a um para as cidades circunvizinhas, para viver com mais conforto; e assim o campo ficou desfalcado e com pouca ordem, de maneira que os espanhóis foram vitoriosos, contra todas as razões. Teria acontecido o mesmo aos venezianos; não teriam perdido a jornada de Vailà, se tivessem ido seguindo os franceses pelo menos dez dias: mas o furor de Bartolommeo d'Alviano encontrou um furor maior. O mesmo aconteceu em Ravena aos espanhóis, que não se aproximavam dos franceses e os desorganizavam, considerando a indisciplina e a falta de víveres, que lhes impediam os venezianos através de Ferrara, e os de Bolonha teriam sido impedidos pelos espanhóis; mas porque tiveram pouco conselho uns, e os outros menos juízo, o exército francês foi vencedor; embora a sua vitória fosse sangrenta. E se o conflito foi grande, maior teria

¹¹ Lansquenetes = *tropa de infantaria mercenária composta de soldados alemães armados de lança. (N. do T.)*

sido se a força principal de um campo e de outro tivesse sido da mesma categoria, tanto um como outro. Mas o exército francês era forte na gente de armas, o espanhol na infantaria; e por isso não houve grande carnificina. E contudo, quem quiser superar os franceses deve guardar-se do seu primeiro ímpeto; que, com o ir entretendo-os, pelas razões acima mencionadas, os vencerá. E por isso César disse que os franceses são no princípio mais do que homens e, no fim, menos do que mulheres.

A França, pela sua grandeza e pela comodidade de grandes rios, é fértil e opulenta; donde os rebanhos e os trabalhos manuais valerem pouco ou nada, pela falta de dinheiro que têm as populações, as quais apenas podem reunir o suficiente para pagar ao seu senhor os impostos, ainda que sejam baixíssimos. Isto acontece porque não têm onde vender os seus rebanhos deles; porque todo homem colhe para vender: de maneira que, se em uma cidade houvesse alguém que quisesse vender uma medida de grão, não encontraria comprador, porque todos têm grão que vende. E os gentis-homens, do dinheiro que recebem dos súditos, fora o que gastam em vestir-se, não gastam nada: porque têm

eles próprios gado suficiente para consumir, assim como criações de aves, lagos, lugares cheios de caça de toda a espécie; e assim em geral cada um deles nas cidades, de modo que todo o dinheiro se concentra na mão dos senhores; por isso hoje sua riqueza é grande: e assim, quando os do povo têm um florim, parece-lhes que são ricos.

Os prelados de França tiram dois quintos das rendas daquele reino, porque existem muitos bisposados que têm o temporal e o espiritual: e além disso, tendo bastante para a sua subsistência, todas as prestações e dinheiros que lhes vão às mãos não lhes saem mais, segundo a natureza avara dos prelados e religiosos; e aquilo que vai aos capítulos e colégios das igrejas é gasto em pratas, jóias, riquezas para ornamento das igrejas. Assim, o que possuem as igrejas e o que têm os prelados em particular, entre dinheiro e prataria, vale tesouros infinitos.

No consultar e governar as coisas da coroa e Estado de França, os prelados sempre intervêm em maior parte; e os outros senhores não se importam porque sabem que eles próprios é que têm de executar as medidas propostas pelo governo. E assim, cada qual se contenta, um com o

ordenar, outro com o executar: embora intervenham ainda velhos e já experimentados homens de guerra, para que, quando se deve tratar de coisas semelhantes, possam orientar os prelados, que não têm prática disso.

Os benefícios¹² de França, em virtude da pragmática obtida pelos pontífices há muito tempo, são conferidos pelos seus colégios: de maneira que os cônegos, quando o seu arcebispo ou bispo morre, reunidos todos, conferem o benefício a quem deles lhes parecer que mereça. Dessa maneira, freqüentemente têm alguma dissensão, pois há sempre quem se favoreça com o dinheiro e alguém com a virtude e boas obras. A mesma coisa fazem os monges ao eleger os abades. Os outros pequenos benefícios são conferidos pelos bispos aos quais estão submetidos. E se por acaso o rei quisesse contrariar tal pragmática, elegendo um bispo a seu modo, seria necessário que usasse de força, porque negariam posse a este; e mesmo que sejam a isso obrigados, costumam, morto que seja o rei, desapossar o prelado para dar o benefício a outro, eleito por eles.

A natureza dos franceses é ambiciosa do que pertence aos

outros: do que, juntamente com o seu e o dos outros, é, depois, pródiga. E assim o francês roubaria alguém e, no mesmo instante, iria gozar a coisa roubada com aquele de quem a roubou. Natureza contrária à espanhola, que, daquilo que te rouba; nunca mais coisa alguma verás.

Teme muito a França aos ingleses, pelas grandes incursões e danos que outrora fizeram ao reino: de maneira que, entre o povo, o nome de "inglês" é temível, pois não distingue ele que a França está hoje bem ordenada, ao contrário do que era naqueles tempos, porque está armada, experiente e unida, e tem em seu poder aqueles Estados nos quais os ingleses se fundavam, como acontecia com o ducado de Bretanha e o de Borgonha, e, por outro lado, os ingleses não são disciplinados; porque há tanto tempo que não entram em guerra que, dos homens que vivem hoje, não há um que tenha jamais visto inimigo pela frente; e além disso lhes falta quem os sustente no continente, salvo o arquiduque¹³.

Temeriam muito dos espanhóis, pela sua sagacidade e vigilância. Mas se por acaso o seu rei

¹² Os cargos episcopais. (N. do T.)

¹³ Alusão ao Arquiduque Carlos d'Áustria, que foi depois Carlos V, o qual então era soberano dos Países Baixos sob a regência de Maximiliano, seu avô. (N. do T.)

quiser atacar a França, o fará com grande desvantagem: porque do seu Estado, de onde partiria até às bocas dos Pireneus, que penetram no reinado de França, é tão longo o caminho e tão estéril que toda a vez que os franceses visassem aquelas saídas dirigidas a Perpignan, como as que se dirigem à Guiena, o exército espanhol poderia ser desorganizado, senão pela falta de socorro, ao menos no que diz respeito aos víveres, tendo que caminhar por tão longa estrada; porque as terras que se deixam para trás são como que inabitadas, devido à sua esterilidade: e as que são habitadas têm apenas o suficiente para a vida dos habitantes. E por isso os franceses da vertente dos Pireneus temem pouco os espanhóis.

Dos flamengos os franceses não temem; e isto porque os flamengos não produzem, devido à fria natureza do país, nem com que viver; e principalmente trigo e vinho, que é necessário importar da Borgonha e da Picardia e de outros Estados de França. Além disso, os povos de Flandres vivem de trabalhos manuais que vendem nos mercados de França, isto é, de Lião e de Paris; porque do lado do mar, não há onde comerciar, e para o lado da Alemanha, acontece o mesmo, por-

que tem este povo também ditas mercadorias e até as fabricam mais que eles. Assim, sempre que deixassem de comerciar com os franceses, não teriam eles onde vender as mercadorias; e assim não somente sofreriam a falta de mantimentos como também de mercado para o que produzissem. O que faz com que os flamengos nunca, senão forçados, terão guerra com os franceses.

Teme muito a França dos suíços pela sua vizinhança e pelos repentinos ataques que lhes podem fazer; ao que não é possível, pela sua presteza, prover a tempo. E fazem, antes, mais depredações e correrias que outra coisa: porque, não tendo nem artilharia nem cavalos e estando as cidades francesas que lhes são vizinhas bem defendidas, não conseguem grandes progressos. Além disso a natureza dos suíços é mais apta à guerra de campo do que ao expugnar e defender fortificações: e de má vontade os franceses naqueles confins combatem os suíços; porque não têm infantaria boa que lhes faça frente, e os homens de armas sem infantaria de nada valem. E ainda o terreno é aí tão acidentado que as lanças e cavaleiros mal se movimentam: e os suíços só de má vontade deixam as suas fronteiras dirigindo-se à planície,

deixando para trás, como se disse, cidades muito povoadas e bem fortificadas, o que os faz duvidar de poderem eles voltar aos seus lugares se descessem à planície, e de que não lhes faltassem os víveres.

Da parte que fica em direção à Itália não temem, devido aos montes Apeninos, para as grandes cidades que têm nas raízes daqueles; cada vez que alguém quisesse atacar o Estado de França, teria que avançar em país tão estéril que seria necessário, ou que assediasse pela fome ou que deixasse para trás fortalezas (o que seria loucura), ou que se dispusesse a expugná-las. Dessa maneira, do lado da Itália não temem pelas razões mencionadas, e por não haver na Itália príncipe em condições de atacá-los, e por não estar a Itália unida, como acontecia no tempo dos romanos.

Do lado do Meio-Dia, não teme absolutamente o reinado de França, por ter aí os marinheiros: e naqueles portos há continuamente navios em número bastante, do rei e de outros reinícolas, para poder defender a região de um inopinado assalto. Porque a um premeditado tem-se tempo de reparar, pois é necessário tempo a quem o quiser fazer, para prepará-lo e pô-lo em

ordem, e vem a saber-se por todos; e em todas estas províncias o reino de França, ordinariamente, tem guarnições de homens de armas para jogar seguro.

Gasta pouco para guardar as terras, porque os súditos lhe são obsequiosíssimos e de fortalezas não usa para fazer guardar o reino. E nos confins, onde haveria alguma necessidade de gastar estando aí as guarnições de homens de armas, está livre dessa despesa: porque um ataque em grande escala tem-se tempo de prevê-lo, pois ele requer tempo para poder ser feito e organizado.

São os povos de França humildes e obedientíssimos, e têm em grande veneração o seu rei. Vivem com pouquíssima despesa, pela abundância dos rebanhos: e também cada qual tem qualquer coisa de estável para si mesmo. Vestem grosseiramente e de panos de pouco dispêndio; e não usam seda de nenhuma qualidade, nem eles nem as suas mulheres, porque seriam notados pelos gentis-homens.

Os bispados do reino de França, segundo o moderno recenseamento, são em número de cento e quarenta e seis computados os arcebispados, em número de dezoito.

As paróquias, um milhão e

setecentas¹⁴, computadas setecentas e quarenta abadias. Os priorados não interessam.

A receita ordinária e extraordinária da coroa não o pude saber; porque interroguei a muitos e todos me disseram ser tão grande quanto o rei o deseje. *Tamen*¹⁵ alguém diz uma parte da receita ordinária, isto é, o que se diz ser o dinheiro do rei, e é produto da gabela, como sejam os impostos do pão, vinho, carne e similares, tem ele um milhão e setecentos escudos; e a receita extraordinária tira-a ele como talha quanto desejar; e estas rendas se pagam altas ou baixas, como bem parecer ao rei. Mas não bastando, lançam-se empréstimos e raramente se devolvem, e são pedidos por cartas régias, desta maneira:

“O rei nosso senhor recomenda-se a vós; e como há falta de dinheiro, vos roga lhe empresteis a soma que contém a carta”.

E esta se paga em mãos do recebedor do lugar; em cada cidade há um, que recebe todos os

proventos, sejam de gabela como de talha e empréstimos.

As terras súditas da coroa não têm entre elas outra ordem que a que lhes dá o rei de fazer dinheiro, ou pagar impostos *ut supra*.

A autoridade dos barões sobre os súditos é nula. O seu imposto é sobre o pão, vinho, carne, como se disse; tanto por fogo anualmente, mas não passa de seis ou oito soldos por fogo, de três em três meses. Talhas ou empréstimos não podem eles impor sem o consentimento do rei; e isto raramente se consente.

A coroa não tira deles outra utilidade que a entrada do sal; nem nunca os faz pagar talha senão em alguma grandíssima necessidade.

A ordem do rei nas despesas extraordinárias, tanto nas guerras como em outras coisas, é que ordena aos tesoureiros que paguem os soldados; e eles pela mão dos *contrar*¹⁶ que os registram. Os pensionistas e gentis-homens vão aos generais e fazem com que se lhes dê o desencargo; isto é, a apólice do seu pagamento de mês em mês; os gentis-homens e pensionistas de três em três meses; e vão ao recebedor da

¹⁴ Esta cifra é evidentemente errônea; mas se encontra em todas as edições e manuscritos. (N. do T.)

¹⁵ Entretanto. (N. do E.)

¹⁶ Talvez *contraroli*, isto é, *controllori* controladores, do francês *controleur*. Outras edições trazem: “por mão daqueles, etc.” (“*per mano di coloro*”).

província onde habitam e são logo pagos.

Os gentis-homens do rei são duzentos: o seu soldo é de vinte escudos por mês, pagos *ut supra*: e cada cem têm um chefe, que costumava ser Ravel de Vidames.

Não há número fixo para os pensionistas; e são poucos ou muitos, como agrada ao rei, e alimenta-os a esperança de alcançar maior posto: e por isso aí não há ordem.

O ofício dos generais de França é tomar tanto por fogo e tanto por talha, com o assentimento do rei; e ordenar que as despesas, tanto as ordinárias como extraordinárias, sejam pagas no tempo certo; isto é, os desencargos *ut dictum est supra*¹⁷.

Os tesoureiros ficam com o dinheiro, e pagam segundo a ordem e desencargos dos generais.

O ofício do grão-chanceler é *merum imperium*; e pode fazer graça e *condemnare suo libito, etiam in capitalibus, sine consensu regis*¹⁸. Pode repor os litigantes contumazes em bons termos. Pode conferir os benefícios *cum consensu regis tantum*¹⁹:

porque as graças se fazem por cartas reais, lacradas com o grande selo real: mas ele tem o grande selo. Seu salário é de dez mil francos ao ano, e onze mil francos para "ter mesa". Por ter mesa entende-se dar de comer e de cear àqueles tantos homens do Conselho que seguem o grão-chanceler; isto é, advogados e outros gentis-homens que o acompanham, quando eles o desejem, do que se usa muito.

A pensão que o rei de França dava ao rei de Inglaterra era de cinquenta mil francos por ano; e era como recompensa de certas despesas feitas pelo pai do atual rei de Inglaterra no ducado de Bretanha: a qual terminou e não se paga mais.

Presentemente na França não existe mais do que um senescal-mor, mas quando há mais de um (não digo grandes, que não existe mais que um), seu ofício se exerce sobre os homens de armas ordinários e extraordinários; os quais, por dignidade de seu ofício, são obrigados a obedecer-lhe.

Os governadores da província são tantos quantos o rei queira, e pagos como ao rei melhor pareça; e são feitos *annuatim et a vita, ut regibus placet*²⁰: e os ou-

¹⁷ Como ficou dito acima. (N. do E.)

¹⁸ O ofício do grão-chanceler é de legitima autoridade; e pode fazer graça e condenar a seu alvitre, mesmo à pena capital, sem o prévio consentimento do rei. (N. do E.)

¹⁹ Somente com o consentimento do rei. (N. do E.)

²⁰ Anualmente ou vitalícios, segundo beneplácito real. (N. do E.)

tros governadores, e ainda os lugar-tenentes das cidades pequenas são todos colocados pelo rei. E deveis saber que todos os officios do reino são ou doados ou vendidos pelo rei, e não por outrem.

O modo de reunir os Estados gerais é, cada ano, em agosto, em outubro, ou janeiro, como o rei deseja: e se ordenam a despesa e a receita ordinárias daquele ano pelas mãos dos generais; e então distribui-se a entrada conforme a saída; e se elevam ou diminuem as pensões e pensionistas, como o rei ordena.

Da quantia que se distribui pelos gentis-homens e pensionistas não há número fixo; mas nada se aprova pela Câmara de Contas, e lhes basta a autoridade do rei.

A função da Câmara de Contas é rever as contas de todos aqueles que administram dinheiros da coroa; como sejam generais, tesoureiros, recebedores.

A Universidade de Paris é paga pelas entradas das fundações dos colégios, mas magramente.

Os Parlamentos são cinco: Paris, Rouen, Toulouse, Bordéus e Delfinato, e de nenhum se apela.

Os principais centros de estudos são quatro: Paris, Orleans,

Bourges e Poitiers: e depois, Tours e Angers, mas de pouco valem.

As guarnições permanecem onde o rei quiser, e são tantas quantas bem lhe parecer, tanto com relação à artilharia como aos soldados. Entretanto, todas elas têm algumas peças de artilharia, municadas; e de há dois anos a esta parte construíram-se muitas em muitos lugares do reino, a expensas das cidades, e isso se conseguiu com o aumentar a renda de um dinheiro por animal ou por medida. De ordinário, quando o reino não teme nada de ninguém, as guarnições são quatro; isto é, na Guiena, Picardia, na Borgonha e na Provença: e depois se vão mudando e alargando mais num lugar do que noutro, segundo as suspeitas que se tenham.

Esforcei-me por saber quanto está estipulado para o rei, por ano, para as despesas de sua casa e para ele pessoalmente; e sei que o dinheiro é tanto quanto o rei desejar.

Os archeiros são quatrocentos, designados para a guarda do rei; entre estes há cem escoceses; e recebem por ano trezentos francos por homem e um saio, pois usam a libré do rei. Os do Corpo do Rei, que sempre estão ao seu lado, são vinte e quatro, com

quatrocentos francos para cada um por ano. O seu comandante é o Senhor D'Aubigny, e o capitão, Gabriel.

A guarda dos homens a pé é constituída de alemães; dos quais cem são pagos a doze francos por mês, e era costume ter até trezentos com pensão de dez francos; demais, a todos, duas vestimentas por ano para cada um; isto é, uma para o verão e uma para o inverno, isto é, túnica, meias e libré; e os do Corpo tinham túnicas de seda: isto no tempo do Rei Carlos.

Foreiros são os que estão designados para alojar a corte; e são trinta e dois e têm trezentos francos e um saio por ano cada libré. Os seus menescais são quatro e recebem seiscentos francos cada um; e para os alojar observam esta ordem: dividem-se em quatro, e um quarto, com um menescal ou seu lugar-tenente, se ele não estiver na corte, fica no lugar para onde a corte parte, para que seja feito o que é necessário pelos chefes dos alojamentos; um vai com a pessoa do rei; e um quarto onde, no dia, deve chegar o rei; e o outro quarto vai onde o rei deve ir no dia seguinte. E observam uma ordem admirável; de modo que, ao chegar, cada qual tem seu lugar, até as meretrizes.

O alcaide-mor é o funcionário que acompanha sempre a pessoa do rei; e sua função é de mero império; e em todos os lugares aonde vai a corte seu lugar é o primeiro, e podem os da cidade mesma onde se encontra ele sofrer sua ação como do próprio lugar-tenente. Aqueles que por causa de crime caem sob sua mão não podem apelar para os Parlametos. O seu salário é geralmente de seis mil francos. Têm dois juizes no cível, pagos pelo rei a seiscentos francos ao ano por homem: assim um lugar-tenente no criminal, que tem trinta archeiros pagos como se disse acima. E dispõe tanto no cível como no criminal; e uma só vez que o autor se defronte com o réu em sua presença é suficiente para expedir a causa.

Mestres da casa do rei há oito, mas não há ordem firme sobre seu salário; porque há quem receba mil francos, quem mais e quem menos, como o rei queira. E depois do grão-mestre que succedeu ao Senhor de Chaumont, está o Senhor de La Palice, cujo pai teve já o mesmo officio; recebe onze mil francos e não tem outra autoridade que a de estar acima dos outros mestres da casa.

O almirante de França está no governo de todas as armadas do

mar e tem a seu cuidado todas elas e todos os portos do reino. Pode tomar navios e agir como lhe parece quanto aos navios da armada, e atualmente é Prejanne e recebe dez mil francos de salário.

Cavaleiros da ordem não têm número certo; porque são tantos quantos o rei deseje. Quando são criados, juram defender a coroa e não se voltar nunca contra ela; e não podem nunca ser destituídos senão na morte. A sua pensão é, quando muito, de quatro mil francos, e há alguns de menos; e tal grau não se dá a qualquer um.

A função dos camareiros é distrair o rei, entrar nos seus aposentos, aconselhá-lo; e, de fato, são os primeiros do reino pela sua reputação. Têm grande pensão: seis, oito, dez mil francos; e alguns nada, porque o rei os nomeia freqüentemente para honrar algum homem de bem, ainda que forasteiro. Mas têm o privilégio no reino de não pagar gabela; e sempre na corte têm as suas despesas pagas pela mesa dos camareiros, que é a primeira depois da do rei.

O escudeiro-mor está sempre junto do rei. Sua função é estar sempre governando os doze escudeiros do rei, como acontece com o senescal-mor, grão-mestre e o camareiro-mor para com os seus

subordinados: e tem que tomar conta dos cavalos do rei, montá-lo e apeá-lo do cavalo, guardar os apetrechos do rei, e levar-lhe a espada.

Os senhores do Conselho do Rei têm todos pensão de seis a oito mil francos, como o rei queira: e são o Senhor de Paris, o Senhor de Bouvines, o bailio de Amiens, o Senhor de Bussy, e o grão-chanceler. E, efetivamente, Rubertet e o Senhor de Paris governam tudo.

Não se mantém presentemente mesa para ninguém, depois que morreu o cardeal de Rouen. Como já não existe o chanceler-mor, faz suas vezes o Senhor de Paris.

O direito que pretende ter o rei de França sobre o Estado de Milão é que seu avô teve por mulher uma filha do duque de Milão, o qual morreu sem filhos varões.

O Duque Giovanni Galeazzo teve duas filhas e não sei quantos filhos varões. Entre as mulheres houve uma que se chamou Madonna Valentina e foi casada com o Duque Luís de Orleans, avô deste rei²¹, descendente também da estirpe de Pepino. Morto o Duque Giovanni Galeazzo, sucedeu-lhe o Duque Filipe, seu

²¹ Luís XII. (N. do T.)

filho, o qual morreu sem ter filhos legítimos, e deixou apenas uma filha bastarda. Foi depois aquele Estado usurpado por estes Sforza ilegitimamente, segundo se diz: porque estes dizem que aquele Estado deveria ir às mãos dos sucessores e herdeiros daquela Madonna Valentina; e desde o dia em que os Orleans se apertaram com a casa milanese, acrescentaram às suas armas dos três lírios uma serpente, e assim ainda é.

Em cada paróquia de França há um homem bem pago pela dita paróquia, e se denomina o franco archeiro; o qual é obrigado a ter um bom cavalo e estar provido de armas para todas as requisições do rei quando o rei estiver fora do reino devido a guerras ou qualquer outra razão. São obrigados a cavalgar para a província onde o reino tenha sido assaltado ou onde houvesse suspeita disso: que, segundo as paróquias, são um milhão e setecentos.

Os alojamentos, por obrigação de seu ofício, dão-no os foreiros a quem acompanha a corte, e comumente cada homem de bem ou destaque da terra hospeda os cortesãos. E para que ninguém tenha motivo para queixar-se, tanto o que aloja como o que é alojado a corte fixou uma taxa,

que universalmente se usa para cada um; isto é, um soldo por quarto, ao dia; onde deve haver cama e travesseiro, e muda cada oito dias. Dois dinheiros por homem ao dia para a roupa branca (isto é, toalhas, guardanapos), vinagre, vinho de uva, e eles são obrigados a mudar a dita roupa branca pelo menos duas vezes por semana, mas, por ter abundância delas a cidade ou país, mudam mais ou menos, conforme a pessoa pedir. Além disso são obrigados a dirigir, varrer e arrumar as camas. Dois dinheiros cada um, por dia, e para cada cavalo na estalagem; e não são obrigados a dar coisa alguma aos cavalos, a não ser esvaziar a estrebaria da sujeira. São tantos que pagam menos, ou pela sua boa natureza ou pela do patrão: mas geralmente esta é a taxa ordinária da corte.

Os direitos que pretendem ter os ingleses sobre o reinado de França, as mais novas procuro e penso que são estas. Carlos VI deste nome, rei de França, desposou Catarina, filha legítima e natural de Henrique, filho legítimo e natural do rei de Inglaterra: e no contrato, sem fazer qualquer menção a Carlos VII, que foi depois rei de França, além do dote dado a Catarina, instituiu herdeiro do reino de

França depois de sua morte, isto é, de Carlos VI, Henrique, seu genro e marido de Catarina; e no caso de que o dito Henrique morresse antes de Carlos VI, seu sogro, e deixasse filhos varões legítimos e naturais, que em tal caso ainda os filhos de Henrique sucedessem a Carlos VI. O que, por ter sido preterido do pai, Carlos VII, não teve efeito, por

estar contra as leis. Ao contrário disso os ingleses dizem que o referido Carlos VII nasceu *ex incestuoso concubito*²².

Os arcebispados da Inglaterra são dois.

Bispados, vinte e dois.

Paróquias, cinquenta e duas mil.

²² Nasceu de união incestuosa. (N. do E.)

DISCURSO AO
MAGISTRADO DOS DEZ SOBRE
AS COISAS DE PISA

Nota do Tradutor

Em 1499, a Maquiavel fora confiada a sua primeira legação (em Forlì, a Catarina Sforza). Durante a sua ausência, a guerra de Florença contra Pisa se tinha exacerbado e a situação era delicada para o exército florentino. O Discorso Fatto al Magistrato dei Dieci sopra le Cose di Pisa foi composto provavelmente por esse tempo. É assim, talvez, o primeiro escrito de Maquiavel, que, embora examinando a questão versada do ponto de vista técnico-militar, tem caráter bem evidente de composição histórico-política.

QUE SEJA necessário reaver Pisa se se quiser manter a paz, porque ninguém disso duvida, não me parece que seja preciso demonstrar com outras razões que aquelas que por vós mesmos conheceis. Examinarei somente os meios que conduzam ou que possam conduzir a esse resultado: e estes me parecem ou a força ou o amor; isto é, ou recuperá-la por assédio ou que ela vos venha às mãos voluntariamente. E porque este seria o mais seguro e, conseqüentemente, mais desejável caminho, examinaremos se é possível ou não, e trataremos desse ponto. Quando Pisa, sem empreendimento armado, nos deva ir às mãos, convém que por si mesmos voltem aos vossos braços; ou que outrem que dela seja senhor dela vos faça presente. Como mal se pode crer que eles mesmos estejam para voltar para o vosso patrocínio, isso vo-lo demonstram os tempos presentes, em que, destituídos de qualquer força, tendo ficado sós e muito

fracos, súditos não aceitos por Milão, separados dos genoveses, mal vistos pelo pontífice, e pelos saneses, pouco estimados, mantêm-se pertinazes, confiando na vã esperança de outros e na debilidade e desunião vossa, nem nunca quiseram aceitar (tamanho é a sua perfídia) qualquer penhor vosso e embaixada. Portanto, estando eles em tamanha calamidade no presente e não lhes esmorecendo o ânimo, não se pode nem se deve de qualquer maneira acreditar que por sua própria vontade venham sob vosso jugo. Sobre que pudesse ser-vos concedida a cidade por quem a possuísse, devemos considerar que aquele que a possuísse ou entrou chamado por eles ou pela força. Se tivesse entrado pela força, nenhuma razão viria justificar que a concedesse: porque quem pode entrar pela força poderá também guardá-la para si e preservá-la; porque Pisa não é cidade que deixasse de boa vontade a alguém

assenhorear-se dela. Se tivesse entrado por amor e chamado pelos pisões, baseando-me no recente exemplo dos venezianos, não me parece se deva crer que alguém desejasse destruir a sua confiança e, a pretexto de querer defendê-los, os traísse e vo-los desse prisioneiros. Mas mesmo que tal possuidor quisesse que ela voltasse para o vosso nome, abandoná-la-ia e vo-la deixaria como presa, como fizeram os venezianos: de modo que, por estas razões, não se vê nenhum caminho pelo qual Pisa, sem se usar da força, possa ser recuperada.

Sendo, portanto, necessária a força, parece-me que convém considerar se se deve dela usar nestes tempos ou não. Para ultimar o empreendimento de Pisa é preciso conquistá-la ou por assédio e fome, ou por expugnação, levando a artilharia aos seus muros. E tratando-se da primeira parte do assédio, deve-se considerar se os luquenses estão a ponto de desejar ou de poder considerar que de sua cidade não saiam mantimentos para Pisa; e quando desejassem ou pudessem, todos se lembram que bastaria somente guardar as praias; e para conseguir tal resultado bastaria apenas manter um acampamento em San Piero in Grado, com a ponte

sobre o Arno, mediante a qual vossa gente pudesse estar, a um determinado aviso, na foz do rio Morto ou Serchio, enfim, onde fosse necessário; tendo alguma cavalaria e infantaria em Librafatta ou em Cascina. Mas porque se duvida da vontade dos luquenses e porque se deve também duvidar de que, quando estes estivessem de acordo, não lhes fosse possível manter fechada a sua cidade por ser ela que se deve manter a distância e por não terem os seus súditos uma obediência total; pensa-se que, querendo assediar Pisa, não se deve confiar inteiramente que esta parte seja guardada pelos luquenses, mas que é necessário aos florentinos refletir; e é por isso que não é suficiente organizar um único acampamento em San Piero in Grado, mas que se deve pensar em realizar ou um outro ou dois outros, como melhor se julgue ou como melhor se possa. Contudo, dizem que a mais certa e firme maneira seria fazer três acampamentos; um em San Piero in Grado, o outro em Sant'Iacopo, o outro na Beccheria ou antes em...²³. E considerando os couraceiros e cavalaria ligeira que se tivessem, caberiam para cada acampamento vinte daque-

²³ Lacuna no manuscrito. (N. do T.)

les cem homens da cavalaria ligeira e oitocentos infantes: e estes acampamentos, estando neste triângulo, manteriam Pisa assediada, embora contra a vontade dos luquenses; estariam seguros, fortificando-se com fossos, como saberiam fazer; e deixariam perplexos os pisões de tal maneira que se pode crer que se entregassem logo. E como em San Piero in Grado o ar é mau, onde, se por acaso se devesse manter um acampamento, a tropa adoeceria; e porque pareceria talvez muito pesado manter os mencionados três acampamentos, poder-se-ia manter o referido acampamento de San Piero in Grado, enquanto naquele lugar se construísse um grande bastião com capacidade para trezentos ou quatrocentos homens em guarda, o que se poderia fazer num mês; e, construído o bastião, levantar o acampamento e deixar o bastião e a guarda e ficar com aqueles dois acampamentos; e assim não se viria a ter a despesa de três acampamentos senão por um mês. Um destes dois modos referidos, ou de três acampamentos ou do bastião com dois acampamentos, é o mais aprovado por estes senhores *condottieri*, e o que consideram mais útil e mais apto para deixar Pisa à fome. Mas se não desejasseis

tanta despesa e quisésseis fazer justamente dois acampamentos, é muito necessário manter um deles em San Piero in Grado, ou mesmo não se construindo o forte, ou construindo-o, até que ele fosse construído. O outro acampamento dizem que se desejaria mantê-lo em Poggiolo, na ponte Cappellese; e porque ele deveria guardar Casoli e os montes, duvida alguém que desse campo Casoli pudesse ser bem guardada; e quanto aos montes seria necessário manter na Verruca duzentos infantes, ou manter em Val di Calci quatrocentos; e construir um forte entre Lucinari e Arno, com capacidade para cem homens em guarda, e manter pelo menos cinquenta cavaleiros em Cascina. E este seria outro modo de assediar Pisa; mas não tão potente quanto um dos dois primeiros — o dos três acampamentos ou do bastião com dois acampamentos. É verdade que enquanto se constrói o bastião poder-se-iam manter três acampamentos; e, construído o bastião, reduzi-los a dois; ou ainda, enquanto se constrói o bastião, manter dois acampamentos, acrescentadas aquelas outras coisas anteriormente mencionadas; e, construído o bastião, deixar aí a guarda e reduzir-se com os dois acampamentos aos postos e luga-

res supramencionados, em Sant'Iacopo um, o outro...^{2 4} ou ainda... E aqui haveria despesa maior, de um modo ou outro, quanto se gasta num mês com mil infantés mais. Veio-lhes à consideração outra coisa: se se deve fazer este bastião em San Piero in Grado ou não. Alguém fez esta distinção e disse: se os florentinos estão com o ânimo de forçar Pisa, não podendo fazê-la render-se pela fome, julgo supérfluo construir o bastião; porque depois de um mês que o bastião esteja construído, será chegado o tempo de dirigir-se aos muros da cidade, isto é, pelos princípios de maio; e assim a despesa com o bastião vem a ser inútil: se não têm o ânimo de tentar a força, mas de se manter no assédio, todos julgam que se deva construir o bastião. Alguns dizem também que se os florentinos desejam tentar a força, devem construir o bastião, porque poderia não lhes ser possível a conquista; e, não conseguindo, eles estarão com o bastião construído, de modo que possam manter-se no assédio. Examinou-se ainda se é possível crer que o assédio seja suficiente sem a força; e são de parecer que não

basta, porque crêem que eles tenham víveres até a próxima colheita, pelas notícias havidas dos que vêm de Pisa, e pelos sinais vê-se que lá o pão se vende e, pelo obstinado ânimo deles e estando para sofrer muito, não se vê que sofram há já tempo aquilo que seu ânimo obstinado os pode induzir a sofrer: e por isso pensam que vós sereis obrigados a tentar a força. Pensam bem que será impossível que vos resistam, tendo vós estes modos de mantê-los presos possivelmente uns quarenta ou cinqüenta dias; e neste meio tempo tirar de lá quantos homens de guerra vos seja possível; e não somente tirar de lá quem queira sair, mas também premiar a quem não desejaria sair para que saia depois; passado esse tempo, reunir então rapidamente quantos infantés seja possível; organizar duas baterias, e quanto mais seja necessário para aproximar-se dos muros; dar licença livre para que saia quem o deseje, mulheres, crianças, rapazes, velhos, todos, porque todos servem para defendê-la. E assim, encontrando-se os pisões sem defensores, batidos por dois lados, em três ou quatro assaltos, seria impossível que resistissem, senão por milagre; segundo o que os mais entendidos nesta matéria disseram.

^{2 4} Lacuna no manuscrito. (N. do T.)

DISCURSO SOBRE
A MANEIRA DE PROVER-SE
DE DINHEIRO

Nota do Tradutor

Por volta de 1503, o governo florentino achou-se em péssima situação financeira e era urgente aliciar novas tropas, porquanto os Bórgia, de um lado, e os pisões, do outro, ameaçavam a segurança da república. O novo gonfaloneiro (Soderini) expôs perante o Conselho Maior a situação e os perigos iminentes. É provável que o escrito de Maquiavel, Discorso sulla Provvisione del Danaio, composto nessa ocasião, o tenha sido a mandado de Soderini, e seja o mesmo de que há notícia que fez o gonfaloneiro.

(Palavras que se devem dizer sobre a provisão do dinheiro, fazendo-se primeiro um pouco de proêmio e de escusa.)

TODAS as cidades que por algum tempo foram governadas por príncipe absoluto, pelos aristocratas ou pelo povo, como se governa esta, têm tido por defesa as forças combinadas com a prudência; porque esta não é suficiente; e aquelas ou não levam a bom termo as coisas, ou, quando as levam, não as mantêm. São, pois, estas duas coisas o nervo de todas as senhorias que existiram e que existirão sempre no mundo: e quem observou as mutações dos reinos, as ruínas das províncias e das cidades não as viu causadas por outra coisa senão pela falta das armas ou do dinheiro. Dado que vós concedais que isto possa ser verdade, como é, segue-se, necessariamente, que deveis querer, na vossa cidade, uma e outra destas duas coisas; e procurar bem, se elas existem, conservá-las; e se não existem, conseguí-las. E, na verdade, há dois meses que tive esperanças de que podíeis vós conseguir este fim; mas vi, depois, tanta dureza de vossa parte que fiquei de todo consternado. E vendo que podeis ouvir e ver mas não ouvis nem vedes aquilo de que se admiram os vossos inimigos, e só disso; persuado-me que Deus não vos castigou ainda a seu modo e que vos reserva para maior flagelo. A razão pela qual há dois meses eu estava confiante era o exemplo que vós tivestes pelo perigo que correstes, há poucos meses, e as decisões que depois disso tínheis tomado: porque vi como, perdida Arezzo e outras cidades e depois recuperadas, assumistes o governo; e supus que estivésseis convencidos de que, pelo fato de não ter havido

lá força nem prudência, as tinheis retomado; e julguei que, como vós tinheis dado lugar à prudência por virtude disso, devêsseis ainda dar lugar à força. Supuseram isto mesmo os nossos excelentes senhores: e assim também todos aqueles cidadãos que tantas vezes se cansaram inutilmente para vos apresentar uma providência. Nem quero discutir se isto que acontece atualmente é bom ou não; porque acredito em quem se achou para organizá-lo e, depois, quem se achou para aprová-lo. Desejaria bem que ainda fôsseis da mesma opinião e não acreditásseis em quem vos diz o que é necessário; e repitovos que sem força as cidades não se mantêm, mas vêm a seu fim; e o fim é a desolação ou a servidão. Estivestes este ano perto duma e doutra; e para aí voltareis se não mudardes de pensamento, eu vo-lo afianço; não digais depois: "não me avisaram", e se vós respondeis: "para que queremos forças? Estamos sob a proteção do rei; os inimigos desapareceram; Valentino não tem motivos para provocar-nos", responderei que tal opinião não poderia ser mais temerária: porque toda cidade, todo Estado deve reputar inimigos todos aqueles que pensam poder ocupar o seu próprio Estado e aque-

les de quem não seja possível defender-se. E nem há exemplo de senhoria ou república prudente que quisesse manter o seu Estado à discrição de outros ou que, se fosse este o caso, lhe parecesse estar em situação segura. Não nos enganemos: examine-mos detidamente a nossa situação e a encaremos seriamente.

Se vós vos achais desarmados, vereis desconfiados os vossos súditos; e disso há poucos meses tivestes a experiência. E é natural que seja assim; porque os homens não podem e nem devem ser fiéis servidores do senhor por quem não possam ser nem defendidos nem castigados. Como vós pudestes ou podeis dominar, talvez, Pistóia, Romanha, Barda: províncias que se tornaram ninhos e covis de toda qualidade de latrocínios. Como vós pudestes defendê-las sabem-no bem as regiões que foram assaltadas: não existindo agora mais ordem do que existia antigamente, deveis saber que não mudaram nem de opinião nem de ânimo: e não podeis chamá-los vossos súditos, e sim daqueles que os assaltaram primeiro.

Saí, agora, de casa e considerai o que vos está em derredor; encontrar-vos-eis no meio de duas ou três cidades que desejam mais a vossa morte do que a sua

própria vida. Ide mais para diante; saí da Toscana e considerai toda a Itália: vê-la-eis passar da dominação do rei para a dos venezianos, a do papa e a de Valentino. Começai a considerar o rei. Aqui é preciso dizer a verdade e eu vo-la direi. Para este não existe outro empecilho senão vós, na Itália. E aqui não há remédio, porque todas as forças, todas as providências não vos salvariam: ou ele terá outros empecilhos, como bem se vê que há, e neste caso há remédio, ou não, segundo a vossa vontade ou não. E o remédio é fazer com que exista tal relação das forças, que, em qualquer deliberação sua, tenha ele de contar convosco como com os outros da Itália; e, por estardes vós desarmados, não dar ânimo a algum poderoso de pedir-vos ao rei como presa; e nem dar ocasião ao rei de que este vos deixe entre os perdidos, mas comportar-se de modo que ele tenha de estimar-vos e nem outrem julgue fácil subjugar-vos. Considerai, agora, os venezianos. Aqui não é necessário esforçar-se muito para entender: todos sabem a sua ambição; e que devem receber de vós cento e oitenta mil ducados e que eles só esperam oportunidade; e que é melhor gastá-los fazendo-lhes a guerra do que dar-lhos para que

eles vô-la façam. Passemos ao papa e ao seu duque. Esta parte não tem necessidade de comentário. Todos sabem quais sejam a natureza e o apetite destes; e os seus processos e que confiança se pode ter neles e deles receber. Direi somente isto: que não se concluiu com eles ainda acordo algum; e direi mais adiante o que não ficou para nós. Mas suponhamos que concluíssemos um acordo amanhã. Disse-vos que aqueles senhores são amigos vossos, que não vos podem ofender, e novamente vos digo: porque entre os cidadãos, as leis, os contratos, os pactos obrigam à fé; e entre os senhores, as armas. E se vós disserdes: "recorreremos ao rei", parece-me que vos disse também isso: que todavia o rei não está em condições de defender-vos, porque os tempos não são os mesmos e nem sempre se pode evitar a ação armada de outrem; e contudo é conveniente ter a espada ao alcance da mão e cingi-la quando o inimigo está distante; que, de outro modo, já não chega em tempo e nem encontra remédio. E deve-se recordar neste ponto o que aconteceu quando Constantinopla foi tomada pelos turcos. O imperador previu a sua ruína; chamou os seus súditos; não podendo prover à defesa com as rendas

ordinárias, expôs-lhes os perigos, mostrou-lhes os remédios e estes não lhe deram importância. Veio o cerco. Aqueles cidadãos que não quiseram ouvir os apelos de seu senhor, quando ouviram soar a artilharia nas suas muralhas e avançar o exército inimigo, correram chorando ao imperador com sacos cheios de dinheiro; este os expulsou dizendo: "podeis morrer com o vosso dinheiro, porque não quisestes viver sem ele".

Mas não é necessário ir à Grécia para ter exemplos, tendo-os em Florença. Em setembro de 1500, Valentino partiu de Roma com seus exércitos e nem se sabia se ele devia passar pela Toscana ou pela Romanha, cujas cidades ficariam à sua mercê porque estavam desguarnecidas, e todos rogavam a Deus para que lhes desse tempo. Mas Valentino voltou na altura de Pesaro, e como assim o perigo se afastara, entraram a ter uma confiança temerária, de modo que não se pôde nunca tomar mais nenhuma providência. Não faltou quem avisasse, recordasse e previsse todos os perigos que depois vieram: nos quais vós, obstinados, não acreditastes até que chegaram, em 26 de abril do ano de 1501; sofrestes a perda de Faenza e vistes as lágrimas do vosso gonfaloneiro,

que chorou sobre a incredulidade e obstinação vossa e vos obrigou a ter compaixão de vós mesmos. Não chegastes a tempo, pois tendo-o vencido seis meses antes, ter-se-iam colhido frutos, e vencendo-o seis dias antes pouco pudestes tirar da vitória para vossa própria salvação; porque a 4 de maio ouvistes que o exército inimigo chegara a Firenzuola; houve grande confusão na cidade: começastes a ver as consequências da vossa obstinação; vistes arder as vossas casas, saquear tudo, matar os vossos súditos, fazê-los prisioneiros, violar as vossas mulheres, estragar as vossas propriedades, sem que pudésseis remediar de algum modo, e àqueles que, havia seis meses, não tinham querido concorrer para o pagamento de vinte ducados, lhes foram cobrados duzentos e pagaram os vinte de qualquer maneira. E quando devíeis acusar a vossa incredulidade e obstinação, acusáveis a malícia dos cidadãos e a ambição dos aristocratas; como aqueles que, errando sempre, pretendem nunca haver errado; e quando vêem o sol não acreditam nunca mais que haja chuva: como acontece agora; e não pensais que em oito dias Valentino pode estar com o seu exército sobre vós, e os

venezianos, em dois dias. Não considerais que o rei esteja muito ocupado com os suíços na Lombardia e que não terminou ainda a sua guerra nem com a Alemanha nem com a Espanha, e que foi derrotado no reino. Não vedes a vossa atual própria fraqueza nem a variação da fortuna. Os outros costumam tornar-se prudentes pelos perigos que os vizinhos sofrem; vós não vos tornais prudentes nem pelos vossos; não confiais em vós mesmos; não sabeis o tempo que perdeis e que

perdestes, o qual chorareis ainda, e sem proveito, se não mudais de opinião. Porque eu vós digo: a fortuna não muda de sentença onde não se muda de ordem; e nem os céus querem ou podem sustentar uma coisa que queira de qualquer modo arruinar-se. O que eu não posso crer que seja o caso, vendo-vos florentinos livres e estar nas vossas mãos a vossa própria liberdade. A esta eu creio que tendes aquele respeito que tem sempre quem nasceu livre e deseja viver livre.

BREVE DESCRIÇÃO
DO GOVERNO DA CIDADE
DE LUCA

Nota do Tradutor

Depois de terem os Medici reconquistado o poder em Florença, Maquiavel conhece o ostracismo, o exílio, escreve O Príncipe e procura ganhar as boas graças dos novos governantes. Mas só em 1520 obteve ele nova commissione, e ainda em um negócio sem importância. Alguns mercadores florentinos tinham em Luca créditos que somavam mil e seiscentos florins e os quais, não pagos, deram origem a questões judiciais e depois a negociações entre os dois governos. Maquiavel, enviado a Luca, conseguiu encontrar uma fórmula de acordo. Enquanto desenvolvia a sua missão, ele, como de costume, observava a forma de governo dos luquenses. Destas observações, ficou um escrito esboçado apenas, mas cheio de finas e oportunas considerações, o Sommario delle Cose della Città di Lucca.



A CIDADE de Luca está dividida em três partes, das quais uma é denominada San Martino, a outra San Paolino e a terceira San Salvatore. A primeira e suprema magistratura da cidade é exercida por nove cidadãos eleitos, três em cada uma das partes mencionadas; os quais, juntamente com um outro que é chefe, ao qual denominam gonfaloneiro de justiça, compõem o que se chama a Senhoria, ou melhor, querendo-se chamá-los por um antigo nome, se denominam Anciães. Têm junto a este um conselho de trinta e seis cidadãos, o qual é assim nomeado pelo próprio número: têm, ainda, um conselho de setenta e dois cidadãos, que tem o nome de Conselho Geral. Em torno destas três instituições gira toda a atividade do seu Estado, acrescidas as circunstâncias que no prosseguimento deste sumário serão mencionadas.

A autoridade da Senhoria sobre o seu condado é amplís-

sima; sobre os cidadãos é nula; mas somente dentro da cidade ela convoca os Conselhos, neles propõe as coisas sobre as quais se deve deliberar, escreve aos embaixadores e recebe cartas; reúne as práticas, que eles chamam colóquios, dos seus mais sábios cidadãos (o que prepara a deliberação que se deva adotar nos Conselhos); fiscaliza as coisas, relembra-as; e, efetivamente, é como um primeiro motor de todas as ações que se promovem no governo da cidade. Funciona esta Senhoria dois meses, e quem dela participa não pode, durante dois anos, ser reeleito. O Conselho dos trinta e seis e a Senhoria distribuem todas as honras e utilidades do Estado; e como querem que sempre se encontrem trinta e seis cidadãos em exercício, afora a Senhoria, cada senhor em toda reunião do Conselho pode chamar dois suplentes, os quais exercem o ofício com a mesma autoridade que os trinta e seis.

O modo de distribuir é este. Eles sorteiam cada dois anos todos os senhores e gonfaloneiros que nos dois anos próximos devem entrar em exercício. E para fazer isto, reunidos que estejam os senhores com o Conselho dos trinta e seis num salão, para isso preparado, colocam em outro salão próximo àquele os secretários das votações, com um frade, e um outro frade fica à porta que está entre as duas salas. A ordem é que cada qual que assuma nomeie outro à sua escolha. Começa, então, o gonfaloneiro por se levantar, e segreda ao ouvido do frade que está à porta de entrada dos secretários o nome daquele em quem vota e em quem ele deseja que os outros votem. Depois, dirige-se aos secretários, e coloca na urna o seu voto. Regressando o gonfaloneiro ao seu lugar, dirige-se-lhe um dos senhores mais antigos; depois, os outros, cada qual por sua vez. Depois dos senhores, vai todo o Conselho, e cada qual, quando chega ao frade, pergunta quem foi nomeado e a quem ele deve entregar o partido; e não antes, de modo que para deliberar não é necessário mais tempo, senão o que se emprega para ir do frade aos secretários. Depois que cada qual votou, esvazia-se a urna, e se há três quartos a favor ele é

inscrito para um dos senhores; se não há, fica entre os que perderam. Feito isto, o mais antigo dos senhores vai e nomeia outro em segredo, ao frade. Depois cada qual vai entregar-lhe o voto. E cada qual, por sua vez, nomeia um, e as mais das vezes constituem eles mesmos a Senhoria em três turnos de Conselho. E para que vençam é necessário que haja cento e oito senhores vencidos, e doze gonfaloneiros; assim sendo, designam entre eles por escrutínio os funcionários encarregados do sorteio, os quais dispõem sobre a data deste; e assim, os nomes sorteados cada dois meses se publicam.

Na distribuição dos outros serviços obram de maneira diferente. Fazem o escrutínio deles uma vez por ano, de maneira que, para o serviço que funciona seis meses, fazem, em cada escrutínio, dois oficiais. Mantêm, para a eleição, esta ordem: mandam primeiro uma comunicação de que, devendo-se proceder à escolha dos oficiais do ano futuro, quem quiser postos que providencie para sua inscrição. Quem desejar o cargo vai inscrever-se com o chanceler e este coloca todas as inscrições dos nomes numa bolsa. Depois, reunido que esteja o Conselho para distribuir os serviços, o chanceler vai tirando os

nomes da bolsa, um de cada vez. Se o inscrito está presente, diz: "Quero ser votado para tal serviço"; e assim continua a eleição. Se vence por três quartos, tal ofício está provido e é posto de lado; e para esse serviço não se procede mais à eleição; se não consegue os três quartos, a inscrição é rasgada e não pode mais entrar em competição. Tira-se da bolsa outra inscrição e assim por diante, até que sejam providos todos os serviços do ano futuro; sendo, como disse, dois para cada um dos serviços que duram seis meses. É de notar-se, portanto, a diferença destes modos com relação ao dos florentinos e os outros; porque no escrutínio da Senhoria, quem escrutina vai ao encontro da urna; e em outros lugares a urna é que vai ao encontro dos escrutinados. Na escolha dos serviços em outros lugares, propõe-se que serviço se vai escolher e depois se trata do sorteio dos homens que concorrem; e querem que muitos concorram, e ainda que muitos disputem e o serviço seja dado a quem tem mais merecimento. Mas os luquenses fazem o contrário: primeiro se procede ao sorteio do homem e depois declaram a que ofício ele deve ir; e querem que tal declaração fique a critério do escolhido, e quem é

escolhido avalia suas próprias forças e segundo estas escolhe o ofício. E se escolhe mal, sofre o dano, e perde por aquele ano a faculdade de ir à eleição; se vence, é seu o ofício; nem querem que vá a concurso um outro, para dá-lo a quem merece mais, porque lhes pareceria injúria que outro lhe pudesse tirar o que lhe fora dado. De qual seja a melhor destas maneiras, ou a luquense ou a vossa, ou a dos venezianos, deixarei a outrem o juízo.

O Conselho Geral, como disse, são setenta e dois cidadãos, os quais se reúnem com a Senhoria; e mais, cada um dos senhores pode nomear três cidadãos, os quais, reunidos a eles, têm a mesma autoridade. Este conselho permanece por um ano; o dos trinta e seis, seis meses: e têm somente a proibição de não poderem ser eleitos de novo os que pertenceram ao anterior. O Conselho dos trinta e seis se renova por si mesmo; o Geral é reformado pela Senhoria e por doze cidadãos eleitos pelos trinta e seis. Este Conselho Geral é o príncipe da cidade, porque faz e desfaz leis; faz tréguas, amizades; exila e mata cidadãos; afinal, não há apelo possível nem nada que o freie, uma vez que a coisa tenha sido resolvida pelos três quartos dele. Têm, além das

ordens mencionadas, três secretários, os quais exercem as funções seis meses. O ofício destes é o que chamamos espiões, ou, com nome mais honesto, guardas do Estado. Estes podem, sem qualquer consulta, deportar um forasteiro ou matá-lo: vigiam as coisas da cidade; examinam coisas que ofendam o Estado e que digam respeito aos cidadãos e as referem ao gonfaloneiro, à Senhoria, aos "colóquios", para que sejam examinadas e corrigidas. Têm, além disso, mais três cidadãos que exercem as funções seis meses e que chamam *condottieri*: têm autoridade de contratar infantas e outros soldados. Têm uma autoridade (*podestà*) forasteira, que tem autoridade nas coisas civis e militares sobre os cidadãos e sobre quem quer que seja. Têm, ainda, magistratura sobre os comerciantes, sobre as artes, sobre as vias e edifícios públicos, como têm todas as outras cidades: com as quais viveram até agora e entre tantos poderosos inimigos se mantiveram. Nem se pode com efeito senão geralmente louvá-los. Mas quero que consideremos o que neste governo há de bom ou de mau.

O não ter a Senhoria autoridade sobre os cidadãos está muito bem feito, porque assim o

observaram as boas repúblicas. Os cônsules romanos, o doge e a Senhoria de Veneza não tinham e não têm autoridade nenhuma sobre os seus cidadãos, porque este é reputado o primeiro sinal de uma república, e tão evidente é, que se se lhe ajuntar autoridade, é preciso convir que em brevíssimo tempo surjam maus efeitos. Fica bem mal ao governo de uma república a ausência de majestade, como acontece em Luca, porque durando ele só dois meses e sendo longo o impedimento de reeleição, necessariamente aí têm assento homens mal reputados: cuja ordem não é boa; porque aquela majestade e prudência que não está na coisa pública procura-se nos particulares. Daí advém a necessidade que eles têm de fazer os colóquios com o parecer dos cidadãos que não estão nem entre os magistrados nem nos conselhos: do que nas repúblicas bem constituídas não se usa. E se se considerar quem participava da Senhoria em Veneza ou quem podia ser cônsul em Roma, ver-se-á que os chefes destes Estados, se não tinham autoridade, tinham majestade: porque se é bom que lhes faltasse uma, também seria mau que não tivessem outra. A maneira como distribuem os luquenses a Senho-

ria e os serviços é boa, civil e bem considerada. É verdade que se desvia da constituição das repúblicas passadas; porque naquelas a maioria distribuía os ofícios, o meio-termo aconselhava, a minoria executava; e em Roma o povo elegia, o Senado aconselhava, os cônsules e os outros magistrados menores executavam. Em Veneza o Conselho distribui, os Pregai aconselham, a Senhoria executa. Em Luca estão confundidas estas ordens: porque o número menor distribui; o menor e o maior, parte aconselha e parte executa; e embora na república de Luca não resulte mal, não deve imitar esta ordem de coisas quem organiza uma república. A razão por que não resulta mal é porque as honras e as utilidades naquela cidade são procuradas com pouca ambição; porque de um lado são fracas; por outro, quem desejaria procurá-las é rico e estima mais os seus trabalhos que aquelas; e por isso se vem a cuidar menos de quem os administre. Ainda há que considerar o pequeno número de cidadãos privados e o fato de não serem os Conselhos vitalícios, mas somente durarem seis meses, o que faz com que todos queiram e esperem deles participar.

Além disso, a autoridade que

os senhores têm de nomearem cada Conselho dois ou três para cada um assossega numerosos amigos: porque muitos que não esperam vencer as eleições pensam ter amizade com um que os possa fazer convocar. Assim, pouco lhes importa que distribua o do grupo dos trinta e seis ou o dos setenta e dois. Mantêm, ainda, no reunir estes Conselhos, uma outra ordem, que serve para satisfazer o povo e abreviar os trabalhos: que se quando eles se reúnem em Conselho e tenha terminado o prazo dentro do qual os conselheiros devem apresentar-se e faltar algum, a Senhoria pode mandar aos seus homens que conduzam os primeiros cidadãos que encontrem que tenham sido do número dos inscritos para preencher a vaga dos faltosos. É ainda bem estatuído que o Conselho Geral tenha autoridade sobre os cidadãos, porque isso vale por um grande freio para castigar os que desejassem tornar-se muito grandes. Mas já não é bom que não exista uma magistratura de poucos cidadãos, quatro ou seis, por exemplo, que possa castigar: porque qualquer uma destas providências que falte numa república causa desordem. A maioria serve para castigar os grandes e as ambições dos ricos;

a minoria serve para amedrontar os...²⁵ e para frear a insolência dos jovens. Porque todos os dias nesta cidade acontecem coisas que a maioria não pode corrigir: de onde advém que os jovens ganham audácia, a juventude se corrompe e, corrompida, pode tornar-se instrumento da ambição. Luca, portanto, falha destes elementos que freassem a juventude, viu crescer esta insolência e causar maus efeitos na cidade; daí, para freá-la, fez uma lei, há muitos anos, que se chama lei dos díscolos, que quer dizer dos insolentes e malcriados, e pela qual se proveu que no Conselho Geral, duas vezes cada ano, em setembro e março, todos os que aí estão reunidos dispõem sobre o que lhes parece deva ser exilado. Lêem-se depois as listas, e aquele que é mencionado dez vezes e mais, o seu nome é submetido ao voto e se a inclusão vence pelos três quartos ele é mandado fora do país por três anos. Esta lei foi muito bem considerada e fez grande bem àquela república: porque por um lado ela é grande freio para os homens; por outro, não pode formar multidão de exilados; porque, desde os primeiros três anos

em que a lei foi feita em diante, tantos exilados voltam quantos saem. Mas esta lei não basta, porque os jovens que são nobres, ricos e de alto parentesco, por causa do caráter estrito da votação, não a temem: e vê-se que nestes tempos houve uma família — os Poggio — da qual surge toda a sorte de exemplos não bons numa república boa e para o que, até agora, não encontraram remédio.

Parecerá talvez a alguém que exista desordem, que todos os partidos dos luquenses se devam vencer pelos três quartos. A isto se responde que desordenando-se as coisas nas repúblicas sempre do sim ao não, é muito mais perigoso naquele voto o sim do que o não; e mais se tem que advertir àqueles que querem que se faça alguma coisa do que àqueles que não o querem; e por isso julga-se menos mau que alguns possam contentar-se facilmente de que não se faça um bem, do que eles possam facilmente fazer um mal. Contudo, se esta dificuldade está resolvida, não existe bem geral, porque são muitas as coisas que seria bom facilitar. E castigar os cidadãos é uma, porque se a sua pena se devesse declarar pelos dois terços, parentes e amizades poderiam com maior dificuldade impedi-los.

²⁵ Lacuna do manuscrito. Talvez "aos inferiores" ou coisa semelhante. (N. do T.)

Isto é, efetivamente, quanto se pode dizer do governo dentro de Luca e o que nele existe de bom e de mau.

INDICE
DOS NOMES CITADOS

Agapito (Messer) de Gherardi — Um dos secretários de César Bórgia.

Agátocles (317-289 a.C.) — Príncipe de Siracusa. Venceu os cartagineses na África.

Alberico da Barbiano, Conde de Cunio — Foi o primeiro *condottiere* de tropas mercenárias, a Companhia de São Jorge, que combateu a favor do Papa Urbano VI. Morreu em 1409.

Albinus, Decius Claudius — Comandante das legiões nas Gálias, derrotado por Septímio Severo, proclamado imperador pelas legiões do Danúbio.

Alexandre, o Grande (356-323 a.C.) — Rei da Macedônia, estendeu pela Ásia o seu império.

Alexandre Severo — Imperador romano, último da dinastia dos Africanos, morto pela soldadesca, numa sublevação no Reno.

Alexandre VI (Papa) — Rodrigo Bórgia, nascido a 1.º de janeiro de 1431 em Xativa, perto de Valência (Espanha), era sobrinho do Papa Calisto III e estudou leis em Bolonha. O tio de Rodrigo o fez sucessivamente bispo e

cardeal, vice-chanceler da Igreja. A 25 de julho de 1492, morria o Papa Inocência VIII. Reunido o conclave a 6 de agosto, a eleição do novo papa assumiu as proporções de um jogo de bolsa, tal era o negócio que se fazia com os votos dos cardeais. Os banqueiros de Roma forneciam o dinheiro para a luta entre os três candidatos mais prováveis: Giuliano della Rovere, apoiado pela França, Ascânio Sforza, irmão de Ludovico, o Mouro, e Rodrigo Bórgia, que, afinal, pela compra dos votos de Ascânio, ganhou a partida. Rodrigo Bórgia, riquíssimo, comprara, à exceção de cinco, todos os votos do conclave. Ao Papa Inocência sucedeu com o nome de Alexandre VI, o pontífice que passou à história pela fama dos seus crimes.

É assim que Pasquale Villari retrata Alexandre VI: “. . . e se bem que não conseguisse sempre dominar as suas paixões, deixando muito facilmente ver-se o seu pensamento, sabia ser, no entanto, ao mesmo tempo, simulador e dissimulador impenetrável. Não era homem de muita energia e nem de propósitos firmes: tergiversava por natureza e por sistema”. “A firmeza e a energia que lhe faltavam no caráter eram, porém, supridas pela constância das más paixões que o cegavam.”

“Ambiciosíssimo de dinheiro, procurava-o por todos os meios e o gastava largamente. A paixão pelas mulheres o dominava sobre tudo; amava loucamente os filhos e queria fazê-los poderosíssimos.” (*Niccolò Machiavelli e Suoi Tempi*, I, cap. VI.)

Alexandre VI morreu a 18 de agosto de 1503. No dia seguinte, o seu corpo foi exposto, conforme o costume, em São Pedro. “Foi o mais feio, monstruoso e horrendo cadáver jamais visto”, diz o embaixador de Veneza, Antônio Giustiniano; “não tinha forma nem figura humana.” Conservaram-no coberto e no mesmo dia o sepultaram quase clandestinamente, de temor da cólera do povo.

Amboise (d’), Georges (1510) — Cardeal de Rouen, conselheiro político de Luís XII, que o fez governador da Lombardia. O cardeal impôs a Milão um tributo de guerra de trezentos mil ducados, sob pretexto de que “era melhor tributar que saquear”.

Amílcar Barca — Chefe do exército cartaginês na Sicília.

Angoulême (Senhor de) — O condado de Angoulême era um apanágio dos Valois. Francisco I, de quem se trata aqui, teve esse título antes de subir ao trono de França.

Aníbal — General cartaginês, filho de Amílcar Barca. Comandou os exércitos de Cartago contra Roma.

Antíoco III, da Síria — Da dinastia dos Selêucidas, este príncipe projetou restaurar o poderio dos seus antepassados. Concluiu, em 202 a.C., uma alian-

ça com Filipe da Macedônia. Conquistou Éfeso (197 a.C.) e, transpondo o Helesponto, ocupou Sestos e Lismáquia, na Trácia, entrando assim em conflito com Roma. Aníbal, refugiado na corte selêucida, instigava a formação de uma vasta coligação mediterrânea anti-romana (Síria, Cartago, Macedônia e os insurretos de Espanha). Antíoco foi completamente batido em Magnésia (189) pelos exércitos romanos.

Antium (Anzio) — Porto ao pé do cabo do mesmo nome, no Lácio.

Aqueus — A Liga Aquéia, a qual, fundada em 281 a.C., estendeu a sua influência por quase toda a Grécia, tendo por fito combater as tiranias locais e resistir à hegemonia da Macedônia.

Aquiles — Herói da mitologia grega. Filho de Peleu e Tétis, participou da guerra de Tróia.

Arcebispo de Florença (Antônio di Santa Croce) — Partidário dos Orsini. Assassinado pelos Bórgia.

Arezzo — Cidade da Toscana, no vale do Chiana.

Aricianos — De Aricia, cidade do Lácio, imediata a Roma, na Via Appia.

Astura — Cidade ao sul de Roma, na foz do Astura.

Baglioni, Giovan Paolo — Senhor de Perúgia, tomou parte na conspiração de La Maggione contra César Bórgia,

que o expulsou (6 de janeiro de 1503).

Bentivoglio — Nome da casa dos senhores de Bolonha. Em 1445, Batista Canneschi, da família Canneschi, poderosa rival, assassinou Annibale Bentivoglio e proclamou-se partidário do duque de Milão, com o apoio de quem desejava galgar o poder. Giovanni Bentivoglio foi expulso de Bolonha pelo Papa Júlio II, em 1506, mas seu filho, o segundo Annibale Bentivoglio, voltou e governou de 1511 a 1512.

Bibbiena — Cidade da Toscana, a cinquenta e sete quilômetros de Florença, ao pé do Arno.

Bispo Lucas Rainaldi — Embaixador do Imperador Maximiliano.

Borgo — Cidade do Lácio, a vinte e quatro quilômetros de Roma.

Bracceschi — Os partidários de Braccio, rivais dos "Sforzeschi".

Braccio di Montone, Andrea (1368-1424) — *Condottiere*. (Ver Joana de Nápoles.)

Brignonet (Guillaume, Cardeal) — Ministro de Carlos VIII, arcebispo de St. Malo, criado cardeal por imposição da França a Alexandre VI, foi depois arcebispo de Reims. Excomungado por Júlio II, de quem divergira. Morreu em 1533.

Buggiano — Hoje Bolzano, cidade do Tirol italiano.

Camerino (Senhor de) — Giulio Cesare de Varano, feito prisioneiro por

César Bórgia (1502) na conquista da Romanha.

Camilo, M. — Furius Camillus, general romano. Ditador em 395 a.C., apoderou-se de Veios, assediada havia dez anos, e fez guerra contra os faliscos. Submetidos estes, voltou a Roma, e, tendo sido acusado de desvio de parte das riquezas conquistadas, exilou-se voluntariamente. Nomeado ditador segunda vez quando os gauleses conquistaram Roma (389), libertou a Itália, tendo reconstruído a cidade, razão por que foi cognominado segundo fundador de Roma. Foi ainda ditador duas vezes: a primeira, bateu os volscos, os hérnicos, os toscanos e os latinos; a segunda, exterminou os gauleses, que tinham voltado a invadir a Itália. Morreu em 365 a.C.

Canneschi — Família bolonhesa, rival dos Bentivoglio.

Caracala, Antoninus (211-217 d.C.) — Imperador romano, filho de Septímio Severo.

Carlos VI — Rei de França. No seu reinado, os ingleses apoderaram-se da Normandia pela vitória de Azincourt (1415).

Carlos VII (1422-1461) — Rei de França. Pôs termo à Guerra dos Cem Anos, libertando a França da Inglaterra. Organizou o primeiro núcleo do exército nacional francês.

Carlos VIII — Rei de França. Invadiu a Itália em 1494, sem encontrar resistência. Nos primeiros dias de março, fez o rei entrada solene em Lião para

assumir o comando dos exércitos, cuja vanguarda era comandada por D'Aubigny. Apenas começado o assédio de Sarzana, Piero de Medici rendeu-se incondicionalmente. Florença rebelou-se e Piero fugiu para Veneza. A 17 de novembro os franceses entraram na cidade, donde saíram a 28, depois de receber um tributo em dinheiro. Em Roma, sob a pressão dos exércitos franceses, o Papa Alexandre nomeou cardeal o bispo de St. Malo, e concordou em que os franceses avançassem para Nápoles. Aí, Afonso de Aragão renuncia ao trono e foge para a Sicília. Os franceses entram na cidade em 22 de fevereiro de 1495. Os venezianos tomaram então a iniciativa de expulsar os franceses da Itália. A Liga de Veneza (Veneza, Milão, Espanha, o imperador da Alemanha e o papa), formada contra ele, forçou-o, depois da batalha indecisa de Fornovo, ou Taro (6 de julho de 1495), a voltar à França. Em 1496, pela intervenção de Fernando, rei de Espanha, os franceses deixaram definitivamente o território de Nápoles.

Carlos VIII personifica o início da política francesa de conquista. Até Luís XI a política de França se reduzia à luta contra vassallos poderosos e pela unidade nacional. A conquista da Itália representava para os franceses a hegemonia no Mediterrâneo.

Carmagnola (Conde de), Francesco Bussone (1390-1432) — Combateu por Filippo Maria Visconti, duque de Milão, passando depois, em 1425, ao serviço de Veneza, e chegou a comandar os exércitos de Florença e Veneza, aliadas contra Milão. As forças mila-

neas, comandadas por Francesco Sforza, foram desbaratadas por Carmagnola em Maclódio (1427). Os venezianos, suspeitando de Carmagnola, tiraram-lhe o comando e o executaram.

Castiglione — Cidade toscana a quinze quilômetros ao sul de Arezzo.

César Bórgia (1378-1507) — Filho de Alexandre VI. Foi criado cardeal de Valência (Espanha) em 1493. Tendo abandonado a carreira eclesiástica, foi feito, pelo rei de França, duque de Valentinois (donde lhe veio o nome que o povo lhe dava, de "Duque Valentino"), quando foi à França levar a bula de anulação do casamento de Luís XII e o chapéu cardinalício para Georges d'Amboise, arcebispo de Rouen (setembro de 1498). Logo depois da entrada dos franceses em Milão (outubro de 1499), César Bórgia tomou Ímola e Forli, domínios de Caterina Riario Sforza; em 1500, apoderou-se de Rimini (Pandolfo Malatesta) e Pesaro, governada por Giovanni Sforza; em 1501, Faenza (Astorre Manfredi) e Piombino caem sob o seu poder; em 1502, Urbino (Guidoaldo da Montefeltro), Camerino (Giulio Cesare da Varano) e Sinigaglia (Francesco Maria della Rovere). A esse tempo, assumiu os títulos de duque da Romanha, de Valença e d'Urbino, Príncipe de Andria, senhor de Piombino, gonfaloneiro e capitão-general da Igreja. A queda de Urbino ameaçava Florença, que apelou para o auxílio dos franceses. Valentino desistiu, assim, da conquista de Florença. Depois reconciliou-se com Luís XII, e empreendia a conquista de Bolonha

quando diversos capitães seus, na maior parte pequenos tiranos da Itália central, atemorizados pelos seus progressos, tramaram uma conspiração, dirigida pelos Orsini. Os conjurados, reunidos em La Magione, combinaram uma liga contra Valentino, chegando as suas tropas a tomar o Forte de São Leão de Urbino, e chamaram em seu socorro a república de Florença (1502). As tropas de Valentino foram derrotadas pelos Orsini em Fossombrone. Aquele pediu, então, o auxílio dos franceses, enquanto Florença recusava auxiliar os conspiradores, chegando-se assim a um compromisso de paz, firmado entre o duque e Paolo Orsini. Valentino, pouco depois, vingou-se cruelmente destes. Morto Alexandre VI (agosto 1503), Valentino deixa Roma para negociar o apoio dos franceses. Sua situação era má: os Orsini, os Colonna, Gonsalvo, o comandante das forças espanholas no sul, tinham feito aliança contra ele. Rebentaram rebeliões em todas as cidades que conquistara. Voltando a Roma sem ter obtido o auxílio de Luís XII, Valentino viu-se obrigado, por causa da hostilidade dos Orsini, a refugiar-se no Castelo de Santo Ângelo. Também Júlio II, eleito papa com o apoio de Valentino, pôs-se em campo contra este, que estava virtualmente prisioneiro do papa. Em agosto de 1504, foi embarcado para a Espanha, mas, em 1506, tendo escapado, refugiou-se na França. Combateu ao lado do seu cunhado, o rei de Navarra, contra Castela, tendo sido morto, numa escaramuça, em 12 de março de 1507.

“Valentino não era grande político nem grande capitão, mas uma espécie

de capitão de bando cuja força procedia principalmente do papa e da França. Soubera criar um Estado do nada, inspirando terror a todos, enfim, ao próprio papa. Rodeado de grande número de inimigos poderosos e armados, livrou-se deles com grande audácia e arte infernal.” (P. Villari, op. cit., I, cap. V.)

Chaumont (Senhor de) — Charles d'Amboise, irmão do Cardeal d'Amboise, ministro de Luís XII.

Chiana — Vale da Itália que, na antiga fronteira da Toscana com o Estado papal, divide as suas águas entre o Arno e o Tibre.

Ciro (599 a.C.) — Fundador da monarquia persa.

Cipião (Publius Cornelius Scipio) — General romano, vencedor de Aníbal, já tinha destruído o domínio cartaginês na Espanha, quando, reforçado por Massinissa, príncipe berbere aliado de Roma, desembarcou com quarenta mil homens na África. Pela vitória de Zama ou Narragara (202 a.C.), os romanos aniquilaram definitivamente o império cartaginês.

Colleoni da Bergamo, Bartolomeo (1400-1475) — Célebre *condottiere*, chefe dos exércitos de Veneza. Derrotado por Francesco Sforza, em Caravaggia, em 1448.

Colonna — Família romana rival dos Orsini.

Colonna (Giovanni, Cardeal) — Inimigo do Papa Clemente VII, assaltou e saqueou Roma (1526).

Commodus Aurelius (180-192 a.C.) — Imperador romano, filho de Marco Aurélio, a quem sucedeu. Foi assassinado.

Cortona — Cidade toscana. Antes de ser sujeita a Roma, era uma das principais da confederação etrusca.

D'Alviano de Todi (Bartolommeo) — Casado com uma Orsini. Prisioneiro do Papa Alexandre VI, tendo conseguido fugir (1497), preparou a resistência e venceu as forças pontifícias, ficando de novo os Orsini senhores da Campanha. Grande *condottiere* na Itália central, foi batido pelos florentinos (1505). Esteve depois a soldo dos venezianos contra Maximiliano (1508) e contra os franceses, que o fizeram prisioneiro em Vailà. A serviço destes, ganhou para Francisco I (1515) a Batalha de Marignano.

Dario I (521-486 a.C.) — Rei da Pérsia. Submeteu a Trácia e a Macedônia.

Dario III (337-330 a.C.) — Derrotado por Alexandre.

D'Aubigny — Escocês comandante da vanguarda das tropas francesas que invadiram a Itália sob Luís XII.

Davi — Rei de Israel.

D'Este — Nome de família dos duques de Ferrara.

1) Ercole I d'Este (1471-1505), que foi derrotado pelos venezianos

(1482-1484); 2) Afonso I d'Este (1505-1534), que foi desapossado de quase todos os seus domínios pelo Papa Júlio II (durante a guerra movida por este contra a França: 1510-1511). A casa de Ferrara era talvez a mais antiga casa reinante na Itália.

Dido — Rainha de Cartago.

Elna (Cardeal d') — Francesco Loris, bispo de Elna.

Epaminondas — General tebano, fautor máximo da hegemonia de Tebas sobre a Grécia. Morreu na Batalha de Mantinêia (362 A.C.), onde os seus exércitos tiveram a vitória, contudo.

Etólios — Constituída em 314 a.C., a Liga Etólia compreendia, além deste povo, grande parte dos povos da Grécia central, da Acarnânia à Tessália meridional, chegando a granjear adesões no Peloponeso e nas cidades ultramarinas. Para intervir na Grécia, Roma explorou as rivalidades locais dos povos helênicos e, assim, formou uma aliança com os etólios e espartanos, para aniquilar o poderio da Macedônia, de quem era aliada a Liga Aquéia. A Liga Etólia foi dissolvida em 189 a.C.

Fabius Maximus — Ditador romano no tempo da Segunda Guerra Púnica. Passou à história com o cognome de *Cunctator*, pela sua tática contemporiadora para com os exércitos de Aníbal, que saquearam durante quase um ano a península Itálica, sem que os romanos lhes fizessem frente.

Faenza (Senhor de) — Astorre Man-

fredi, filho de Galeotto Manfredi, assassinado com a conivência da mulher, da casa dos Bentivoglio, de Bolonha, que esperavam dominar Faenza. Pela intervenção de Florença foi assegurado o governo a Astorre, menino ainda.

Fano — Cidade papal, a onze quilômetros de Pesaro.

Fernando, o Católico — Rei de Espanha (1469-1516). Com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela começa um novo período da história da Espanha. Com a conquista de Granada aos mouros, e da Navarra, completou-se a unidade nacional, e expandiu-se a força da Espanha como potência européia. Fernando interveio na Itália para fazer valer os seus direitos sobre o reino de Nápoles. Luís XII, de França, firmou, em 1500, com o rei católico, um tratado secreto pelo qual foi convencionada entre os dois a conquista do reino de Nápoles, governada, então, por Frederico de Aragão. A partilha prevista no tratado consignava a parte norte do reino a Luís, e a parte sul a Fernando. Os franceses, sob o comando de D'Aubigny, marcharam em 1501 sobre a Itália; os aliados romperam o pacto, e os franceses foram derrotados pelos espanhóis, na Batalha de Cerignola (1503). Derrotados, pela segunda vez, no Garigliano, os franceses desistiram da conquista, e o Tratado de Blois sancionou a posse do reino de Nápoles pela coroa da Espanha (1504).

Filipe — Rei da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande. Pela vitória de Queroneia, tornou-se árbitro de toda a Grécia.

Filipe V, da Macedônia (221-179 a.C.) — Aliado de Aníbal contra os romanos, derrotado pelo Cônsul Flaminius na Batalha de Cinocéfalos (179 a.C.).

Filopêmenes (182 a.C.) — Chefe do partido nacional grego, que resistiu durante toda a sua vida ao regime de protetorado romano sobre a Grécia.

Forlì (Senhora de) — Caterina Sforza, neta de Francesco Sforza, filha legítima de Galeazzo Mario Sforza, casou-se com o Senhor de Forlì, Girolamo Riario, sobrinho do Papa Xisto IV. Em 1488, Girolamo foi vítima de uma conspiração. Caterina, usando do estratagema de prometer aos conspiradores que iria induzir as tropas do Castelo de Forlì a render-se, conseguiu juntar-se a elas e aí resistiu até chegarem reforços mandados por seu tio, Ludovico, o Mouro, duque de Milão. Em 1499, a população revoltou-se contra Caterina, que resistiu no castelo, até janeiro de 1500, quando César Bórgia atacou Forlì.

Francesco Bella Casa — Embaixador florentino em França, por ocasião de preparar-se a invasão da Itália.

Friul — Ducado que os lombardos cederam a Veneza, e foi depois em parte conquistado pelos austríacos.

Garigliano — Rio da Itália que desemboca a catorze quilômetros de Gaeta e à margem do qual os franceses foram derrotados pelos espanhóis (1503).

Gracos — Tiberius Sempronius Gracchus e seu irmão Caius, tribunos romanos, chefes da plebe, mortos, respectivamente, em 133 e 121 a.C.

Gueldre — Cidade da Prússia renana e antiga capital do ducado de Gueldre. Já não se inclui mesmo na atual província de Gueldre, a qual pertence à Holanda. O ducado foi vendido em 1471 pelo Conde de Egmont a Carlos, o Temerário, duque de Borgonha, sogro de Maximiliano I.

Guido Ubaldo ou Guidobaldo da Montefeltro, duque de Urbino — Foi expulso por Valentino em julho de 1502, mas conseguiu voltar, com o apoio dos Ursini e dos Vitelli. Tendo entrado na conspiração de La Magione contra Valentino, escapou à vingança deste fugindo para Veneza. Depois do declínio dos Bórgia, voltou para o seu ducado, morrendo em 1508.

Hawkwood (Sir John) — Cavaleiro inglês que se tornou *condottiere* na Itália. Em 1363, pertenceu à Companhia Branca, na luta de Pisa contra Florença, permanecendo fiel àquela quando a Companhia passou ao serviço dos florentinos. Depois, em 1390, combateu por Florença contra Milão, tendo sido obrigado a bater em retirada diante das forças de Giovan Galeazzo Visconti, duque de Milão. Morreu em Florença, em 1394.

Heliogábalo — Imperador romano, sobrinho e sucessor de Caracala.

Hierão — (306-214 a.C.) — Tirano de Siracusa.

Joana II, de Nápoles — Sucedeu ao seu irmão Ladislau, morto em 1414. Casou-se com Jaime de Bourbon, sob a condição de contentar-se ele com o título de príncipe de Taranto. Marido e

mulher desavieram-se, e enfim Joana reinou sozinha, tendo tomado a soldo o *condottiere* Múzio Attendolo Sforza da Cotignola. Em 1420, Joana adotou como filho Afonso de Aragão, pois Múzio tentara usurpar-lhe o trono. A rainha tomou a seu serviço Braccio di Montone. Mas Afonso rompeu com a rainha, e Braccio o seguiu. Esta apela mais uma vez a Sforza, que expulsa Afonso de Nápoles.

Julianus, Marcus Ovidius (193 d.C.) — Imperador romano.

Júlio II, Papa (Giuliano della Rovere) — Cardeal de S. Pietro *ad vincula*, eleito papa, em 1503, depois do efêmero reinado de Pio III, sucessor de Alexandre VI, com o apoio de César Bórgia, de quem tinha sido adversário. Nascido em Savona, de origem humilde, tinha sessenta anos, quando foi levado ao papado. Riquíssimo, por ter passado por muitos bispados, era homem sem muitos escrúpulos. Tinha a obsessão da potência e grandeza da Igreja. De caráter impetuoso e violento, contrário ao dos Bórgia, adversário implacável destes, não hesitou, porém, em combinar com Valentino a própria eleição, prometendo deixar-lhe o governo da Romanha. Júlio II, para alargar o poderio da Igreja, empreendeu a guerra contra Veneza, organizando, em dezembro de 1508, a Liga de Cambrai, com Maximiliano, imperador da Alemanha, os reis de França, Espanha e Inglaterra, os duques de Sabóia e Ferrara, e o marquês de Mântua. Na batalha de Vailà (Agnadello), a 19 de maio do ano seguinte, os venezianos foram completamente derrotados pelos franceses, tendo estes ocupado grande

parte da Lombardia, e as tropas imperiais avançado sobre Verona, Vicenza e Pádua. O papa apoderou-se da Romanha e das margens do Adriático. Com a retirada de Luís XII da Liga, Veneza recobrou Pádua e Vicenza. O papa, fazendo-se amigo de Veneza, dirigiu-se, em 1510, contra o duque de Ferrara, mas este, com o auxílio dos franceses, derrotou as tropas papais perto de Ímola, e entrou em Bolonha. Júlio II, para anular a influência da França na península, organizou depois, com a Espanha, Veneza e Inglaterra, a Santa Liga. Abriu-se nova campanha, em 1512, sendo os franceses vitoriosos em Ravena, sob o comando de Gaston de Foix. Não obstante, por pressão da infantaria suíça, os franceses foram obrigados a retirar-se de Milão e abandonar, pouco depois, o território italiano, definitivamente vencidos que foram, em Novara.

O papa voltou-se contra Veneza e, aliado à Espanha e a Milão, derrotou os exércitos venezianos, na batalha de Vicenza. Sobre as ações de Júlio II, lembre-se a passagem de P. Villari (op. cit., I, cap. XV), que as resume assim: "Não libertara (o papa) a Itália dos estrangeiros. Ao contrário, por obra sua estava ela ocupada, pisada por alemães, espanhóis e suíços; mas tinha expulso os franceses, frustrado o Conciliábulo (de Pisa), reunido o concílio lateranense, estendido e reforçado o domínio temporal da Igreja, a cujas armas dera reputação, feito de Roma o centro principal de negócios da Itália e do mundo. A esse ponto, caía doente e morria a 20 de fevereiro de 1513. 'Digno de grande glória', disse Guicciardini, 'se ao invés de ser papa, tivesse sido príncipe secular.'" —

La Palice (Senhor de), Jacques de Chabannes — Marechal de França que seguiu Carlos VIII na conquista de Nápoles e depois participou das expedições de Luís XII e de Francisco I contra a Itália. Morreu em combate na derrota de Pávia (1525).

Leão X, Papa (Cardeal Giovanni de Medici) (1475-1521) — Voltando os Medici a Florença, o primeiro cuidado do cardeal foi reformar o governo, no sentido de voltar o estado de coisas existente sob Lorenzo, o Magnífico, isto é, sob a aparência das velhas instituições republicanas, o governo era controlado pelos Medici, que se intitulavam patronos da república. Um contemporâneo diz: "Reduziu-se a cidade a não fazer senão a vontade do Cardeal de Medici". À morte de Júlio II, formou-se no conclave um partido dos cardeais novos para elevar o Cardeal de Medici ao papado. Adversário dos franceses, favorito do papa defuncto, liberal até a prodigalidade, letrado e de feição diplomático, era um candidato já de antemão vencedor. Foi eleito a 1.º de março de 1513 com o nome de Leão X.

Liverotto da Fermo (Oliverotto Efferducci da Fermo) — Um dos que, sob a direção dos Orsini, conspiraram contra César Bórgia. Forçado pelas circunstâncias a entrar em entendimentos com os conspiradores, Valentino não se vingou imediatamente, mas, pouco depois, Oliverotto foi estrangulado em Sinigaglia (31 de dezembro de 1502).

Lívio (Titus Livius) — Historiador romano nascido em Pádua em 59 a.C.

Da sua monumental *História Romana* restam alguns livros completos e fragmentos. Amigo de Augusto, que lhe confiou a educação de Cláudio.

Luís XI — Rei de França (1461-1483). Iniciador da unidade nacional francesa.

Luís XII — Rei de França. À morte de Carlos VIII (1498) extinguiu-se o ramo primogênito dos Valois. Sucedeu-lhe no trono o Duque de Orleans com o nome de Luís XII. A casa de Orleans, pelas suas ligações com os Visconti, tinha pretensões ao ducado de Milão, e isso foi pretexto para que Luís XII continuasse a política de Carlos VIII, de conquista da Itália. Subindo ao trono, Luís repudiou a irmã de Carlos VIII para casar com a rainha viúva Ana de Bretanha. A anulação do casamento com aquela foi conseguida de Alexandre VI, Bórgia, em troca do apoio da França à conquista da Romagna pelo papa, que fez ainda cardeal ao arcebispo de Rouen, conselheiro do rei. Luís XII aliou-se, em 1499, a Veneza para a conquista do ducado de Milão, que deveria ser repartido entre ambos. A França mandou contra Ludovico, o Mouro (Sforza), que governava Milão, um grande exército, sob o comando de Gian Giacomo Trivulzio, milanês, com que se apoderou de Milão, enquanto os venezianos ocupavam o resto dos domínios do ducado. Ludovico refugiou-se na Alemanha, donde voltou à frente de um exército de suíços e alemães, reentrando em Milão em 1500, com o apoio da população descontente com o governo de Trivulzio. Mas, traído pelos suíços, na batalha de Novara, contra os france-

ses, no mesmo ano, o "Mouro" foi capturado e enviado para a França, onde morreu, dez anos depois. Luís XII impôs a Milão e às outras cidades pesados tributos de guerra, e prometeu a Florença auxílios para a conquista de Pisa, que resistiu ao ataque. O rei rompeu com os florentinos, pois desvaneceram-se as suas esperanças de fazer com que a república pagasse uma parte das despesas do exército francês. Com os venezianos rompeu depois, entrando na Liga de Cambrai, organizada contra Veneza. Júlio II levantou-se contra o predomínio da França na Itália, depois de ter seguido no começo do seu papado a política dos Bórgia, simpática aos franceses. Luís XII tenta reunir um concílio (Conciliábulo de Pisa) que lhe dê licença de fazer guerra ao papa. (Ver os nomes Alexandre VI, César Bórgia e Júlio II.) Ao fim do seu reinado, porém, chegou-se ao papa, renunciando ao Conciliábulo de Pisa e submetendo a Igreja galicana ao concílio lateranense. Aliás, já Leão X sucedera a Júlio II. Luís XII morreu, em 1515, aos 53 anos, pouco depois de ter-se casado com Maria de Inglaterra, jovem de dezesseis anos.

Macrinus (217-218 d.C.) — Imperador romano.

Marcus Aurelius (161-180 d.C.) — Imperador romano.

Marranos — Os mouros e judeus, que passavam ao cristianismo para evitar a perseguição, eram assim chamados na Espanha.

Maximiliano I — Imperador da Áustria (1493-1519). Filho de Frederico

III. Rival das casas reinantes da Espanha. Genro de Carlos, o Temerário, disputou à coroa de França a sucessão deste ao ducado de Borgonha. É do seu reinado que data a ascendência da casa de Habsburgo na Europa. A Alemanha era então "não tanto um império como um agregado de pequenos Estados governados por soberanos que não viviam em paz, uns com os outros, nem se aliavam contra os inimigos comuns, e eram presididos nominalmente por um imperador, o qual tinha diminuta autoridade legal e nem podia exercer de fato a pouca que tinha" (Bryce, *The Holy Roman Empire*, New York, 1886). Era Maximiliano o mais poderoso príncipe que se assentou no trono germânico desde Frederico II. Arquiduque da Áustria, conde do Tirol, duque da Estíria e da Caríntia, senhor feudal da Suábia, da Suíça e da Alsácia, era poderoso por isso e não por ser titular do Sacro Império Romano-Germânico, estranho sistema de doutrinas, parte religiosas, parte políticas, o qual se tornara obsoleto. Quando Maximiliano se preparava para ir a Roma coroar-se, esperando assim restaurar a autoridade e dignidade imperiais, os franceses (Carlos VIII) invadiram a Itália, pondo em xeque os projetos de Maximiliano. A 27 de abril de 1507, o imperador convocou em Constança a Dieta dos Príncipes e fez-lhes sentir a necessidade de travar-se uma luta decisiva pela posse da Itália.

Maximinus, Julius Verus (225-228 d.C.) — Imperador romano. À morte de Alexandre Severo, inaugura-se a anarquia militar, personificada pelo trácio Maximino, que nem se deu ao

trabalho de ir a Roma pedir ao Senado a sua confirmação. Toda a Itália aderiu à insurreição começada na África. Embora assassinado Maximino pelos seus próprios soldados, não pôde ser assegurada a vitória da unidade do império.

Medici — Família que dominou em Florença desde o último quartel do século XIV. Viveram contemporaneamente com Maquiavel e são referidos no *Príncipe* os três filhos de Lorenzo, o Magnífico, dos quais dizia o pai que o primeiro (Piero) era louco, o segundo (Giovanni) esperto e o terceiro (Giuliano) bom.

Medici, Piero de — Sucedeu ao "Magnífico" no governo de Florença (1492). Tirano odioso, cuja conduta covarde por ocasião da invasão dos franceses lhe valeu o desprezo unânime dos florentinos. Morreu afogado na passagem do Garigliano (1503).

Medici, Giovanni de — *Ver Leão X, Papa.*

Medici, Giuliano de — Depois da eleição de Leão X, Giuliano foi feito capitão e gonfaloneiro da Igreja, sendo recebido em Roma com grandes festas. Tornou-se pelo seu casamento Duque de Nemours e aliou-se, desde então, ao governo de Florença. "Dado aos prazeres, além da medida, e por isso fisicamente enfraquecido, era de índole fantástica, que lhe fazia perder tempo na investigação do futuro; não lhe faltavam, porém, vagas e, às vezes, grandes ambições, e nem impulsos generosos" (*P. Villari, op. cit., cap. XVI.*)

Recusou o ducado de Urbino, oferecido pelo irmão papa. Terminado o *Príncipe*, Maquiavel pensou em dedicá-lo a Giuliano, mas hesitou em fazê-lo, até que sobreveio a morte deste (1516), e endereçou então a Lorenzo a carta escrita a Giuliano.

Medici, Lorenzo de (1492-1519) — Filho de Piero e sobrinho dos precedentes. Sucessor do Duque de Urbino, desapossado por Leão X, que conseguiu depois o casamento de Lorenzo com Madalena de Latour d'Auvergne, da casa real de França (1518). A viagem nupcial de Lorenzo revestiu-se dum fausto que recordava a viagem de César Bórgia à França. Dócil instrumento do papa, que pensava instituir um Estado para Lorenzo, formado de Módema e Parma. O breve governo de Lorenzo em Florença encheu de esperanças a cidade, mas, doente e cansado, foi para Roma, onde morreu, poucos dias depois do nascimento de uma filha, a qual foi depois rainha de França (Catarina de Medici).

Metauro — Rio da Úmbria, lança-se no Adriático em Fano.

Michele (Dom) da Coreglia — Homem de confiança de César Bórgia. A seu mando, matou o Duque de Bisceglia, seu cunhado, e o Duque de Gandia, seu irmão, e assaltou os aposentos de Alexandre VI, agonizante, para saqueá-los. Depois da queda dos Bórgia, foi para Florença, onde chegou a comandar a milícia. Assassinado em 1508.

Nábis (205-192 a.C.) — Tirano de Esparta.

Nomentanos — De Nomentum, cidade da Itália, sobre o Allia.

Orsini, Niccolò, Conde de Pitigliano (1442-1510) — Comandante das forças de Veneza, derrotado na batalha de Vailá (Agnadello).

Orsini — Nome de uma das duas mais poderosas famílias de Roma. As lutas dos Orsini com os Colonna foram utilizadas pelos Bórgia em proveito do seu próprio poderio. Os Orsini quiseram fazer frente aos planos de dominação de César Bórgia, e foram os principais instigadores da conspiração de La Magione. Faziam parte da liga contra Valentino o Cardeal Orsini, o Duque de Gravina, Paolo e Frangiotto, todos membros da família. O cardeal, prisioneiro no Castelo de Santo Ângelo, foi envenenado a mando do papa; Valentino atraiu os outros a Sinigaglia, onde os mandou estrangular.

Pesaro (Senhor de) — Giovanni di Costanzo Sforza, primeiro marido de Lucrecia Bórgia.

Pescennius Niger — Proclamado imperador pelas legiões romanas, em Antioquia, foi derrotado em Nicéia por Septímio Severo e executado (195 d.C.).

Petrucchi, Pandolfo — Senhor de Siena, depois de ter mandado assassinar o sogro Niccolò Borghese. Em 1503, entrou em luta com Valentino, sendo por este expulso de Siena, mas reposto logo depois com o apoio de Luís XII.

Piombino (Senhor de) — Jacopo degli Appiani, que fugiu à aproximação das forças de Valentino, as quais ocuparam a cidade (1501).

Pirro (277 a.C.) — Rei do Epiro. Conquistou a Sicília por pouco tempo.

Quíron — Segundo a mitologia grega, centauro preceptor de Hércules e de Aquiles.

Ramiro de Orco — Mordomo de César Bórgia, foi por este último feito governador da Romanha (1501), juntamente com Giovanni Olivieri.

Riario da Savona, Cardeal Rafaello — Conspirou contra Leão X, que o degradou e privou dos haveres.

Rimini (Senhor de) — Sigismundo Pandolfo Malatesta, *condottiere* famoso pela sua crueldade. Combateu o Papa Pio II.

Roberto de San Severino — Capitão das tropas de Veneza contra Ferrara, e das forças do papa contra Nápoles.

Rohan — Antiga e ilustre casa cuja nobreza remontava aos primeiros senhores da Bretanha. Os Rohan foram a princípio viscondes, condes e, depois, no século XVII, tomaram o título de duques.

Roveredo — Cidade do Tirol, sobre o Adige, a vinte quilômetros de Trento.

Rubertet (Senhor de) — À morte do Cardeal d'Amboise, substituiu-o no favor de Luís XII, de quem se tornou primeiro ministro.

Saneses — De Sannio, antiga Samnium, região da Itália central.

Santa Croce (Iacopo di) — Protonotário e partidário dos Orsini, preso com o Cardeal Orsini. Assassinado pelos Bórgia.

Savonarola, Fra Girolamo — Nascido em Ferrara em 1452, chamado a Florença em 1480, por Lorenzo de Medici. Ao tempo da expulsão destes, organizou a nova república florentina sobre bases democráticas. Em 1498, o partido dos Medici (os "Palleschi") dirigiu o ataque contra o palácio do "Capitano del Popolo", Obizzo degli Alidosi. Abandonado pelo povo, foi preso e executado.

Serchio — Rio da Itália que deságua no Mediterrâneo a doze quilômetros de Pisa.

S. Pietro ad Vincula — Igreja em Roma, da qual Giuliano della Rovere (o futuro Júlio II) tomou o nome para o seu título de cardeal.

Septimius Severus (193-211 d.C.). Deposto o Imperador Pertinax, pela guarda pretoriana, as legiões impuseram os seus candidatos ao império; o exército do Reno aclamou Claudius Albinus, o do Danúbio, Septimius Severus, e o do Oriente, Pescennius Niger. Septimius Severus chegou a Roma em primeiro lugar, dissolveu a guarda pretoriana e depois dirigiu-se para o Oriente, sitiou Bizâncio e, tendo tomado Antioquia, derrotou completamente a Pescennius Niger. Voltando depois ao Ocidente, desbaratou o exército de Albinus,

numa grande batalha, perto de Lião, restabelecendo assim a unidade do império. Fundou a última dinastia romana — a dos imperadores africanos.

Sforza, Francesco — Filho do grande *condottiere* Muzio Attendolo Sforza da Cotignola, a quem sucedeu na chefia dos "Sforzeschi", facção militar oposta à dos "Bracceschi". Casado com Bianca Maria, filha de Filipo Maria Visconti, duque de Milão, granjeou grande influência no ducado. À morte de Filipo, formaram-se três partidos em Milão: os adeptos do rei de Nápoles (Afonso); os de Francesco Sforza; e os partidários da constituição de uma cidade livre em Milão. Estes venceram a princípio, mas, depois da revolta de Pavia e Parma, os milaneses confiaram a Francesco Sforza a defesa do Estado contra os venezianos, que já se tinham apoderado de Lodi e Piacenza. Sforza derrotou os venezianos na batalha de Caravaggio (1448), ligando-se, porém, logo após, aos vencidos, contra Milão, onde entrou, como duque, em 1450.

Sforza, Ludovico — Assassinado o duque de Milão, Galeazzo Maria Sforza (1476), o irmão Ludovico, Duque de Bari, usurpou o ducado ao sobrinho Giovan Galeazzo, menino de oito anos, de quem se fez tutor. O "Mouro", como passou à história, ficou senhor de fato de Milão, mas foi-lhe sempre negado geralmente o direito à investidura ducal. (Ver o nome Luís XII.)

Sforza, Ascânio (Cardeal) — Irmão de Ludovico, o Mouro, candidato ao

pontificado, vendeu os votos de que dispunha aos Bórgia. Destronado o irmão pelos franceses, o Cardeal Ascânio foge de Milão, mas, preso logo depois, é mandado para a França. Voltou a Roma depois da morte de Alexandre VI.

Soderini (Francesco, Cardeal) — Bispo de Volterra, enviado com Maquiavel a César Bórgia em Urbino (1502). Adversário de Leão X, aspirou ao papado na sucessão deste.

Suábia — Região da Alemanha antiga, dominada pela casa dos Hohenstaufen, e depois pelos Habsburgo, estendia-se da Turingia à Suíça, da Floresta Negra à Baviera.

Teseu — Herói da mitologia grega a quem os atenienses atribuíram a fundação do seu Estado.

Trivigiano (Trevigno) — Cidade da Ilíria a oitenta e cinco quilômetros ao sul de Trieste.

Tusculanos — De Tusculum, cidade do Lácio.

Vailà (Batalha de) — No dia 19 de maio de 1509, os venezianos foram desbaratados em Vailà (atual Agnadello) pelos franceses, que ocuparam grande parte da Lombardia.

Valentino (Duque) — Ver César Bórgia.

Veliternos — de Velitrac, cidade dos volscos no Lácio, modernamente Velletri.

Venafro, Antonio Giordano da (1459-1530) — Famoso jurista e professor na Universidade de Siena. Conselheiro de Pandolfo Petrucci.

Vicenza — Cidade da Lombardia sobre o Bacchiglione, a setenta quilômetros de Veneza.

Vidame (Vice dominus) — Oficial encarregado de promover judicial ou militarmente a defesa de uma igreja, e administrar a justiça civil em nome dos bispos.

Visconti, Bernabò — Um dos três candidatos do Arcebispo Giovanni Visconti que partilharam a sucessão do tio no governo de Milão (1334). É lendária a figura de Bernabò pela sua crueldade. Foi envenenado em 1385 pelo sobrinho Giovanni Galeazzo, que obteve do Imperador Venceslau o título de duque de Milão.

Vitelli, Paolo — *Condottiere* que com-

bateu por Florença contra Pisa. Suspeito de traição, foi executado em 1499.

Vitelli, Niccolò — Expulso em 1474 da Città di Castello pelo Papa Xisto IV, voltou a dominar aí em 1482.

Vitelli, Vitellozzo — Irmão de Paolo, senhor da Città di Castello, serviu sob César Bórgia. Foi um dos conjurados de La Magione, contra aquele. Estrangulado em Sinigaglia.

Xenofonte — Autor da *Ciropédia* ("A Educação de Ciro").

Xisto IV, Papa (Francesco della Rovere 1414-1484) — Apoiou o ataque de Veneza a Ferrara. Depois dos êxitos militares daquela, o papa voltou-se contra Veneza, fundando a Liga Santíssima, com Nápoles, Florença e Milão.

ÍNDICE

MAQUIAVEL — Vida e obra	V
Cronologia	XX
Bibliografia	XX
O PRÍNCIPE	1
<i>Nicolau Maquiavel ao Magnífico Lorenzo, filho de Piero de Médicis</i>	3
CAP. I — De quantas espécies são os principados e de quantos modos se adquirem	5
CAP. II — Dos principados hereditários	7
CAP. III — Dos principados mistos	9
CAP. IV — Por que razão o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores deste	17
CAP. V — Da maneira de conservar cidades ou principados que, antes da ocupação, se regiam por leis próprias	21
CAP. VI — Dos principados novos que se conquistam pelas armas e nobremente	23
CAP. VII — Dos principados que se conquistam com armas e virtudes de outrem	27
CAP. VIII — Dos que alcançaram o principado pelo crime	35
CAP. IX — Do principado civil	39
CAP. X — Como se devem medir as forças de todos os principados	43
CAP. XI — Os principados eclesiásticos	45
CAP. XII — Dos gêneros de milícia e dos soldados mercenários	49
CAP. XIII — Das tropas auxiliares, mistas e nativas	55
CAP. XIV — Dos deveres do príncipe para com as suas tropas	59
CAP. XV — Das razões por que os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou vituperados	63
CAP. XVI — Da liberalidade e da parcimônia	65

CAP. XVII — Da crueldade e da piedade — se é melhor ser amado ou temido	69
CAP. XVIII — De que forma os príncipes devem guardar a fé	73
CAP. XIX — De como se deve evitar o ser desprezado e odiado	77
CAP. XX — Se as fortalezas e muitas outras coisas feitas pelo príncipe são úteis ou não	87
CAP. XXI — O que a um príncipe convém realizar para ser estimado	93
CAP. XXII — Dos ministros dos príncipes	97
CAP. XXIII — De como se devem evitar os adúladores	99
CAP. XXIV — Por que os príncipes de Itália perderam seus Estados	101
CAP. XXV — De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se deve resistir-lhe	103
CAP. XXVI — Exortação ao príncipe para livrar a Itália das mãos dos bárbaros	107
APÊNDICE: Carta de Maquiavel a Francesco Vettori	112
ESCRITOS POLÍTICOS	115
Do Modo de Tratar os Povos do Vale do Chiana Rebelados	117
<i>Nota do Tradutor</i>	119
Da Legação ao Duque Valentino	121
<i>Nota do Tradutor</i>	123
Descrição do Modo de que se Serve o Duque Valentino para Matar Vittellozzo Vittelli Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini	137
<i>Nota do Tradutor</i>	139
Discurso Sobre as Coisas da Alemanha e Sobre o Imperador	147
<i>Nota do Tradutor</i>	149
Relatório Sobre as Coisas da Alemanha Feito a 17 de Junho de 1508	153
Do Resumo das Coisas da Alemanha	165
Da Natureza dos Franceses	169
<i>Nota do Tradutor</i>	171
Relação Sobre a França	175
Discurso ao Magistrado dos Dez Sobre as Coisas de Pisa	191
<i>Nota do Tradutor</i>	193
Discurso Sobre a Maneira de Prover-se de Dinheiro	199
<i>Nota do Tradutor</i>	201
Breve Descrição do Governo da Cidade de Luca	209
<i>Nota do Tradutor</i>	211
Índice dos Nomes Citados	221

**FAZEM PARTE
DESTA SÉRIE:**

VOLTAIRE
MARX
ARISTÓTELES
SARTRE
ROUSSEAU
NIETZSCHE
KEYNES
ADORNO
SAUSSURE
PRÉ-SOCRÁTICOS
GALILEU
PIAGET
KANT
BACHELARD
DURKHEIM
LOCKE
PLATÃO
DESCARTES
MERLEAU-PONTY
WITTGENSTEIN
HEIDEGGER
BERGSON
STO. TOMÁS DE AQUINO
HOBBS
ESPINOSA
ADAM SMITH
SCHOPENHAUER
VICO
KIERKEGAARD
PASCAL
MAQUIAVEL
HEGEL

E OUTROS

Neste volume

O PRÍNCIPE (1513)

Inspirada na figura do *condottiere* César Bórgia e dedicada ao jovem Lourenço de Médicis, a obra principal de Maquiavel constitui uma revolução no campo da teoria política. A política deixa de ser objeto de especulações sobre um Estado ideal para se fundamentar na experiência: a prática torna-se uma teoria. Aliando sua concepção de história — baseada em fatos concretos — a agudas análises psicológicas, Maquiavel formula uma arte de governar que, desde a Florença de sua época até os dias atuais, permanece viva, sempre a sugerir múltiplas interpretações.

ESCRITOS POLÍTICOS (1499/1502/03/08/09/10/20)

Escritos realizados por Maquiavel em diferentes momentos de sua carreira política e diplomática. São eles: "Do modo de tratar os povos do vale do Chiana rebelados"; "Da Legação ao Duque Valentino"; "Descrição do modo de que se serviu o Duque Valentino para matar Vitellozzo, Oliverotto da Fermo e o Duque de Gravina Orsini"; "Discurso sobre as coisas da Alemanha e sobre o Imperador"; "Relatório sobre as coisas da Alemanha feito a 17 de julho de 1508"; "Do Resumo das coisas da Alemanha"; "Da natureza dos franceses"; "Relação sobre a França"; "Discurso ao Magistrado dos Dez sobre as coisas de Pisa"; "Discurso sobre a maneira de prover-se de dinheiro"; "Breve descrição do governo da cidade de Luca".

Traduções: *Lívio Xavier*

Consultor da Introdução: *Carlos Estevam Martins*